

www.ocam.org.mz



SEBENTA (E-BOOK) DOS EXAMES DO

COLÉGIO DOS CONTABILISTAS E AUDITORES CERTIFICADOS

Excelência - Inovação - Responsabilidade - Transparência

MENSAGEM DO BASTONÁRIO

Cara(o)s candidate(o)s,

A Ordem dos Contabilistas e Auditores de Moçambique (OCAM) tem desempenhado um papel crucial na regulamentação e fortalecimento da profissão contabilística e de auditoria no nosso país. A conformidade com padrões internacionais de qualificação e ética profissional tornou-se essencial para garantir que os nossos profissionais estejam preparados para os desafios do mercado global e da governação financeira moderna.

Neste sentido, apresentamos esta Sebenta de Exames de Admissão, uma ferramenta indispensável para apoiar os candidatos na preparação para o exame de qualificação profissional da OCAM. O objetivo é assegurar que os novos membros possuam as competências técnicas, éticas e profissionais exigidas, alinhadas com as melhores práticas internacionais.

A OCAM, reconhecendo a necessidade de reforçar a sua presença no panorama global, consolidou em 2023 a sua afiliação à International Federation of Accountants (IFAC), um marco que reforça o nosso compromisso com os princípios de transparência, qualidade e integridade que regem a profissão contabilística a nível mundial. Paralelamente, a OCAM tornou-se membro da Pan African Federation of Accountants (PAFA), assegurando que os profissionais moçambicanos estejam integrados numa rede de excelência africana e internacional, beneficiando de oportunidades de desenvolvimento contínuo e partilha de conhecimento.

A afiliação à IFAC e PAFA reafirma o nosso compromisso com a harmonização dos padrões de ensino e qualificação da contabilidade e auditoria em Moçambique. Como consequência, os exames de admissão foram modernizados, garantindo que os conteúdos avaliados refletem as exigências das normas internacionais, como as IFRS (International Financial Reporting Standards), Normas Internacionais de Auditoria (ISA's) e Código de Ética do IFAC.

Esta sebenta foi elaborada com o intuito de proporcionar uma base sólida de preparação, incluindo conteúdos estruturados sobre contabilidade financeira, auditoria, fiscalidade, direito comercial, ética profissional e normas internacionais, cobrindo os desafios mais relevantes da área.

A modernização do exame e a adoção de critérios internacionais representam um passo significativo para o fortalecimento da qualidade e credibilidade da profissão em Moçambique. Este processo eleva os padrões de qualificação dos contabilistas e auditores, posicionando o nosso país de forma mais competitiva no mercado regional e global.

A(o)s candidato(a)s, lanço um desafio: “a excelência profissional começa com a formação e preparação adequadas”. Esta sebenta representa o primeiro passo para uma carreira sólida, ética e alinhada com as melhores práticas internacionais.

Desejamos a todos sucesso na preparação para os exames, e reafirmamos o compromisso da OCAM em apoiar continuamente o crescimento e desenvolvimento dos profissionais da contabilidade e auditoria em Moçambique.

Bom trabalho e sucesso!

O Bastonário

Prof. Doutor Mário Siteo

Ordem dos Contabilistas e Auditores de Moçambique (OCAM)

MENSAGEM DO EMBAIXADOR DA IRLANDA EM MOÇAMBIQUE

Prezados (as) Candidatos (as),

A contabilidade e a auditoria são domínios fundamentais para o desenvolvimento e construção de um país próspero. Asseguram a transparência e a fiabilidade da informação financeira e são elementos-chave para uma boa gestão e tomada de decisões. Quer seja no sector público ou privado, estas áreas são fundamentais para o crescimento, o emprego e em última análise para a redução da pobreza.

O Governo da Irlanda, através da Embaixada, tem tido a honra de colaborar com a OCAM desde a sua criação. O apoio inicial visava assistir pequenas e médias empresas na prestação de contas, evoluindo posteriormente para um papel mais abrangente, centrado na normalização contabilística. Este processo culminou com a acreditação da Ordem dos Contabilistas e Auditores de Moçambique ao International Federation of Accountants (IFAC) e ao Pan African Federation of Accountants (PAFA).

A acreditação da OCAM nesses organismos internacionais é marco que demonstra o empenho do país em alinhar os seus padrões às melhores práticas internacionais. Esta conquista reflete também o fortalecimento da OCAM e um avanço significativo para o país, ao contribuir para impulsionar a confiança nos mercados e promover o desenvolvimento sustentável, para além de que, esta-se a colaborar para a construção de um ambiente de negócios sólido, competitivo e capaz de atender às demandas de uma sociedade em evolução.

Durante este período de preparação para o exame de qualificação profissional da OCAM, lembre-se de que cada desafio nos aproxima dos nossos sonhos. O registo na Ordem dos Contabilistas e Auditores não é apenas um reconhecimento do seu compromisso com a qualidade e a integridade, oferecendo-lhe uma carreira gratificante e estimulante. É também um instrumento de credibilidade que eleva os padrões da contabilidade e da auditoria.

Desejamos que este momento seja o início de uma trajetória marcada pelo compromisso pela ética e pelo constante desenvolvimento, contribuindo para um futuro promissor à todos.

Boa sorte e um bom trabalho.

Patrick Empey

Embaixador da Irlanda em Moçambique

COLÉGIO DOS CONTABILISTAS CERTIFICADOS

Opção A - Parte I

28 de Outubro de 2023

COMPROVATIVO DE ENTREGA

Bilhete de identidade/P: _____ Código de Inscrição _____

O Júri: _____

Leia com atenção as seguintes instruções:

- As respostas às questões do presente exame devem ser baseadas na legislação em vigor nesta data.
- Não será permitida a consulta de legislação anotada nem a utilização de meios informáticos programáveis.

Esta prova tem duas partes, cada uma com duração de duas horas.

- Cada questão tem a cotação de 0,4 valores.
- Leia atentamente as questões. Depois, assinale com um “X” a alínea (a, b, c ou d) correspondente à melhor resposta a cada questão.

PARTE I

Considerando a informação apresentada no texto

Responda às seguintes 25 questões

A sociedade “Saúde e Bem Estar, SA”, doravante designada por SBE, SA, cuja actividade consiste na prestação de serviços médicos, exames de diagnóstico, serviços de enfermagem e exploração de farmácias, onde são vendidos produtos farmacêuticos, cosméticos e outros afins.

A sociedade SBE, SA, constituída em 2019, com um capital social de 3.000.000,00 MT, subdividido em 1.000.000 de acções, com um valor nominal de 3MT cada, dedica-se á exploração de três clínicas médicas e respectivas farmácias, situadas em Maputo, Matola e Beira. O seu volume de negócios em 2022 foi de 800.000.000,00MT, os quais em média, desde 2019 tem sido de 550.000.000,00MT e os seus recursos humanos contam com 150 funcionários.

Questão 1

Face aos elementos disponíveis, faça o enquadramento da sociedade em termos contabilísticos:

- a. PGC-NIRF;
- b. PGC-PE;
- c. Normas Internacionais de Relato Financeiro;
- d. Nenhuma das alternativas.

Resposta

b) PGC-NIRF.

Justificação

Decreto n.º 70/2009, art.º 2.º n.º 2 e 3.º

Para o caso da sociedade SBE, SA. enquadrada no PGC-PE, ter optado pelo PGC-NIRF, qual o período mínimo de permanência:

Questão 2

- a) Um Ano
- b) Dois anos alternados;
- c) Três anos consecutivos;
- d) Nenhuma das alternativas.

Resposta

c) Três anos consecutivos;

Justificação

Decreto n.º 70/2009, art.º 2,º n.º 6

Questão 3

Face às alterações provocadas pela Lei n.º 1/2022, ao Código Comercial, a Sociedade SBE, SA, tem de efectuar alguma conversão relativamente às suas acções?

- a. Não;
- b. Sim, tem de efectuar a conversão no prazo de 6 meses;
- c. Não, porque as suas acções são nominativas;
- d. Nenhuma das alternativas.

Aquando da constituição da sociedade SBE, SA. optou-se pelo seu capital estar subdividido em acções nominativas.

Resposta

c) Não, porque as suas acções são nominativas

Justificação

Código Comercial alterado pela lei 1/2022, art.º 8.º

Um dos administradores da Sociedade SBE, SA., Dr. º Saíde, Questionou o contabilista da empresa, Dr. º Abdul, sobre o impacto que as alterações da nova legislação do IVA, tem no apuramento deste imposto, até porque segundo o que entendeu da nova legislação, os actos médicos que até então estavam isentos agora estavam sujeitos.

O Dr. º Abdul, explicou que desde 1 de Janeiro de 2023, houve alterações no apuramento do IVA.

O Dr. º Saíde questionou ainda se a empresa continuava ou não a ser uma empresa mista.

Questão 4

- a. Sim, a empresa continua a ser mista para efeitos de IVA, com dedução parcial;
- b. Não, porque os actos médicos praticados por entidades privadas não são isentos de IVA;
- c. A empresa continua a ser mista, mas os volumes de negócio isento só são aplicados á venda de medicamentos;
- d. Nenhuma das alternativas

Resposta

c) A empresa continua a ser mista, mas os volumes de negócio isento só são aplicados á venda de medicamentos;

Justificação

Art.º 9.º n.1 al. f) do CIVA

O Dr. º Abdul, explicou o funcionamento do apuramento do IVA com base no volume de negócios de 2022, em que o volume de negócios de 800.000.000,00MT, era distribuído da seguinte maneira:

Clínicas – actos médicos e de diagnóstico- 400.000.000,00MT;
Farmácias - venda de medicamentos – 380.000.000,00MT;
Farmácias – Venda de cosméticos e produtos de beleza – 20.000.000,00MT

Questão 5

O Dr. º Abdul através da fórmula demonstrou qual a dedução do IVA suportado, durante o ano de 2023, que a empresa tinha direito a fazer,

- a. 60%
- b. 52,5%
- c. 25%
- d. Nenhuma das alternativas

Resposta

b) 52,5%

Justificação

800.000.000,00 – 380.000.000,00= 420.000.000,00 Vendas sujeitas a IVA (5% e 16%)

Pro rata = 420.000.000,00 / 800.000.000,00= 52,5% IVA dedutível provisoriamente durante o exercício de 2023.

Art.º 9.º n.1 al f), art. º 22 e art. º 17A do CIVA. Nesse encontro entre o Dr. º Abdul e o Dr. º Saíde. O Dr. º Abdul, comunicou que, por questões familiares, iria abandonar a profissão, por isso, como já cumpria com todas as obrigações fiscais referentes ao exercício de 2022, a partir de setembro deixaria de prestar os seus serviços á SBE, SA.

Questão 6

Será que o Dr. º Abdul poderá abandonar as suas funções de CC, a partir de Setembro?

- a. Sim;
- b. Não;
- c. Sim, porque faltam mais de três meses antes do fim do exercício;
- d. Nenhuma das alternativas

Resposta

c) Sim, porque faltam mais de três meses antes do fim do exercício;

Justificação

Prazo Razoável para Transição

- Recomenda-se que o contabilista certificado notifique o cliente com pelo menos 3 meses de antecedência ao término do exercício fiscal. Esse prazo é geralmente suficiente para que o cliente encontre outro profissional e para que o contabilista realize uma transferência adequada de informações e responsabilidades, de acordo com os estatutos e regulamento interno da OCAM.

Deixando o Dr. º Abdul de exercer as suas funções, deverá ser substituído. Qual a atitude que o CC substituto deverá ter para com o Dr.ª Abdul:

Questão 7

- a. Perguntar se há avenças em atraso, ou qualquer informação que seja útil para a continuidade do trabalho;
- b. Solicitar-lhe esclarecimentos sobre a existência de quantias em dívida, não devendo aceitar as funções enquanto não estiverem pagos os créditos a que aquele tenha direito, desde que líquidos e exigíveis;
- c. Como substitui um colega que deixou a profissão, não tem de lhe perguntar nada; d) Nenhuma das alternativas;
- d. Nenhuma das respostas

Resposta

b) Solicitar-lhe esclarecimentos sobre a existência de quantias em dívida, não devendo aceitar as funções

enquanto não estiverem pagos os créditos a que aquele tenha direito, desde que líquidos e exigíveis.

Justificação

Art.º 24 do Regulamento Interno Resolução n.º 7/GB/2014 e art.º 17 do Código Deontológico, Resolução n.º 5/GB/ 2014.

Em virtude do crescimento continuado que a SBE, SA., tem vindo a registar, os resultados tem sido bastante positivos, por isso grande parte do lucro tem ficado retidos na empresa sob a forma de Reservas Legais, representando estas mais de 20% do capital social.

O Dr. º Celso questionou o Dr. º Abdul sobre o destino a dar às Reservas Legais.

Questão 8

O Dr. º Celso explicou que o destino das reservas podia ser:

- a. Incorporação no capital social.
- b. cobrir a parte do prejuízo acusado no balanço do exercício, excepto se este puder ser coberto por qualquer outra reserva, cobrir prejuízo transmitido de exercício anterior que não puderem ser cobertos pelo lucro do exercício nem pela utilização de outra reserva e incorporação no capital social;
- c. As reservas são intocáveis
- d. Nenhuma das alternativas

Resposta

b) cobrir a parte do prejuízo acusado no balanço do exercício, excepto se este puder ser coberto por qualquer outra reserva, cobrir prejuízo transmitido de exercício anterior que não puderem ser cobertos pelo lucro do exercício nem pela utilização de outra reserva e incorporação no capital social.

Justificação

Código Comercial, Lei n.º1 /2022, art.º 430.º

Face à explicação do Dr. º Abdul, a administração, com o parecer do Conselho Fiscal, propôs á Assembleia Geral que o capital social fosse aumentado em 500.000,00 MT, proposta essa que foi aceite e, portanto, a Assembleia Geral deliberou realizar o respectivo aumento com a consequente alteração do contrato de sociedade da sociedade, podendo ser efectivado mediante alteração do valor nominal da acção ou mediante a emissão de acções bonificadas emitidas de acordo com a categoria das acções propriedade do titular.

Resposta

a) Crédito da 511 por débito da 551;

Justificação

Decreto n.º 70/2009, Plano Geral de Contabilidade com base nas NIRF (PGC-NIRF)

Questão 9

O Dr. º Abdul após a deliberação da Assembleia Geral, procedeu ao respectivo registo contabilístico, para isso teve de reconhecer o aumento de capital, por incorporação de reservas livres, nas seguintes contas:

- a. Crédito da 511 por débito da 551;
- b. Crédito da 521 por débito da 551;
- c. Débito da 511 por crédito da 551;
- d. Nenhuma das alternativas.

Em virtude do crescente aumento da actividade da SBE, SA e do seu posicionamento no mercado, o Conselho de Administração decidiu fazer novos investimentos, adquirindo um imóvel em Tete, para aí instalar uma nova

clínica á semelhança das outras já existentes.

O Investimento realizado com a aquisição do imóvel:

Valor de aquisição- 50.000.000,00MT;

Sisa – 1.000.000,00 MT;

Despesas com a legalização do imóvel – 100.000,00MT; honorários do advogado – 500.000,00MT.

Questão 10

O Dr. Abdul, após ter a documentação relativa ao investimento fez o respectivo reconhecimento e mensuração inicial na contabilidade, para isso utilizou as seguintes contas e valores:

- a) Débito da conta 321 e crédito das contas 42 e12 no montante 51.600,000,00 MT;
- b) Débito da conta 321 e crédito das contas 42 e12 no montante 51.100,000,00 MT;
- c) Débito da conta 321 e crédito das contas 42 no montante 50.000,000,00 MT;
- d) Nenhuma das alternativas.

Resposta

a) Débito da conta 321 e crédito das contas 42 e12 no montante 51.100,000,00 MT.

Justificação

Decreto n.º 7/2009, NCRF 13 § 12

Para além do imóvel a SBE, SA, teve de realizar outros investimentos em equipamento básico, tal como numa ressonância magnética, no montante de 20.000.000,00 MT. O Dr., º Abdul, questionou o Administrador Executivo, Dr. º Nelton, sobre o método de amortizações e reintegrações que queriam utilizar para este equipamento, e qual a vida útil esperada.

Então o Dr. º Nelton, estipulou uma vida útil máxima para o aparelho de ressonância magnética de 6 anos e solicitou ao Dr. º Abdul uma exposição sobre os diferentes métodos e suas vantagens.

Questão 11

O Dr. º Abdul, explicou que cada empresa deveria escolher o método de amortização que reflita o modelo de consumo esperado dos benefícios económicos dentro dos seguintes:

- a) Método de quotas constante e Método das unidades de produção;
- b) Método de quotas constante, Método das quotas degressivas e Método das unidades de produção;
- c) Método de quotas constante e Método das quotas degressivas;
- d) Nenhuma das alternativas.

Resposta

a) Método de quotas constante, Método das quotas degressivas e Método das unidades de produção

Justificação

Decreto n.º 70/2009, NCRF 13 § 45

O Dr. º Nelton perguntou ainda se todos os métodos eram aceites fiscalmente

Questão 12

O Dr. º Abdul explicou que não seriam aceites em sede de IRPC, no caso de:

- a) O valor amortizado ultrapassar o valor devido pela aplicação da taxa mínima;
- b) O valor amortizado ultrapassar o valor devido pela aplicação da taxa máxima;
- c) O valor amortizado pelo método das unidades de produção;
- d) Nenhuma das alternativas.

Resposta

b) O valor amortizado ultrapassar o valor devido pela aplicação da taxa máxima.

Justificação
Art.º 27.º do CIRPC e Decreto n.º 72/2013 Regime de Amortizações

Para preparar os técnicos da clínica de Tete a funcionar com o novo aparelho de ressonância magnética, a SBE, SA., contratou uma empresa alemã FujiFilm, para dar a formação adequada, esta para o efeito enviou dois técnicos, que permaneceram durante dois meses em Tete.
A FujiFim, enviou para a SBE.SA, a sua factura no valor de 200.000,00 MT, com o prazo de pagamento de 60 dias.
A administração questionou o Dr. º Abdul, sobre os aspectos fiscais e contabilísticos a ter

Questão 13
No que diz respeito ao IRPC, o Dr. º Abdul referiu que como era considerado um rendimento auferido por um não residente, havia lugar a uma retenção na fonte:

- a) A título de pagamento por conta a uma taxa de 10%
- b) A título definitivo a uma taxa de 20%
- c) A título definitivo a uma taxa de 25%
- d) Nenhuma das alternativas

Resolução
b) A título definitivo a uma taxa de 20%

Justificação
Art,º 62, º n.º 2 do CIRPC

Questão 14

- a) Débito 6.3.2.3.7 no valor de 15.000.000,00MT, a crédito de 4.6.1.1, no valor de 12.000.000,00MT e crédito da 4.4.2.5. no valor de 3.000.000,00MT;
- b) Débito 6.3.2.3.7 no valor de 15.000.000,00MT, a crédito de 4.6.1.1, no valor de 15.000.000,00MT;
- c) Débito 6.3.2.3.7 no valor de 15.000.000,00MT, a crédito de 4.6.1.1, no valor de 11.250.000,00MT e crédito da 4.4.2.5. no valor de 3.750.000,00MT;
- d) Nenhuma das alternativas.

Contabilisticamente o Dr. º Abdul reconheceu e mensurou o gasto ao cambio de 1€ = 75MT, através das seguintes contas:

Resposta
Débito 6.3.2.3.7 no valor de 15.000.000,00MT, a crédito de 4.6.1.1, no valor de 12.000.000,00MT e crédito da 4.4.2.5. no valor de 3.000.000,00MT.

Justificação
Decreto n.º 70/2009, Plano Geral de Contabilidade com base nas NIRF (PGC-NIRF) .

Sabendo que na altura do pagamento da factura à FujiFilm o câmbio do euro era 1€ = 73MT.

Questão 15
A respectiva contabilização será:

- a. Débito 4.6.1.1 no valor de 15.000.000,00MT, Crédito 7.8.4.1 no valor de 400.000,00MT, crédito 12 no valor de 14.600.000,00MT
- b. Débito 4.6.1.1 no valor de 12.000.000,00MT, Crédito 7.8.4.1 no valor de 400.000,00MT, crédito 12 no valor de 11.600.000,00MT
- c. Débito 4.6.1.1 no valor de 15.000.000,00MT, Crédito 7.8.4.2 no valor de 400.000,00MT, crédito 12 no valor de 14.600.000,00MT
- d. Nenhuma das alternativas

b) Débito 4.6.1.1 no valor de 12.000.000,00MT, Crédito 7.8.4.1 no valor de 400.000,00MT, crédito 12 no valor de 11.600.000,00MT

Justificação
Decreto n.º 70/2009, Plano Geral de Contabilidade com base nas NIRF (PGC-NIRF) e NIRF 23 § 6 a 10.

O Conselho de administração, em virtude do investimento a realizar na clínica de Tete, decidiu consultar o Dr. º Abdul sobre a vantagem, de implementar um sistema de Contabilidade de gestão, e quais as diferenças entre o sistema de contabilidade financeira e este.

Questão 16
O Dr. º Abdul explicou que o sistema de contabilidade de gestão também conhecido por sistema de contabilidade de Custo ou Contabilidade analítica difere do sistema de contabilidade financeira em:

- a. A principal diferença entre uma contabilidade e outra é a afectação de custos. Enquanto na Contabilidade Financeira importa a natureza do custo, na contabilidade de gestão importa a função que o gasto teve. O custo com o pessoal da produção é um gasto de natureza operacional, mas, em termos analíticos, é um custo com a produção e, como tal, deve ser afecto ao sector produtivo;
- b. A contabilidade financeira dá a posição financeira da empresa a contabilidade de gestão dá a posição da produção;
- c. A contabilidade financeira serve para dar informação ao exterior a contabilidade de gestão dá informação para o interior;
- d. Nenhuma das alternativas.

Resposta
a) A principal diferença entre uma contabilidade e outra é a afectação de custos. Enquanto na Contabilidade Financeira importa a natureza do custo, na contabilidade de gestão importa a função que o gasto teve. O custo com o pessoal da produção é um gasto de natureza operacional, mas, em termos analíticos, é um custo com a produção e, como tal, deve ser afecto ao sector produtivo;

Justificação
Base nas definições de contabilidade financeira e contabilidade de gestão.
Face á explicação do Dr. º Abdul, o concelho de administração quis saber se os serviços também podiam ter contabilidade de gestão e se poderia ser determinado o custo de produção dos exames de ressonância magnética e quais as suas componentes.

O Dr. º Abdul, explicou que uma empresa de serviços, tal como a SBE, SA, poderia e até era vantajoso ter um sistema de contabilidade de gestão, onde os consumíveis e contrastes seriam considerados matérias-primas.

Questão 17
O custo industrial ou de produção dos exames de ressonância magnética é composto por:

- a. Salários dos técnicos afectos + Consumíveis e contraste;
- b. Salários dos técnicos afectos + Consumíveis e contraste + outros gastos gerais imputados;
- c. Salários dos técnicos afectos + outros gastos gerais imputados;
- d. Nenhuma das alternativas.

Resposta
b) Salários dos técnicos afectos + Consumíveis e contraste + outros gastos gerais imputados

Justificação
O Custo Industrial ou Custo de produção é o custo da produção terminada. A valorização da produção entrada em armazém de produtos terminados num determinado período.

Assim, adicionando ao custo primo os encargos gerais de fabrico obtém-se o custo industrial. É o total dos custos industriais afectos à produção.

Então:
 $CI = CP + EGF$;
Mas, $CT = MOD + EGF$
 $CI = MP + CT$

O Dr. ° Abdul, explicou ainda que através da contabilidade de gestão poderia ser determinado o Ponto crítico das vendas, também designado por “break-even point”. Este conceito fornece-nos muitas informações importantes, pois o ponto crítico das vendas mostra:

O volume de exames para o qual os proveitos igualam a custos totais conduzindo a um resultado nulo; E também, o volume de exames que permite a obtenção de uma margem de contribuição suficiente para a cobertura de custos fixos.
Supondo que a SBE, SA no centro de custos da ressonância magnética, apresenta custos fixos no valor de 5.000.000,00MT. O preço unitário de cada exame é de 5.000,00MT e o somatório dos custos unitários é de 2.500,00MT.

Questão 18
O ponto crítico para os exames em quantidade será:

- a. 3.000 unidades;
- b. 2.500 unidades;
- c. 2.000 unidades;
- d. Nenhuma das alternativas

Resposta
c) 2.000 unidades

Justificação
 $CF = 5.000.000,00MT$
 $PV = 5.000,00MT$
 $CV = 2.500,00MT$
 $PM = CF / (PV - CV)$
 $5.000.000,00 / 2.500,00 = 2.000$ Unidades

A administração da SBE, SA, na perspetiva do crescimento esperado da sua clínica de Tete, decidiu fazer novos investimentos através da aquisição de um imóvel, contiguo aonde a clínica está instalada.

Questão 19
O referido imóvel está a venda pelo valor de 30.000.000,00MT, mas o custo dele será acrescido do respetivo imposto no montante de:

- a) 3.000.000,00MT
- b) 4.800.000,00MT
- c) 600.000,00MT
- d) Nenhuma das alternativas

Resposta
d) 600.000,00

Justificação
Código da SISA, art.º 10.º taxa de 2%
 $30.000.000,00 * 2\% = 600.000,00$

O Dr. ° Abdul ao ver que se estava a chegar a hora de pôr fim aos seus trabalhos, como contabilista certificado da SBE, SA, decidiu falar com a direcção para saber se já tinham contactado o seu substituto, pois até á altura nada lhe tinha sido comunicado, nem nenhum colega tinha entrado em contacto com ele. O Dr. ° Nilton quis obter informações sobre o processo de contratação do novo contabilista, nas mesmas condições do Dr. ° Abdul.

Ao que lhe foi dito o seguinte;

Questão 20

- a. O novo contabilista tem de ser contratado obrigatoriamente através de um contrato de trabalho sem termo;
- b. O novo contabilista tem de ser contratado através de um contrato de prestação de serviço, com a duração mínima de um exercício económico;
- c. O processo de contratação não necessita de qualquer formalidade;
- d. Nenhuma das alternativas.

Resposta

- a. O novo contabilista tem de ser contratado através de um contrato de prestação de serviço, com duração mínima de um exercício económico.

Justificação
Resolução n.º7 /GB/ 2014 art.º 20.º al, m a) Sem prejuízo do disposto na legislação laboral aplicável, os Contabilistas e Auditores Certificados devem celebrar, por escrito, um contrato de prestação de serviços;

Ao aproximar – se o final do exercício, o Concelho de Administração reuniu-se para fazer uma análise financeira das contas, com base nas demonstrações financeiras intercalares do 1.º semestre e no caso de a posição se manter, produzindo bons resultados, começaram a delinear vários cenários para a aplicação desses resultados.

O presidente do Conselho de Administração Dr. ° Mubai explicou que o Código Comercial, estipula percentagens quer para a constituição de reservas, como para a distribuição de lucros.

Questão 21
No que diz respeito á distribuição de dividendos obrigatórios das sociedades anónimas o Código Comercial, caso o contrato da sociedade seja omissivo estipula:

- a. 50% do lucro líquido;
- b. 25% do lucro líquido do exercício deduzido da importância destinada à constituição da reserva legal e; limitado ao montante do lucro líquido do exercício que tiver realizado;
- c. 20% do lucro líquido;
- d. Nenhuma das alternativas.

Resposta

- a. 25% do lucro líquido do exercício deduzido da importância destinada à constituição da reserva legal e; limitado ao montante do lucro líquido do exercício que tiver realizado.

Justificação
CC Lei n.º 1/2022, art.º 305,º
Outra questão que surgiu na reunião do Conselho de Administração, foi no caso da distribuição de dividendos, qual a carga fiscal que incide sobre os accionistas.

Consultado o Dr. ° Abdul sobre este aspecto, clarificou que os rendimentos de acções ao portador, estavam sujeitos a uma tributação em sede de IRPS.

Questão 22

- a. Estão sujeitos a retenção na fonte a título definitivo à taxa de 20% ou de 10%, se as acções estiverem cotadas na Bolsa de Valores de Moçambique;
- b. Estão sujeitas á retenção na fonte a título de pagamento por conta á taxa de 20%;
- c. Estão isentas de tributação;
- d. Nenhuma das alternativas.

Resposta

- a) Estão sujeitos a retenção na fonte a título definitivo à taxa de 20% ou de 10%, se as acções estiverem cotadas na Bolsa de Valores de Moçambique.

Justificação

CIRPS, art. ° 57.° n. °2 al. a) e n.° 3 al. b).

A SBE, SA., com vista a ter uma oferta de exames de diagnóstico, mais moderna e de melhor qualidade, decidiu alienar alguns equipamentos de RX e ecografia, para reinvestir em novos equipamentos, assim alienou os seguintes:

RX, adquirido em 2019, por 120.000,00 MT, com uma vida útil de 6 anos, alienado por 60.000,00MT; Ecógrafo, adquirido em 2020, por 300.000,00 MT, com uma vida útil de 5 anos, alienado por 150.000,00 MT.

Todo o valor de realização vai ser reinvestido no próximo ano, na aquisição de novos aparelhos.

Questão 23

A contabilidade reconheceu a alienação dos ativos tangíveis nas seguintes contas:

- a. Débito1.2.1, no valor de 210.000,00 MT, Débito 3.8.2, valor de 260.000,00MT; débito 7.6.3.1 no valor de 420.000,00MT; crédito 3.2.2 no valor de 420.000,00MT; crédito 7.6.3.1. no valor de 470.000,00;
- b. Débito1,2.1, no valor de 210.000,00 MT, Débito 3.8.2, valor de 260.000,00MT; débito 6.8.3.1 no valor de 420.000,00MT; crédito 3.2.2 no valor de 420.000,00MT; crédito 6.8.3.1. no valor de 210.000,00;
- c. Débito 3.8.2, valor de 260.000,00MT; crédito 3.2.2 no valor de 420.000,00MT; Débito 1.2.1. 680.000,00MT;
- d. Nenhuma das alternativas

Resposta

- a) Débito1.2.1, no valor de 210.000,00 MT, Débito 3.8.2, valor de 260.000,00MT; débito 7.6.3.1 no valor de 420.000,00MT; crédito 3.2.2 no valor de 420.000,00MT; crédito 7.6.3.1. no valor de 470.000,00.

Justificação

Decreto n.º 70 /2009, Plano Geral de Contabilidade para NIRF (PGC_NIRF)

RX – 120.000,00 / 6 = 20.000,00 *4 = 80.000,00 Amortizações Acumuladas

Ecógrafo – 300.000,00 / 5 = 60.000,00 * 3 = 180.000,00 Amortizações Acumuladas

Mais Valia Contabilística = VR – VL

+ V = (60.000,00 + 150.000,00) – 160.000,00

+V = 50.000,00

Tendo em linha de conta que a alienação produziu uma mais-valia contabilística e fiscal e que o seu valor de realização foi totalmente reinvestido, o impacto fiscal em sede de IRPC será:

Questão 24

- a. Deduz a mais-valia contabilística ao Lucro tributável para determinar o resultado líquido;
- b. Deduz a mais-valia contabilística ao Lucro tributável para determinar o resultado líquido e a mais-valia fiscal vai ser rateada pela vida útil do equipamento objecto de reinvestimento, através da dedução às suas amortizações;
- c. Deduz a mais-valia contabilística e acresce a mais-valia fiscal ao lucro tributável para determinar o resultado líquido;
- d. Nenhuma das alternativas.

Resposta

- b) Deduz a mais-valia contabilística ao Lucro tributável para determinar o resultado líquido e a mais-valia fiscal vai ser rateada pela vida útil do equipamento objecto de reinvestimento, através da dedução às suas amortizações.

Justificação

CIRPC, art.º 37 a 39,º

A sociedade SBE, SA., como não estava a conseguir contratar nenhum contabilista certificado que quisesse ficar responsável pelo exercício de 2023, no 3.º quadrimestre, decidiu colocar um anúncio, onde para além dos honorários, garantia um prémio de mais 50% dos mesmos, nesse ano.

Questão 25

Será que esta proposta vai contra os princípios éticos e deontológicos?

- a. Não, porque é publica.
- b. Sim, porque um contabilista não deve aceitar honorários que não correspondam aos trabalhos efetivamente efetuados;
- c. Não, porque tem a ver com o trabalho de um exercício realizado em 4 meses, pois os primeiros 8 meses foram realizados por outro contabilista, que ainda que correctos tem de ser verificados, e por isso o prémio está relacionado com o trabalho em si e não com qualquer outra situação;
- d. Nenhuma alternativa.

Resposta

- c) Não, porque tem a ver com o trabalho de um exercício realizado em 4 meses, pois os primeiros 8 meses foram realizados por outro contabilista, que ainda que correctos tem de ser verificados, e por isso o prémio está relacionado com o trabalho em si e não com qualquer outra situação;

Justificação

Resolução n.º 5/ GB/ 2014, art.º 15.º n.º 3

Os contabilistas e auditores certificados em regime de trabalho independente, além dos honorários acordados, não podem aceitar ou cobrar outras importâncias que não estejam, directa ou indirectamente, relacionadas com os serviços prestados, devendo, nos termos da lei, emitir uma nota de honorários e correspondente recibo.

Boa Sorte!

Opção A - Parte II

COMPROVATIVO DE ENTREGA

Bilhete de identidade/P: _____ Código de Inscrição _____

O Júri: _____

Leia com atenção as seguintes instruções:

- As respostas às questões do presente exame devem ser baseadas na legislação em vigor nesta data.
- Não será permitida a consulta de legislação anotada nem a utilização de meios informáticos programáveis.
- Esta prova tem duas partes, cada uma com duração de duas horas.
- Cada questão tem a cotação de 0,4 valores.

Leia atentamente as questões. Depois, assinale com um “X” a alínea (a, b, c ou d) correspondente à melhor resposta a cada questão.

PARTE I

1. Qual dos seguintes elementos NÃO é componente do controle interno.

- Ambiente de controle,
- Actividades de controle
- Risco de controle
- Procedimentos de avaliação de risco da entidade

2. Qual das seguintes afirmações são verdadeiras?

I. Um sistema sólido de controle interno fornece evidências razoáveis, não conclusivas, de que os objetivos de controle estão sendo alcançados.

II. A ausência de erros detectados por procedimentos substantivos fornece evidências de auditoria de que os controles internos relacionados são eficazes;

- Nem I Nem II.
- Ambas as afirmações (I e II)
- Apenas I
- Apenas II

3. O risco de distorção material das demonstrações financeiras anteriores à auditoria depende de qual das seguintes opções?

- Risco inerente e risco de controle
- Risco de auditoria
- Risco inerente, risco de controle e risco de detecção
- Risco de controle e risco de detecção

4. Os procedimentos de auditoria executados pelo auditor reduzirão quais dos seguintes riscos?

- Somente risco de detecção
- Risco inerente, risco de controle e risco de detecção
- Controlar apenas o risco
- Risco inerente e risco de controle

5. O Procedimento de auditoria em notas de crédito emitidas por uma empresa logo após o final do ano seria uma resposta apropriada para qual dos seguintes riscos avaliados?

- Exaustividade de caixa
- Existência de inventário
- Exaustividade de vendas
- Ocorrência de vendas

6. Qual é a finalidade da revisão das contas de despesas de reparação e manutenção na auditoria de activos não-circulantes?

- Para verificar as taxas de depreciação utilizadas
- Para confirmar a existência de activos não-circulantes
- Para identificar os valores considerados custos que deveriam ter sido capitalizados
- Para garantir que os activos não-circulantes estejam sendo mantidos adequadamente

7. Qual das seguintes afirmações melhor descreve o oligopólio?

- Um oligopolista não conhece as estratégias dos seus concorrentes
- Um oligopolista tem um alto nível de influência em seu mercado
- Se um oligopolista aumentasse os preços, perderia clientes
- No oligopólio, todos os fornecedores cobram o mesmo preço

8. Um movimento da curva de oferta para a direita (da linha sólida para a linha pontilhada no diagrama abaixo) pode ser causada por:

- Aumento do custo médio de produção
- Subida do imposto de matérias-primas
- Subsídios para matérias-primas ou mão de obra ou redução de impostos e taxas sobre compras.
- Uma mudança na produção para produtos mais rentáveis

9. Indique a frase que melhor descreve a seguinte situação:

“Um produto ou serviço que um indivíduo pode consumir sem reduzir a sua oferta a outro indivíduo e do qual ninguém está excluído”.

- Um mérito bom
- Um bem público
- Uma externalidade
- Uma alocação de mercado

10. Existe o risco de que o valor dos activos e passivos de uma entidade denominados em moeda estrangeira se altere quando prepara as Demonstrações financeiras.”

A que risco se refere a afirmação acima?

- Risco de tradução
- Risco económico
- Risco de transacção
- Risco de taxa de juros

11. Se o nível de alavancagem financeira de uma empresa aumentar, qual das seguintes afirmações é verdadeira?

- Os credores enfrentam mais riscos financeiros porque há menos activos disponíveis como garantia
- Os accionistas enfrentam mais riscos financeiros porque o nível dos seus dividendos se torna mais variável
- Os credores enfrentam mais riscos financeiros porque têm menos probabilidade de serem reembolsados
- Os accionistas enfrentam mais riscos financeiros porque o nível dos seus dividendos será menor

12. Qual das frases abaixo constitui estratégia para minimizar a duração do ciclo de conversão de caixa?

- a. Aumentar a rotação de stocks, sem faltas que resultem em quebra de vendas.
- b. Cobrar as contas a receber sempre que for possível sem perder as vendas por conta de técnicas de cobrança muito agressivas.
- c. Gerir os prazos de lançamento, processamento e compensação das vendas e compras a crédito para prolongá-los ao cobrar dos clientes e reduzi-los ao pagar fornecedores.
- d. Quitar as contas a pagar a fornecedores o mais rapidamente possível, para não prejudicar o rating de crédito da empresa.

13. Uma empresa apurou uma variação adversa de custos directos de 650.000,00 meticais ao comparar o seu custo real de material directo para o período com o valor do custo de material directo do orçamento flexível para o mesmo período.

Qual dos itens a seguir poderia ter causado a variação?

- a) Uma redução nos preços dos materiais directos
- b) Um aumento no uso de matéria-prima por unidade
- c) Unidades produzidas maiores que o orçado
- d) Unidades vendidas acima do orçado

14. Qual das opções a seguir é uma vantagem de usar a abordagem do Balanced Scorecard para avaliação do desempenho?

- a) O desempenho é avaliado de um ponto de vista muito mais amplo
- b) Os gestores podem facilmente distorcer as medidas em seu benefício
- c) A comparação com diferentes organizações é facilitada
- d) Deve levar ao sucesso de curto prazo em vez de melhorias a longo prazo

15. Se uma empresa compara seus procedimentos com os de outra empresa que não compete com ela. Como é conhecida essa forma de benchmarking?

- a) Estratégico
- b) Competitivo
- c) Funcional
- d) Interno

16. Qual dos itens a seguir NÃO seria classificado como despesas gerais de produção em uma empresa de processamento de produtos alimentícios?

- a) O custo do aluguer do prédio da fábrica
- b) O salário do gerente da fábrica
- c) A depreciação dos equipamentos localizados no depósito de materiais
- d) O custo dos ingredientes

17. Em 01/01/2022, uma empresa contraiu uma dívida com terceiros no valor de 20.000,00 u. m. A empresa pagou toda a dívida em 31/10/2022. Na data, a soma do valor do empréstimo e dos juros foi de 28.000,00 u.m. Considerando o regime de juros simples, qual a é taxa de juros mensal paga pelo empréstimo?

- a) 3,63%
- b) 4,00%
- c) 4,40%
- d) 5,00%

18. Precisando de capital de giro, a empresa KKW contratou numa instituição financeira um empréstimo 65.000,00 u.m, a ser quitado por meio de um único pagamento de 68.500,00u .m no prazo de um mês. No acto da contratação, foi paga uma tarifa de serviço bancário de 1,5% cobrada sobre o valor

do empréstimo. Considerando tais informações dadas, qual é a taxa de juros nominal e a taxa de juros efectiva, respectivamente, cobrada por este empréstimo?

- a) 1,5% e 5,38%
- b) 5,38% e 6,99%
- c) 5,47% e 6,88%
- d) 5,51% e 7,03%

19. A disponibilização dos módulos no SIC – Sistema de Informação Contabilístico varia, de acordo com o fornecedor do software, mas alguns módulos são comuns de encontrarmos na maioria das opções disponíveis no mercado. Os módulos básicos de um software Contabilístico são: Parâmetros; Cadastro; Lançamentos; Relatórios e Utilitários.

Qual das frases abaixo melhor descreve o módulo Utilitários?

- a) É o responsável por uma série de configurações no nível de usuário
- b) Armazena dados de clientes, fornecedores, dados da própria entidade e demais informações que se refiram aos dados de base em geral.
- c) Responsável por gerar todas as ferramentas de relato contabilístico, utilizando dos filtros mais diversos, oferecidos pelas versões de SIC.
- d) A sua função é disponibilizar opções de alterações permitidas dentro do sistema. Comandos como: estorno de lançamentos, ajustamentos contabilísticos, entre outros.

20. A auditoria de segurança de informações determina a postura ou situação da entidade em relação à segurança. Avalia a política de segurança e os controles relacionados com aspectos de segurança, ou seja, controles que influenciam o bom funcionamento dos sistemas de toda a organização.

Indique qual das acções de controle abaixo listadas não constitui auditoria de segurança de informações:

- a) Avaliação da política de segurança.
- b) Controles de acesso lógico e físico.
- c) Controles de entrada, processamento e saída de dados
- d) Controles ambientais, organizacionais, de mudanças, sobre o banco de dados, computadores, ambiente, cliente-servidor.

21. O objectivo básico do scorecard é fornecer informações para a tomada de decisões e possui as seguintes características:

Selecione uma opção de resposta:

- a) Permite reflectir qualquer acção financeira, mas possui sérias limitações contabilísticas.
- b) A orientação objectiva, informação relevante e exaustiva, apresentação de informações financeiras e não financeiras. É um instrumento que busca a acção para a melhoria e é apresentado em um formato específico.
- c) Permite reflectir medidas de acção financeira, identifica segmentos de clientes e de mercado e selecciona as medidas focadas nos processos internos mais impactantes.
- d) Identifica mecanismos que garantem o desenvolvimento e crescimento da empresa e faz uma incorporação de um conjunto de relações de causa-efeito.

22. Qual é a etapa do Plano de Negócio que proporciona uma visão global da gestão da empresa?

Selecione uma opção de resposta:

- a) Resumo executivo.
- b) Análise da situação.
- c) Estabelecimentos do orçamento.
- d) Determinação dos objectivos.

23. O governo recém-eleito do país H está a debater a sua abordagem relativa a gestão da economia nacional.

O Ministro das Finanças afirmou que “a nossa economia está a crescer demasiado rapidamente. Precisamos aumentar o nível de tributação e pensar em reduzir a oferta monetária para tentar desacelerar a economia em baixa.”

Que abordagem à gestão económica nacional sugere o Ministro das Finanças?

- a) A abordagem clássica
- b) A visão monetarista
- c) Economia do lado da oferta
- d) A visão keynesiana

24. Utilizando-se os indicadores de actividade da Contabilidade de Gestão, podemos construir um indicador em número de dias do prazo médio, em que se desenvolve todo o processo produtivo, comercial e financeiro da empresa. Encontre os dias do ciclo operacional e financeiro de uma determinada empresa, a partir dos dados a seguir:

- a) Prazo médio de recebimento: 50 dias;
- b) Prazo médio de estocagem: 120 dias; e,
- c) Prazo médio de pagamento: 36 dias.

É possível concluir que os dias do ciclo operacional e do ciclo financeiro da empresa são, respectivamente:

- a) 50 dias e 36 dias.
- b) 134 dias e 170 dias.
- c) 170 dias e 134 dias.
- d) 170 dias e 206 dias.

25. Analise as afirmações a seguir.

I. “Activo é um recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que fluam futuros benefícios económicos futuros para a entidade.”

PORQUE

II. “Ao avaliar se um item se enquadra na definição de activo, deve-se atentar para a sua essência subjacente e realidade económica e não apenas para sua forma legal.”

Assinale a alternativa correcta.

- a) As afirmações I e II são falsas.
- b) As afirmações I e II são proposições excludentes.
- c) A afirmação II contraria a ideia expressa na afirmação I.
- d) As duas afirmações são verdadeiras e a segunda afirmação justifica e complementa a primeira.

Exames ao Colégio dos Contabilistas Certificados 2023

OPÇÃO A – OUTUBRO

OPÇÃO A – II PARTE

Grelha de Correção

RESPOSTA	COTAÇÃO
Risco de controle	0,4
Nem I nem II	0,4
Risco inerente e risco de controle	0,4
Somente risco de detecção	0,4
Ocorrência de vendas	0,4
Para identificar os valores considerados custos que deveriam ter sido capitalizados	0,4
Um oligopolista tem um alto nível de influência em seu mercado	0,4
Subsídios para matérias-primas ou mão de obra ou redução de impostos e taxas sobre compras	0,4
Um bem público	0,4
Risco de tradução	0,4
Os credores enfrentam mais riscos financeiros porque há menos activos disponíveis como garantia	0,4
Girar o stock o mais rapidamente possível, sem faltas que resultem em vendas perdidas	0,4
Um aumento no uso de matéria-prima por unidade	0,4
O desempenho é avaliado de um ponto de vista muito mais amplo	0,4
Funcional	0,4
O salário do gerente da fábrica	0,4
4,00%	0,4
5,38% e 6,99%	0,4
A sua função é disponibilizar opções de alterações permitidas dentro do sistema. Comandos como: estorno de lançamentos, ajustamentos contabilísticos, entre outros.	0,4
Controles de entrada, processamento e saída de dados	0,4
A orientação objectiva, informação relevante e exaustiva, apresentação de informações financeiras e não financeiras. É um instrumento que busca a acção para a melhoria e é apresentado em um formato específico.	0,4
Resumo executivo.	0,4
A visão keynesiana	0,4
170 dias e 134 dias.	0,4
As duas afirmações são verdadeiras e a segunda afirmação justifica e complementa a primeira.	0,4
Total	10

Opção B- Parte I

9 de Dezembro de 2023

COMPROVATIVO DE ENTREGA

Bilhete de identidade/P: _____ Código de Inscrição _____

O Júri: _____

Leia com atenção as seguintes instruções:

- As respostas às questões do presente exame devem ser baseadas na legislação em vigor nesta data.
- Não será permitida a consulta de legislação anotada nem a utilização de meios informáticos programáveis.
- Esta prova tem duas partes, cada uma com duração de duas horas.
- Cada questão tem a cotação de 0,4 valores.
- Leia atentamente as questões. Depois, assinale com um “X” a alínea (a, b, c ou d) correspondente à melhor resposta a cada questão.

PARTE I

Considerando a informação apresentada no texto
responda às seguintes 25 questões

A sociedade FORPROF, Lda., constituída em Setembro de 2022, tem como actividade, a prestação de serviços de ensino, através de salas de estudo para todos os graus de ensino e cursos de formação profissional, nas áreas financeiras e informáticas, a sua sede é a na cidade de Maputo, no exercício de 2022, o seu volume de negócios foi de 4.000.000,00 MT.

Conta com 12 colaboradores para a área de ensino secundário e 4 administrativos, perfazendo um total de 16. Em virtude do elevado número de alunos que procuram os seus serviços, tanto para o ramo de ensino como para os cursos de formação profissional, tem de recorrer aos serviços, quer de professores e formadores independentes, como outras empresas de ensino.

Os sócios da sociedade em número de quatro (Nelton, Pedro, Hassem e Atália), possuindo cada um deles uma quota de 250.000,00 MT, três dos sócios são formadores e profissionais com renome na praça, pelo que a procura aos seus serviços tem sido muito grande.

No exercício de 2022, apresentou um resultado Líquido no montante de 25.000,00 MT e um lucro tributável / matéria colectável de 30 000,00 MT.

Questão 1

A FORPROF, Lda , como começou a sua actividade em setembro de 2022, o seu primeiro exercício vai de :

- Setembro de 2022 a Agosto de 2023;
- Setembro a Dezembro de 2022;
- Setembro de 2022 a Agosto de 2023 se houverem razões económicas para tal;
- Nenhuma das alternativas.

Resposta

- b) Setembro a Dezembro de 2022.

Justificação

Art, ° 7.° n. ° 4 al. a) do CIRPC.

A FORPROF, está a pensar criar salas de ensino na Matola, assim como noutras províncias, face á crescente procura dos seus serviços. A sua contabilista Dr.ª Milene foi consultada sobre essa decisão, pelo que considerou uma estratégia precipitada, uma vez que a sociedade está no seu segundo exercício. A Sócia Atália propôs investirem agora na Matola e fazer um estudo de mercado nas províncias de Sofala e Xai – Xai, ao que todos concordaram.

Tomaram então, a decisão de inicialmente fazerem um contrato de arrendamento de um imóvel bem situado no centro da Matola.

Questão 2

O contrato de arrendamento celebrado com o Sr. ° Farib, proprietário, consta de uma renda de 35.000,00 MT / mensal.

Qual o valor que o sr.° Farib vai receber mensalmente?

- 35.000,00 MT;
- 33.600,00 MT;
- 35.700,00 MT;
- Nenhuma das alternativas.

Resposta

- c) 35.700,00 MT;

Justificação

art.° 17 e art.° 9.° n.° 5 do CIVA e art.° 65.° n° 2 e 4, do CIRPS.

$35.000,00 \times 16\% = 5.600,00 \text{ MT IVA}$

$35.000,00 \times 14\% = 4.900,00 \text{ RF}$

$35.000,00 + 5.600,00 - 4.900,00 = 35.700,00 \text{ MT}$

Questão 3

A Dr.ª Milene, ao contabilizar a renda mensalmente tem de utilizar as seguintes contas:

- Debitar a conta 6.3.2.3.2por 35.000,00MT, debitar a conta 4.4.3.2 ... por 5.600,00 MT, creditar 12.1 por 35.700,00 e creditar 4.4.2.4 Por 4.9000 MT;
- Debitar a conta 63.2.3.2 ... por 33.6.000,00MT, debitar a conta 4.4.3.2 ... por 7.000,00 MT, creditar
- 12.1 por 33.600,00 e creditar 4.4.2.4 Por 7.000,00 MT;
- Debitar a conta 4.4.3.2 por 7.000,00 debitar a conta 4.4.2.4 por 35.000,00 creditar 12.1 42.000,00;
- Nenhuma das alternativas.

Resposta

- a) Debitar a conta 6.3.2.3.2por 35.000,00MT, debitar a conta 4.4.3.2 ... por 5.600,00 MT, creditar 12.1 por 35.700,00 e creditar 4.4.2.4 Por 4.9000 MT;

Justificação

Decreto n.° 70/2009, Plano de Contabilidade com base nas NIRF (PGC – NIRF)

Em assembleia Geral de aprovação de contas e distribuição de lucros de 2022, foi deliberado que os lucros seriam em 50% para gratificações aos funcionários e 50% para a constituição de reservas.

Questão 4

Será que a deliberação da assembleia geral está de acordo com o código comercial?

- Não, pois o contrato da sociedade pode dispor que uma percentagem não inferior a 25% e nem

- superior a 75%, do lucro distribuível do exercício seja obrigatoriamente distribuído aos sócios;
- b. Sim, se para a reserva legais for uma percentagem não inferior a 20% e o restante para reservas livres;
 - c. Sim, porque não tem de haver distribuição aos sócios;
 - d. Nenhuma das alternativas.

Resposta

a) Não, pois o contrato da sociedade pode dispor que uma percentagem não inferior a 25% e nem superior a 75%, do lucro distribuível do exercício seja obrigatoriamente distribuído aos sócios.

Justificação

CC Lei n.º 1/2022, art.º 305 n.º 2.

O valor aprovado para gratificação aos empregados, inclui os 4 sócios-gerentes, os quais tem um ordenado mensal de 20.000,00 MT cada.

Questão 5

Será que as gratificações aos trabalhadores contribuem para a formação do Lucro tributável?

- a. Sim, porque são variações patrimoniais negativas;
- b. Não, porque são variações patrimoniais positivas excecionadas;
- c. Sim, porque são variações patrimoniais negativas e o valor a distribuir pelos trabalhadores sócios, se não ultrapassa duas vezes o salário mensal;
- d. Nenhuma das alternativas.

Resposta

c) Sim, porque são variações patrimoniais negativas e o valor a distribuir pelos trabalhadores sócios, se não ultrapassa duas vezes o salário mensal;

Justificação

Art.º 24.º n.º 3 e 4 do CIRPC

A Dr.ª Milene, que tinha sido nomeada contabilista certificada da FORPROF, aquando do início de actividade desta, não tinha a noção do trabalho crescente que a empresa estava a ter, por isso foi propor á administração da empresa, para deixar de prestar serviços, como trabalhadora independente e passar a trabalhar a tempo inteiro com um contrato de trabalho a termo certo.

Questão 6

Será que a Dr.ª Atalia poderá ser trabalhadora dependente com contracto de trabalho sem termo?

- a. Sim pode, pois, os contabilistas certificados podem exercer a sua actividade quer através do contrato de trabalho, quer através de contracto de prestação de serviço;
- b. Não, porque para salvaguardar a sua independência, não podem ser trabalhadores por conta de outrem;
- c. Sim pode, mas o contrato de trabalho tem de ser por tempo determinado;
- d. Nenhuma das alternativas.

Resposta

a) Sim pode, pois, os contabilistas certificados podem exercer a sua actividade quer através do contrato de trabalho, quer através de contracto de prestação de serviço;

Justificação

Art.º 4.º e art.º 9.º da Resolução n.º 57GB/2014

Com o actual recurso às conferências e aulas on-line, através das plataformas, a FORPROF está a implementar aulas individuais e de formações online e híbridas para todo o país, a partir de Maputo, para isso vai adquirir,

equipamento de Streaming.

Questão 7

O equipamento streamming, será reconhecido no balanço da FORPROF, como:

- a. Um activo intangível;
- b. Um activo tangível;
- c. Um activo tangível de investimento;
- d. Nenhuma das alternativas.

Resposta

b) Um activo tangível

Justificação

Decreto n.º 70/2009, NCRF 13 §5

A FORPROF, muitas vezes recorre a outras empresas de formação para lhe prestarem serviços.

Questão 8

O valor das facturas das empresas de formação tem IVA?

- a. Não, porque estão isentos nos termos do art.º 9.º;
- b. Sim, a uma taxa de 5%;
- c. Sim, a uma taxa de 16%;
- d. Nenhuma das alternativas

Resposta

c) Sim, a uma taxa de 5%

Justificação

Art.º 17 A do CIVA

Relativamente ao IVA suportado na aquisição de prestação de serviços pela FORPROF, a administração perguntou á Dr.ª Milene se o IVA era dedutível ou não. Ao que lhes foi dito:

Questão 9

- a. Sim, porque o IVA suportado é dedutível;
- b. Não, está excluído de direito á dedução, por serem serviços de ensino ministrado por uma sociedade privada;
- c. Sim, mas só em determinada percentagem;
- d. Nenhuma das alternativas.

Resposta

- e. b) Não, está excluído de direito á dedução, por serem serviços de ensino ministrado por uma sociedade privada;

Justificação

Art.º 20 n.º2, do CIVA

A FORPROF, tem vindo a adquirir cada vez mais popularidade o que tem trazido uma procura crescente, por isso os seus sócios reuniram-se para tomar algumas decisões estratégicas, a fim de projetarem o seu futuro a curto e a longo prazo. A curto prazo estão a equacionar se irão contractar professores/ formadores como trabalhadores dependentes, e, portanto, firmarem com eles contractos de trabalho a termo de 1 ano.

Questão 10

Contabilisticamente como será registado os gastos dos professores/formadores como trabalhadores dependentes, com um ordenado de 50.000,00 MT?

- a. Débito 6.2.2. no valor de 50.000,00 MT; Débito 6.2.3 no valor de 2.000,00 MT, Crédito da 4.6.2.2 no valor de 44.275,00 MT; Crédito da conta 4.4.9 no valor de 3.500,00 MT; Crédito de 4.4.2.1.no valor de 4.225,00 MT
- b. Débito 6.2.2. no valor de 50.000,00 MT; Débito 6.2.3 no valor de 2.000,00 MT, Crédito da 4.6.2.2 no valor de 44.275,00 MT; Crédito da conta 4.4.9 no valor de 2.000,00 MT; Crédito de 4.4.2.1.no valor de 4.225,00 MT
- c. Débito 6.2.2 no valor de 50.000,00 MT; Débito 4.4.9 no valor de 2.000,00 MT , Crédito da 4.6.2.2 no valor de 44.275,00 MT; Crédito da conta 4.4.9 no valor de 3.500,00 MT; Credito de 4.4.2.1.no valor de 4.225,00 MT;
- d. Nenhuma das alternativas.

Resposta

- a) Débito 6.2.2. no valor de 50.000,00 MT; Débito 6.2.3 no valor de 2.000,00 MT, Crédito da 4.6.2.2 no valor de 44.275,00 MT; Crédito da
- b) conta 4.4.9 no valor de 3.500,00 MT; Crédito de 4.4.2.1.no valor de 4.225,00 MT

Justificação

Decreto 70/2009 Plano Geral de Contabilidade com base nas NIRF (PGC-NIRF)

$50.000,00 * 4\% = 2.000,00$ INSS entidade patronal

$50.000,00 * 3\% = 1.500,00$ INSS trabalhador

4.225,00 Retenção na fonte

Ao perceberem que com um trabalhador dependente tinham outros gastos associados, quiseram saber quais:

Questão 11

As empresas quando contractam um trabalhador através de um contrato de trabalho obrigatoriamente tem:

- a) Suportar a segurança social em 7%;
- b) Suportar a segurança social em 3%;
- c) Suportar a segurança social em 4%;
- d) Nenhuma das alternativas.

Resposta

- c) Suportar a segurança social em 4%;

Justificação

INSS

O Dr. ° Hassen, perguntou à Dr.^a Milene então o que ficaria mais económico para a empresa, contratar um professor/formador como trabalhador independente ou como trabalhador dependente. A Dr.^a Milene referiu que eram situações diferentes e como tal traziam gastos diferentes, pois o horário de trabalho seria diferente e não haveria lugar a segurança social, mas a FORPROF teria de efectuar uma retenção na Fonte.

Questão 12

A FORPROF terá de efectuar uma retenção na fonte sobre os honorários profissionais do professor/ formador?

- a) Sim, tem de realizar uma retenção na fonte a título de pagamento por conta a uma taxa de 20%;
- b) Sim, tem de realizar uma retenção na fonte a título definitivo a uma taxa de 20%; c) Não, porque está isento;
- c) Nenhuma das anteriores.

Resposta

- a) Sim, tem de realizar uma retenção na fonte a título de pagamento por conta a uma taxa de 20%;

Justificação

Art,° 65.° n.º2 do CIRPS

Perante esta situação decidiram analisar melhor a situação, pois não só havia a equacionar os gastos, como também as condições dos serviços prestados.

A Dr.^a Atália chamou a atenção para a estratégia de expansão que já anteriormente tinha sido equacionada, para delegações da FORPROF nas províncias de Sofala e Xai-Xai, principalmente no que diz respeito ao apoio às aulas, já que a formação de uma maneira geral era prestada on-line.

Para a implementação da empresa na Beira, havia necessidade da aquisição de um imóvel amplo para a sua divisão em salas de vários tamanhos, imóvel esse, encontrado mesmo junto a uma escola secundária e cujo valor era de 10.000.000,00 MT, mas que precisava de grandes obras quer para o pôr habitável, quer para o adaptar ao seu fim, essas obras foram orçadas em 50.000.000,00 de MT.

Questão 13

O reconhecimento e mensuração inicial na contabilidade da FORPROF foi:

- a. Débito 3.2-1,2 no valor de 60.200.000,00 MT; crédito 4.6.1.1 no valor de 60.200.000,00MT;
- b. Débito 3.2.1.2. no valor de 60.000.000,00MT; Crédito 4.6.1.1 no valor de 60.000.000,00 MT;
- c. Débito 3.2.1.2 no valor de 60.200.000,00 MT; Crédito de 4.4.4.3 no valor de 200.000,00; Crédito de 4.6.1.1 no valor de 60.000.000,00 MT;
- d. Nenhuma das alternativas.

Resposta

- a) Débito 3.2-1,2 no valor de 60.200.000,00 MT; crédito 4.6.1.1 no valor de 60.200.000,00MT;

Justificação

Decreto 70/2009 Plano Geral de Contabilidade com base nas NIRF (PGC-NIRF) ; NCRF 13 § 4

$10.000.000,00 * 2 \% = 200.000,00$ SISA art.º 10.º

$10.000.000,00 + 50.000.000,00 + 200.000,00 = 60. 200.000,00$ Reconhecimento inicial do imóvel.

No caso de a empresa, por necessidades financeiras, tivesse de recorrer ao crédito bancário a 5 anos para pagamento das obras, cujos juros ascendia a 45.000.000,00MT.

Questão 14

Esses juros deveriam ser

- a) Capitalizados;
- b) Reconhecidos como gastos, numa base anual;
- c) Capitalizados porque o empréstimo foi contraído exclusivamente para a aquisição do imóvel;
- d) Nenhuma das alternativas.

Resposta

- c)Capitalizados porque o empréstimo foi contraído exclusivamente para a aquisição do imóvel.

Justificação

NCRF 13 §17 e NCRF 27

Se em vez de contraírem um empréstimo bancário, fossem os sócios a” injectar” o dinheiro na empresa para as obras, o seu empréstimo era considerado:

Questão 15

a) Prestações suplementares;

b) Prestações Acessórias;

c) Suprimentos;

d) Nenhuma das alternativas

Resposta
c)Suprimentos

Justificação
CC Lei n.º 1/2022, art.º 107.

Após a realização das obras, o imóvel estrará em uso, na contabilidade será reconhecida uma amortização no 1.º ano de 7.525.000,00 MT.

Questão 16

A amortização será aceite fiscalmente?

a) Sim, porque utiliza o método das quotas degressivas;

b) Não porque a amortização excede o limite estabelecido no Regime Fiscal de Amortizações;

c) Não, porque as obras não são suscetíveis de amortizações;

d) Nenhuma das alternativas

Resposta
b) Não porque a amortização excede o limite estabelecido no Regime Fiscal de Amortizações.

Justificação
Decreto n.º 72/2013 e art.º 27.º do CIRPC
 $60.200.000,00 \times 2\% = 1.204.000,00$ – amortização pela taxa máxima

O sócio Dr. ° Pedro, quis saber qual era e a possibilidade e utilidade de implementar um sistema de centros de custo, um para a formação e outro para o apoio às aulas (explicações). Decidiram, então pedir ajuda á Dr.ª Milene para serem informados sobre o que eram gestão por centros de custo.

Questão 17

Centros de custos são:

a) A gestão por centro de custo é a estratégia que divide internamente a operação financeira da empresa em setores para ratear despesas e receitas;

b) A gestão por centro de custos separa as despesas comuns das especificas;

c) Na gestão por centros de custos determina-se os custos fixos;

d) Nenhuma das alternativas.

Resposta
a) A gestão por centro de custo é a estratégia que divide internamente a operação financeira da empresa em setores para ratear despesas e receitas;

Justificação
Manual de contabilidade de Gestão de Pires Caiado

Então, após esta explicação ficaram a perceber que os objectivos da contabilidade de gestão eram:

Questão 18

a) Conhecer os custos de cada atividade da empresa; demarcar o peso/valor de cada elemento do balanço da empresa; perceber os resultados; recolher informações para a planificação e controlo; conhecer previsões de gastos e receitas;

b) Conhecer os custos de cada atividade da empresa;

c) Fazer a previsão dos gastos;

d) Nenhuma das alternativas,

Resposta
a) Conhecer os custos de cada atividade da empresa; demarcar o peso/valor de cada elemento do balanço da empresa; perceber os resultados; recolher informações para a planificação e controlo; conhecer previsões de gastos e receitas.

Justificação
Manual de Contabilidade de Gestão de Pires Caiado

Recorrendo a uma exemplificação a Dr. ° Milene explicou que uma das vantagens da utilização da contabilidade de gestão era determinar as margens e os resultados, por isso se a FORPROF num determinado exercício obtivesse no centro de explicações um valor unitário de venda de 1.000MT e os seus custos de mão de obra directa de 400.00 MT, mão de obra indirecta 50,00 MT e os GGF 1/4 da mão de obra directa, o seu resultado bruto seria:

Questão 19

a) 500,00MT;

b) 450,00MT;

c) 600,00MT;

d) Nenhuma das alternativas

Resposta
a) 500,00 MT

Justificação
 $RB = PV - (MOD - GGF)$
 $GGF = \frac{1}{4} 400,00 = 100,00$
 $RB = 1.000,00 - (400,00 + 100,00) = 500,00$

Como o contracto de prestações de serviço da Dr.ª Milene ainda não tinha sido transformado em contracto de trabalho, entretanto, a empresa já tinha admitido mais trabalhadores administrativos, para preparação de todo o trabalho contabilístico e até já tinham adquirido um software integrado de contabilidade, facturação, processamento de salários e ativos tangíveis.

Como a empresa estava a lançar uma grande campanha publicitária que cobria todos os canais televisivos, radiofónicos e outdoors, no ar por um período de 18 meses a Dr.ª Milene perguntou á administração se também podia incluir a sua publicidade indicando a sua identificação como contabilista certificada membro da OCAM.

Questão 20

Será que esta publicidade respeita os princípios éticos e deontológicos?

a) Sim, pois somente indica o seu nome e que é membro da OCAM;

b) Não porque não pode fazer publicidade nos termos do regulamento da OCAM;

c) Não porque é uma publicidade de um seu cliente;

d) Nenhuma das alternativas.

Resposta

a) Sim, pois somente indica o seu nome e que é membro da OCAM;

Justificação

Resolução n, ° 7/ GB/ 2014 art.º21

Na sequência da campanha publicitária, cujo valor estava orçamentado em 1.000.000,00 MT, a Dr.ª Milene está indecisa sobre se deveria contabilizar o gasto todo neste exercício ou se iria reconhecer como um activo intangível por ser o lançamento dos serviços e da empresa

Questão 21

- a) Deverá ser reconhecido como gasto na conta de 6.3.2.2.7 por o montante de 1.000.000,00 MT
- b) A norma que rege os activos intangíveis, elege as despesas de publicidade como um ativo intangíveis;
- c) Deverá reconhecer 500.000,00 MT como gasto a débito da conta 6.3.2.2.7 e os restantes 500.000,00 MT a débito da conta 4.9.4 Gastos diferidos;
- d) Nenhuma das alternativas,

Resposta

- c) Deverá reconhecer 500.000,00 MT como gasto a débito da conta 6.3.2.2.7 e os restantes 500.000,00 MT a débito da conta 4.9.4 Gastos diferidos;

Justificação

Decreto 70 /2009 Base do Acréscimo §20

Questão 22

Em termos fiscais quais as possíveis implicações por na contabilidade, o gasto ter sido diferido por 2 anos:

- a) Tem implicações na medida em que fiscalmente uma campanha publicitária tem de ser diferida por 3 anos, caso haja divergência entre a contabilidade e a fiscalidade, deve haver correcções ao Resultado Líquido para determinação do Lucro Tributável;
- b) Não tem implicações porque o gasto foi reconhecido pelo tempo em que a publicidade esteve em vigor;
- c) As diferenças entre a contabilidade e a fiscalidade são temporárias, por isso as implicações são somente ao nível dos impostos diferidos;
- d) Nenhuma das alternativas

Resposta

a) Tem implicações na medida em que fiscalmente uma campanha publicitária tem de ser diferida por 3 anos, caso haja divergência entre a contabilidade e a fiscalidade, deve haver correcções ao Resultado Líquido para determinação do Lucro Tributável;

Justificação

Art,º 36B do CIRPC

A Dr.ª Milene, ainda continua muito indecisa, quanto em alterar o seu vínculo contratual com a FORPROF, pois se por um lado, não tinha de se preocupar com a falta de pagamento dos seus clientes, por outro, tinha muitos clientes de há longo tempo por quem nutria respeito e amizade, por isso estava a equacionar a hipótese de fazer uma escolha nos seus clientes, pois tinha cerca de uma dezena que não lhe pagavam as avenças há mais de uma ano, em relação a esses pensou adoptar uma das seguintes medidas:

Questão 23

Aos que lhe estavam em mora iria reter os documentos, para assim os obrigar a pagar, será ético?

- a) A Dr.ª Milene, não pode reter os documentos;
- b) A falta de pagamento dos honorários ou remunerações acordadas com as entidades a que prestam serviços, somente constitui justa causa para a rescisão do contrato, após o qual entrega à entidade a quem prestou serviços, ou a quem aquela indicar por escrito, os livros e documentos que tenha em seu poder, no prazo máximo de 60 dias;
- c) A Dr.ª Milene pode reter toda a documentação até os seus honorários lhe serem pagos;
- d) Nenhuma das anteriores.

Resposta

b) A falta de pagamento dos honorários ou remunerações acordadas com as entidades a que prestam serviços, somente constitui justa causa para a rescisão do contrato, após o qual entrega à entidade a quem prestou serviços, ou a quem aquela indicar por escrito, os livros e documentos que tenha em seu poder, no prazo máximo de 60 dias.

Justificação

Resolução n.º 5/GB/2014 art.º n.º 16,º n.º 1

Questão 24

A Dr.ª Milena, também pensou que como alguns dos clientes não lhes interessavam os documentos, então devia, em dezembro, cessar o seu contrato, mas tinha dúvidas se o podia fazer.

- a) Não pode porque o contrato de prestações de serviço dos contabilistas tem obrigatoriamente de abranger um exercício económico, por isso seria obrigada a encerrar o exercício de 2023, assim como cumprir com as obrigações declarativas e de pagamento;
- b) Sim pode, desde que alegue avenças em atraso;
- c) Sim, ao fazer renúncia do contrato não tem de proceder ao encerramento do exercício de 2023;
- d) Nenhuma das alternativas.

Resposta

a) Não pode porque o contrato de prestações de serviço dos contabilistas tem obrigatoriamente de abranger um exercício económico, por isso seria obrigada a encerrar o exercício de 2023, assim como cumprir com as obrigações declarativas e de pagamento.

Justificação

Resolução n.º 5/GB / 2014, art.º 9.º

O Dr. ° Hassen, convocou uma reunião do conselho de administração para que todos tomassem conhecimento das alterações ao Código Comercial e se estavam a par da nova forma societária “Sociedade por acções simplificadas”

Deram início á reunião, mas havia alguma falta de informação sobre o funcionamento deste tipo de sociedade. Então o Dr. ° Hassem que já tinha algumas informações explicou:

Questão 25

- a) A Sociedade por acções simplificada é conhecida pela sigla SA;
- b) A sociedade por acções simplificada é constituída por uma ou mais pessoas, singular ou colectiva, o seu capital é dividido em acções e cada accionista limita a sua responsabilidade ao valor das acções que subescreveu;
- c) A sociedade por acções simplificada tem as suas acções cotadas na bolsa;
- d) Nenhuma das alternativas.

Resposta

b) A sociedade por acções simplificada é constituída por uma ou mais pessoas, singular ou colectiva, o seu capital é dividido em acções e cada accionista limita a sua responsabilidade ao valor das acções que sub-escreveu.

Justificação

CC Lei 1/2022, art.º 441

Todos os outros sócios ficaram muito entusiasmados e a Dr.ª Atália achou prudente fazer uma reunião com a Dr.ª Milene e o advogado para estarem mais bem informados sobre esse tipo societário e quais as vantagens, ao que todos concordaram.

Boa Sorte!

Opção B - Parte II

9 de Dezembro de 2023
COMPROVATIVO DE ENTREGA

Bilhete de identidade/P: _____ Código de Inscrição _____

O Júri: _____

Leia com atenção as seguintes instruções:

- As respostas às questões do presente exame devem ser baseadas na legislação em vigor nesta data.
- Não será permitida a consulta de legislação anotada nem a utilização de meios informáticos programáveis.
- Esta prova tem duas partes, cada uma com duração de duas horas.
- Cada questão tem a cotação de 0,4 valores.
- Leia atentamente as questões. Depois, assinale com um “X” a alínea (a, b, c ou d) correspondente à melhor resposta a cada questão.

PARTE I

1. Os procedimentos de auditoria externa incluem obrigatoriamente:

- a) A realização de testes substantivos e adjetivos.
- b) A realização de testes de observância, de testes substantivos e adjetivos.
- c) Exclusivamente a realização de testes de observância.
- d) Exclusivamente a realização de testes substantivos.

2. Na aplicação dos testes substantivos, o Auditor deve objectivar as seguintes conclusões, EXCETO:

- a) Existência – se o componente patrimonial existe em certa data.
- b) Mensuração – se todas as transacções estão registadas.
- c) Direitos e obrigações – se efectivamente existentes
- d) Materialidade – se a informação é material e se a sua omissão ou distorção pode influenciarem as decisões económicas dos utentes

3. Uma das finalidades dos papéis de trabalho em auditoria é:

- a) Ajudar a empresa na maximização dos seus lucros.
- b) Ajudar o Auditor Independente no planeamento da auditoria.
- c) Fornecer dados para o auditor estabelecer o nível de materialidade na avaliação do efeito de distorções
- d) identificadas na auditoria e de distorções não corrigidas, se existirem, nas demonstrações financeiras
- e) Registrar as descobertas realizadas e comprovar o cumprimento do trabalho de auditoria.

4. Durante a auditoria, descobriu-se que um activo que foi adquirido no ano passado e que está a ser depreciado ao longo de cinco anos não está mais em uso porque foi danificado de forma irreparável.

Qual é a resposta de auditoria apropriada?

- a) Solicitar que o activo seja amortizado completamente
- b) Solicitar que o activo seja alienado
- c) Solicitar à administração que reduza o activo ao seu valor recuperável

- d) Nenhuma resposta é necessária, pois o custo do activo será, em qualquer caso, reconhecido por meio de depreciação.

5. Durante o ano, uma empresa iniciou uma acção judicial contra um antigo director-geral por alegado roubo. Na data do balanço, os consultores jurídicos da empresa são de opinião que é possível que a empresa receba um montante substancial de compensação.

Como isso deve ser tratado nas demonstrações financeiras? E quando praticável uma estimativa do seu efeito financeiro não está tudo bem

- a) Não ajustar ou divulgar
b) Reconhecer uma conta a receber
c) Divulgar um activo contingente
d) Informa o valor

6. Um item incluído no stock final também foi incluído nas vendas e contas a receber e nas compras e contas a pagar.

Supondo que as mercadorias não sejam vendidas legalmente até serem despachadas, que ajustes são necessários para corrigir as demonstrações financeiras?

- a) Reduzir stock, vendas e contas a receber
b) Reduzir apenas vendas e contas a receber
c) Reduzir somente o stock
d) Reduzir vendas e contas a receber e compras e contas a pagar

7. Um produto teve recentemente seu preço de venda aumentado em 5%. Isto levou a uma redução de 10% no número de unidades vendidas.

Qual das seguintes afirmações sobre o produto está correcta?

- a) Tem uma elasticidade-preço da demanda de 0,5
b) É elástico unitário
c) É provável que seja classificado como uma necessidade pelos clientes
d) Pode ter um grande número de substitutos

8. Uma curva de possibilidades de produção denota:

- a) Quanto dos recursos da sociedade são usados para produzir uma determinada mercadoria;
b) As várias combinações alternativas de duas mercadorias que podem ser produzidas;
c) A taxa de desemprego na economia;
d) Todas as afirmações anteriores.

9. O custo de um bem medido em termos do que devemos sacrificar para produzi-lo designase:

- a) Custo real;
b) Custo de oportunidade;
c) Custo do bem substituto;
d) Todas as respostas acima

10. O problema fundamental ou central de qualquer sociedade é o que produzir, como produzir e para quem produzir.

Para quem produzir, refere-se:

- a) A quem deveria receber os bens e serviços produzidos;
b) À forma com é dividida a produção entre as pessoas;
c) A quanto da produção corrente deve seguir para o crescimento económico;
d) Àqueles que podem poupar a fim de prever a manutenção do sistema.

11. A taxa de juro anual nominal praticada por uma instituição de crédito é de 2,0 %. Podemos afirmar que:

- a) Se a capitalização for mensal, a taxa de juro efectiva trimestral é de 0,5 %.
b) Se a capitalização for semestral, a taxa de juro efectiva trimestral é de 0,5 %.
a) Se a capitalização for trimestral, a taxa de juro efectiva trimestral é de 0,5 %.
b) Se a capitalização for anual, a taxa de juro efectiva trimestral é de 0,5 %.
12. O Património Líquido de uma determinada empresa, em 31.12.2022, era de 150.000,00 MT.

O Lucro Líquido apurado no exercício de 2022 foi de 12,50% do total do Património Líquido. Considerando que o nível de lucratividade permaneça, o retorno total dos investimentos dos sócios será de: a) 6 anos.

- a. 8 anos.
b. 10 anos.
c. 12 anos.

13. Na empresa XXL Lda, 8 funcionários produzem 2.000 peças, trabalhando 8 horas por dia durante 5 dias. Para que a empresa produza 6.000 peças em 15 dias, trabalhando 4 horas por dia, são necessários: a) 4 funcionários.

- a) 8 funcionários.
b) 10 funcionários.
c) 16 funcionários.

14. Uma empresa desconta uma nota promissória no valor de 9.000,00MT, 72 dias antes do vencimento, em um banco, a uma taxa de desconto comercial de 5% ao mês. Sabendo-se que o banco cobra uma taxa administrativa de 0,5% sobre o valor nominal do título para esse tipo de operação.

Qual é o valor do desconto?

- a) 1.010,00
b) 1.080,00
c) 1.050,00
d) 1.100,00

15. Qual das frases seguintes representa um ponto forte do uso do Retorno sobre o Investimento como uma medida de desempenho para avaliação de investimentos?

- a) É uma medida absoluta de aumento da riqueza dos accionistas
b) Utiliza lucros objectivos em vez de fluxos de caixa subjectivos
c) Leva a decisões congruentes com objectivos
d) Pode ser usado para comparar projectos de diferentes tamanhos, desde que sejam considerados os mesmos critérios de avaliação.

16. O Pay-Back Simples (período de retorno) é o número de anos que uma empresa leva para recuperar seu valor original de investimento a partir de retornos líquidos. Qual das seguintes afirmações é verdadeira?

- a) É calculado antes da depreciação e da tributação
b) É calculado antes da depreciação, mas depois dos impostos
c) É calculado após a depreciação, mas antes dos impostos
d) É calculado após depreciação e impostos

17. O orçamento de caixa da BBN Lda, destaca um superavit de curto prazo no futuro próximo. Qual das seguintes acções seria apropriada para aproveitar o excedente?

- a) Pagar aos fornecedores com antecedência para aproveitar quaisquer descontos de pagamento antecipado
b) Recomprar as acções da empresa

- c) Aumentar as contas a pagar atrasando o pagamento aos fornecedores
- d) Investir em uma conta bancária de depósito de longo prazo

18. O ciclo de investimento abrange o conjunto de operações que garantem a existência e gestão dos activos de produção e investimentos financeiros e restantes activos não correntes que suportam as operações do ciclo das actividades operacionais.

Qual dos seguintes exemplos fazem parte do ciclo de investimento?

- a) Recebimentos e pagamentos de caixa relativos a contratos com a finalidade de negócio.
- b) Pagamentos de caixa por aquisição de acções (quotas) próprias, redução do capital ou amortização de acções (quotas);
- c) Recebimentos de caixa provenientes da emissão de acções ou de outros instrumentos de capital próprio;
- d) Adiantamentos de caixa e empréstimos feitos a outras entidades destinados a financiarem activos que geram retorno;

19. É um conjunto de aplicativos para escritório que contém programas como processador de texto, planilha de cálculo, base de dados, apresentação gráfica e gestor de tarefas, de e-mails e contactos.

- a) Microsoft Windows
- b) Microsoft Office Word
- c) Microsoft Office
- d) Microsoft Office Excel

20. Para que o Sistema de Gestão de Informação seja utilizado de maneira adequada e a empresa possa usufruir das suas funções básicas, é necessário observar alguns pontos, entre os quais podem ser citados:

- a) o envolvimento adequado da alta e média administração com o Sistema de Gestão de Informação;
- b) Fornecimento de melhores projecções sobre o nível de investimento a ser realizado em tecnologias de informação;
- c) Melhoria na estrutura organizacional, definindo as tarefas e responsabilidades de cada um;
- d) Melhoria na estrutura do poder, propiciando maior poder para aqueles que entendem de gestão;

21. “São um conjunto de tecnologias que disponibiliza os meios necessários à operação do processo decisório em qualquer organização por meio do tratamento dos dados disponíveis” (Cruz, 2007, p. 56).

A que tipo de sistema se refere a definição acima?

Selecione uma opção de resposta:

- a) Sistemas de Suporte Executivo
- b) Sistema de Informações de Gestão
- c) Sistemas de Suporte à Decisão
- d) Sistemas de Conhecimento

22. “É definido como sendo a ferramenta que tem por finalidade automatizar processos, racionalizando-os e, consequentemente, aumentando sua produtividade por meio de dois componentes implícitos: organização e tecnologia. [...] faz a informação necessária a cada actividade percorrer o processo previamente mapeado.” (CRUZ, 2007, p. 146).

A que tipo de ferramenta se refere a definição acima?

Selecione uma opção de resposta:

- a) Knowledge Management (KM) – Gestão do Conhecimento
- b) O workgroup (WG– grupo de trabalho)
- c) Supply Chain Management (SCM) – Gestão da Cadeia de Suprimentos
- d) workflow (fluxo de trabalho)

23. A informação capaz de fazer diferença nas decisões que possam ser tomadas pelos usuários das informações contabilísticas é o conceito associado a seguinte característica qualitativa: a) Materialidade

- b) Comparabilidade
- c) Compreensibilidade
- d) Relevância

24. Qual dos itens a seguir NÃO é um dos princípios da Governação Corporativa?

- a) Cumprimento das Leis (compliance)
- b) Equidade (fairness)
- c) Transparência (disclosure)
- d) Auditoria constante

25. A empresa A foi cindida transferindo todo o seu património para a empresa B. Assinale a afirmação correcta quanto ao processo de cisão apresentado.

- a) A empresa B deixará de existir
- b) A empresa cindida continuará com sua personalidade jurídica
- c) Há formação de uma nova sociedade com personalidade jurídica distinta
- d) A empresa A deixará de existir

Exames do Colégio dos Contabilistas Certificados

Opção B – Outubro
II PARTE

Grelha de Correção

RESPOSTA	COTAÇÃO
A realização de testes de observância, de testes substantivos e adjectivos.	0,4
Mensuração – se todas as transacções estão registadas.	0,4
Registar as descobertas realizadas e comprovar o cumprimento do trabalho de auditoria.	0,4
Solicitar à administração que reduza o activo ao seu valor recuperável	0,4
Não ajuste ou divulgue	0,4
Reduzir apenas vendas e contas a receber	0,4
Pode ter um grande número de substitutos	0,4
As várias combinações alternativas de duas mercadorias que podem ser produzidas;	0,4
Custo de oportunidade	0,4
À forma com é dividida a produção entre as pessoas;	0,4
Se a capitalização for trimestral, a taxa de juro efectiva trimestral é de 0,5 %.	0,4
8 anos.	0,4
16 funcionários.	0,4
1.080,00	0,4
Pode ser usado para comparar projectos de diferentes tamanhos , desde que sejam considerados os mesmos critérios de avaliação.	0,4
É calculado antes da depreciação, mas depois dos impostos	0,4
Pagar os fornecedores com antecedência para aproveitar quaisquer descontos de pagamento antecipado	0,4
Adiantamentos de caixa e empréstimos feitos a outras entidades destinados a financiarem activos que geram retorno;	0,4
Microsoft Office	0,4
O envolvimento adequado da alta e média administração com o Sistema de Gestão de Informação	0,4
Sistema de Informações de Gestão	0,4
Workflow (fluxo de trabalho)	0,4
Relevância	0,4
Auditoria constante	0,4
A empresa A deixará de existir	0,4
Total	10

Opção A

31 de Agosto de 2024
COMPROVATIVO DE ENTREGA
Bilhete de identidade/P: _____ Código de Inscrição _____
O Júri: _____

- Leia com atenção as seguintes instruções:
- As respostas às questões do presente exame devem ser baseadas na legislação em vigor nesta data.
 - Não será permitida a consulta de legislação anotada nem a utilização de meios informáticos programáveis.
 - Esta prova tem duas partes, cada uma com duração de duas horas.
 - Cada questão tem a cotação de 0,4 valores.
 - Leia atentamente as questões. Depois, assinale com um “X” a alínea (a, b, c ou d) correspondente à melhor resposta a cada questão.

PARTE I

Considerando a informação apresentada no texto
responda às seguintes 25 questões

Os quatro irmãos da família Siteo, Armando, Shauder, Katia e Salvador, herdaram em Junho de 2023, uma machamba com 50 cabeças de gado caprino, na província de Tete, os quatro irmãos pensaram em não partilhar a herança, e constituírem uma sociedade por quotas, cujo capital social subscrito seria realizado uma parte em espécie e outra em dinheiro, com quatro quotas iguais cuja actividade seria a pecuária, através da criação de gado caprino. O Armando, licenciado em agronomia, foi ele que de certa maneira influenciou os outros irmãos, que tinham formações diferentes, o Shauder era arquiteto, a Katia Contabilista e o Salvador engenheiro informático, mas como todos residiam na província de Tete e não muito longe uns dos outros e relativamente perto da machamba, concordaram.

O Armando conhecedor do assunto, deu informações aos irmãos sobre o que se passava com os “cabritos de Tete” e as suas potencialidades e que havia um Projecto agropecuário de integração de pequenos produtores nas cadeias produtivas de carnes – Canelfood. A Canelfood Alimentar, Lda. é uma empresa de Direito Moçambicano com sede na Cidade de Tete. Ela opera na área de processamento e distribuição de carnes de cabrito e de vaca ao nível nacional e internacional e funciona desde 2013.

Cerca de 90% da sua matéria-prima depende exclusivamente de pequenos produtores, semi-organizados, de quase todos os distritos da província de Tete. A província de Tete conta com mais de 600.000 caprinos, e é o maior produtor nacional de gado caprino. Nos últimos 3 anos, a canelfood comprou das comunidades mais de 100 mil cabritos, num valor superior a 10 milhões de Meticais.

Com toda esta informação, os irmãos decidiram concretizar o projecto de constituírem a sociedade e como a Kátia é contabilista certificada liderou o processo de constituição da sociedade e da organização contabilística da mesma, assumindo também a responsabilidade como contabilista certificada da empresa,

Decidiram constituir uma sociedade por quotas, com a designação comercial “Cabritete, Lda”, com um capital social de 800.000,00 MT divididos em 4 quotas iguais de 200.000,00MT cada. Como o capital social seria realizado em dinheiro e em espécie, houve necessidade de fazer uma avaliação da machamba e a Katia informou que como parte da herança era constituída pelas 50 cabeças de cabritos, activos biológicos e a actividade da sociedade era pecuária, a valorização das cabeças de cabritos, teria de estar de acordo com a NCRF 11- Agri-cultura e activos biológicos, que por sua vez, tratada em termos internacionais pela IAS 41.

Questão n. °1

Fazendo ligação á estrutura conceptual a NCRF 11 , faz a mensuração dos activos biológicos:

- a. A mensuração, tem por regra aplicável o Modelo do Justo Valor;
- b. A mensuração, tem por regra aplicável o Modelo do Custo;
- c. A mensuração, tem por regra aplicável o Modelo do Justo Valor, com os ganhos e as perdas da sua variação a serem reconhecidas directamente em resultados, sendo apenas aplicável o Modelo do custo, quando o justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade;
- d. Nenhuma das respostas.

Resposta

d) A mensuração, tem por regra aplicável o Modelo do Justo Valor, com os ganhos e as perdas da sua variação a serem reconhecidas directamente em resultados, sendo apenas aplicável o Modelo do custo, quando o justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade.

Justificação

NCRF 11 §16.

A Kátia também aconselhou consultar um advogado, pois a realização do capital em espécie, obedecia ao estipulado no Código Comercial e não queria cometer erros nesse sentido. Assim o fizeram, então ficaram a saber como se deve proceder na verificação do valor de realização em espécie e respectivo relatório de avaliação:

Questão n.º 2

A verificação do valor de realização deve ser:

- a) O bem com que o sócio ou accionista pretenda realizar em espécie uma participação de capital deve ser objecto de identificação, descrição e avaliação por meio de relatório, que é apensado ao acto constitutivo, a elaborar por três peritos ou sociedade de especializada e independente;
- b) O relatório deve ser elaborado pelos sócios que realizem a sua quota em espécie;
- c) Os peritos nomeados para elaborarem o relatório tem obrigatoriamente que ser advogados;
- d) Os peritos devem incluir obrigatoriamente um Contabilista Certificado.

Resposta

a) O bem com que o sócio ou accionista pretenda realizar em espécie uma participação de capital deve ser objecto de identificação, descrição e avaliação por meio de relatório, que é apensado ao acto constitutivo, a elaborar por três peritos ou sociedade de especializada e independente.

Justificação

CC Lei n. °1/2022, art.º n.º 93 n.º 1.

Para a determinação do justo valor das cabras, a fim de determinar o valor da realização em espécie do capital, partindo do pressuposto que há um mercado activo e que de acordo com as cotações oficiais de mercado disponibilizadas, é possível apurar os seguintes valores de mercado (MT/kg P. Vivo) á data de 30 de Junho de 2023

Cabras < 6Kg -----92MT
8kg < Cabras < 15 kg -----70MT

Sabendo-se que as 50 cabras, estavam identificadas em dois lotes de acordo com o seu peso médio, havia um lote de 30 cabras com peso médio < a 15kg e > a 8kg e 20 cabras com peso médio < a 6kg, considerado que os custos estimados no ponto de venda são de 100MT

Questão n.º 3

Qual o valor das cabras á data da elaboração do relatório de avaliação da realização do capital em espécie

- a) 4.000,00 MT;
- b) 4.100,00 MT;
- c) 4.200,00 MT;
- d) Nenhuma das respostas.

Resposta

d)Nenhuma das respostas.

Justificação

NCRF 11

$(30 \times 70 + 20 \times 92) - 100$

$3940 - 100 = 3840$

Os irmãos da Kátia perguntaram para no caso de não terem cotação das cabeças de gado como determinariam o seu valor.

Questão n.º 4

A katia explicou que:

- a) Existe a presunção de que o justo valor de um activo biológico pode ser mensurado com fiabilidade, mas só no reconhecimento inicial, pois quando não estiverem preços disponíveis preços determinados com base no mercado, e quando as alternativas para a determinação do justo valor não forem fiáveis. O activo biológico deve ser mensurado ao seu custo menos amortizações acumuladas e quaisquer perdas por imparidade acumuladas;
- b) Quando não houver mercado activo, utiliza-se o modelo do custo;
- c) Quando não houver mercado activo, não podemos utilizar a NCRF 11;
- d) Nenhuma das respostas anteriores

Resposta

a) Existe a presunção de que o justo valor de um activo biológico pode ser mensurado com fiabilidade, mas só no reconhecimento inicial, pois quando não estiverem preços disponíveis preços determinados com base no mercado, e quando as alternativas para a determinação do justo valor não forem fiáveis. O activo biológico deve ser mensurado ao seu custo menos amortizações acumuladas e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Justificação

NCRF 11 §16.

Os irmão de Katia também lhe pediram que explicasse como seriam tratados os terrenos da machamba. A Katia respondeu que:

Questão n. ° 5

- a) Aos terrenos relativos á actividade agrícola, não se aplica a normada NCRF – 11 – Agricultura e activos biológicos, mas sim a norma dos activos tangíveis (NCRF 13);
- b) Os terrenos são considerados produtos agrícolas;
- c) Os terrenos são considerados activos biológicos;
- d) Nenhuma das respostas.

Resposta

a) Aos terrenos relativos á actividade agrícola, não se aplica a normada NCRF – 11 – Agricultura e activos biológicos, mas sim a norma dos activos tangíveis (NCRF 13).

Justificação
NCRF 11 § 3 al. a).

No processo de legalização e enquadramento fiscal da Cabritete, Lda, a Katia teve algumas dúvidas sobre o enquadramento fiscal em sede de IRPC, pois a Cabritete como sociedade por quotas teria de ter contabilidade de acordo com o SCE, e por isso opta pelo regime de contabilidade organizada, ainda que inicialmente possam ter um volume de negócios inferior a 2.500.000,00 MT, mas a duvida consistia sobre a transparência fiscal.

Resposta

Questão n.º 6
O regime de transparência fiscal, aplica-se:

- a) Sociedades civis não constituídas sob forma comercial, sociedades de profissionais e sociedades de simples administração de bens;
- b) Sociedades por quotas, cujos sócios sejam irmãos;
- c) Sociedades em nome colectivo e sociedades de profissionais;
- d) Nenhuma das respostas.

a) Sociedades civis não constituídas sob forma comercial, sociedades de profissionais e sociedades de simples administração de bens.

Justificação
CIRPC, art. º 6, º n.º 1 al, a, b e c.

Os irmãos quiseram saber o que era uma sociedade de simples administração de bens, uma vez que a Katia estava em dúvida, se a Cabritete seria ou não considerada uma sociedade de simples administração de bens e por isso enquadrada na transparência fiscal.

Então a Katia explicou:

Questão n.º 7

- a) Uma sociedade de simples administração de bens, é a sociedade cujo capital social pertença directa ou indirectamente, a um grupo familiar;
- b) Considera-se uma sociedade de simples administração de bens, a sociedade que limita a sua actividade: à administração de bens ou valores mantidos como reserva ou para fruição; ou à compra de prédios para habitação dos seus sócios. Pode ainda a sociedade de simples administração de bens exercer conjuntamente outras actividades desde que os proveitos relativos a esses bens, valores ou prédios atinjam, na média dos últimos três anos, mais de 50% da média, durante o mesmo período, da totalidade dos seus proveitos;
- c) É uma sociedade constituída por um grupo familiar até ao 2.º grau;
- d) Nenhuma das respostas.

Resposta

b) Considera-se uma sociedade de simples administração de bens, a sociedade que limita a sua actividade: à administração de bens ou valores mantidos como reserva ou para fruição; ou à compra de prédios para habitação dos seus sócios. Pode ainda a sociedade de simples administração de bens exercer conjuntamente outras actividades desde que os proveitos relativos a esses bens, valores ou prédios atinjam, na média dos últimos três anos, mais de 50% da média, durante o mesmo período, da totalidade dos seus proveitos.

Justificação
CIRPC, art. º 6.º n.º 3 al c)

Para melhor perceberem como era a tributação das pessoas colectivas, enquadradas no regime de transparência fiscal explicou:

Questão n.º 8

- a) As pessoas colectivas enquadradas neste regime, estão isentas de IRPC, porque estão sujeitas a IRPS;
- b) As pessoas colectivas enquadradas neste regime, estão sujeitas às regras de IRPC, até à determinação da matéria colectável, que é rateada pelos sócios na proporção das suas quotas, e tributada em IRPS, como rendimentos da 2.º Categoria;
- c) Sujeita a IRPC á taxa de 32%;
- d) Todas as regras para determinar o rendimento colectável são de IRPS.

Resposta

c) As pessoas colectivas enquadradas neste regime, estão sujeitas às regras de IRPC, até à determinação da matéria colectável, que é rateada pelos sócios na proporção das suas quotas, e tributada em IRPS, como rendimentos da 2.º Categoria.

Justificação
CIRPC, art.º 13.º n.º 2 e CIRPS art.º 24 n.º 1 e 2

O Armando, engenheiro agrónomo, questionou a Katia sobre a vantagem de se implementar uma contabilidade de gestão na Cabritete, e qual a diferença entre a Contabilidade Financeira e a Contabilidade de Gestão.

Questão n.º 9

- a) A Contabilidade de Gestão é o ramo da Contabilidade voltada para a melhor utilização dos recursos económicos da empresa, tendo, por objectivo, fornecer instrumentos que auxiliem os gestores de empresas no processo de tomada de decisões., enquanto a contabilidade financeira, tem por objectivo controlar o património das empresas e apurar resultado global. Também presta informações a usuários externos que tenham interesse em acompanhar a evolução da empresa;
- b) A contabilidade de Gestão está virada para os recursos, enquanto a contabilidade Financeira para os resultados;
- c) A contabilidade financeira elabora a Demonstração de Resultados por Natureza e a Contabilidade Financeira a Demonstração de Resultados por Funções;
- d) A Contabilidade de Gestão é facultativa a Contabilidade Financeira é obrigatória,

Respostas

a) A Contabilidade de Gestão é o ramo da Contabilidade voltada para a melhor utilização dos recursos económicos da empresa, tendo, por objectivo, fornecer instrumentos que auxiliem os gestores de empresas no processo de tomada de decisões., enquanto a contabilidade financeira, tem por objectivo controlar o património das empresas e apurar resultado global. Também presta informações a usuários externos que tenham interesse em acompanhar a evolução da empresa.

Justificação
Manual de Contabilidade de Gestão “João Carvalho das Neves – objectivos e definição dos dois tipos de contabilidade. Então o Armando, perguntou se para aumentarem a produção de cabras tivessem de arrendar um terreno para pastagem como é que estes custos são tratados na contabilidade de gestão

Questão n.º 10

- a) Custos variáveis;
- b) Custos Fixos;
- c) Custos indirectos;
- d) Nenhuma das respostas.

Resposta

b) Custos fixos

Justificação

Custos Fixos, pois o arrendamento for contratado com um valor fixo independente do uso ou do volume de produção.

Uma das situações que também foi abordada pelos quatro irmãos foi quanto á gestão da empresa, quem deveria ser gerente. Foi consenso que deveriam ser todos, mas a Kátia pensou se no seu caso, tal facto não ia contra os princípios fundamentais da Ética e deontologia profissional

Questão n.º 11

Qual dos seguintes princípios fundamentais exige que os contabilistas não devem permitir que os seus juízos profissionais sejam influenciados por conflitos de interesse?

- a) Integridade;
- b) Confidencialidade;
- c) Objetividade;
- d) Comportamento profissional.

Resposta

- c) Objectividade

Justificação

O princípio da objectividade impõe a obrigação de não permitir que, conflitos de interesse ou influência indevida de terceiros comprometam os julgamentos profissionais ou empresariais.

Os contabilistas devem garantir que suas decisões e ações sejam imparciais e livres de pressões externas ou internas que possam afetar sua capacidade de tomar decisões justas e éticas.Relacionamento com Conflitos de Interesse

Conflitos de interesse podem surgir em situações em que os interesses pessoais, financeiros ou de outra natureza dos contabilistas ou das partes envolvidas possam interferir na integridade e imparcialidade do trabalho. A violação da objetividade ocorre quando o contabilista age em benefício próprio ou de terceiros em detrimento do interesse público ou do cliente.

Resolução n. º5 /GB/2014, art.º 13 e 14.º

Os irmãos de Kátia quiseram saber mais sobre a conduta ética de um contabilista e fizeram as seguintes questões:

Questão n.º 12

O que é considerado uma violação ao princípio de “comportamento profissional”?

- a. Aceitar uma comissão por indicar um cliente a um terceiro
- b. Realizar auditorias externas para uma empresa
- c. Participar em formações contínuas
- d. Divulgar informações financeiras ao público com precisão

Resposta

- a) Aceitar uma comissão por indicar um cliente a um terceiro

Justificação

Art.º 6 da Resolução 5/GB/2014

Questão n.º 13

O que é esperado de um contabilista ao exercer a sua profissão com “competência profissional”?

- a) Manter a informação dos clientes em sigilo;
- b) Atualizar constantemente os seus conhecimentos e habilidades;
- c) Evitar conflitos de interesse;
- d) Proporcionar benefícios financeiros aos clientes.

Resposta

- b) Atualizar constantemente os seus conhecimentos e habilidades.

Justificação

Resolução 5/GB/2015, art.º 6.º

Após vários encontros e pareceres de profissionais, e a sociedade constituída e legalizada, deram início ao projecto. Adquiriram mais cabeças de gado caprino, assim como rações e maquinaria.

Questão.º 14

Na CabriTete, o gado é classificado como um “ativo biológico”. Qual é a definição de um ativo biológico segundo a IAS 41 e NCRF 11?

- a. Maquinas Agricolas;
- b. Plantas e animais vivos;
- c. Terrenos de pastagem;
- d. Edifícios de armazenamento.

Resposta

- c) Plantas e animais vivos.

Justificação

NCRF 11 §5

Questão n. º 15

Como são reconhecidos os custos com a alimentação do gado?

- a. São reconhecidos como custos das matérias-primas, subsidiárias e de consumo nos termos da
- b. NCRF9- Inventário;
- c. São incluídos no valor de custo das cabeças de gado;
- d. A transformação biológica tem como resultado, ou a transformação de um activo biológico através do crescimento, degeneração ou procriação;
- e. Nenhuma das respostas anteriores.

Resposta

- a) São reconhecidos como custos das matérias-primas, subsidiárias e de consumo nos termos da NCRF9- Inventário

Justificação

NCRF 11 § 4.

A Katia, depois de perceber que nunca tinha prestado serviços a uma empresa agrícola e por isso não dominava o respectivo normativo nem nacional NCRF 11 nem o Internacional IAS 41, decidiu que era melhor procurar uma contabilista certificada, já experiente no ramo para ser responsável pela contabilidade e ela seria só sócia-gerente.

Questão n. º16

Face á constatação da Katia qual a sua obrigação deontológica como contabilista em relação a trabalhos que não é competente para realizar?

- a. Continuar com o trabalho para não prejudicar a empresa;
- b. Delegar o trabalho a outro profissional competente;
- c. Aprender a realizar o trabalho enquanto o faz;
- d. Aceitar o trabalho e subcontratar outro contabilista.

Resposta

- b) Delegar o trabalho a outro profissional competente.

Justificar

Resolução n.º 7/GB/2014, art.º 20.º al. j.

O Salvador, engenheiro informático, soube através de um seu cliente, que a unidade hoteleira “Serra e Mar, Lda.”, perto da machamba estava para venda, por isso entusiasmado foi falar com os irmãos para saber da sua opinião e se estariam interessados em dar início a um novo projecto na área da hotelaria. Os irmãos quiseram obter informações quer sobre a actividade em si, quer sobre o negócio.

O Salvador informou que a hotelaria conjuntamente com a agricultura estava considerada um polo de desenvolvimento em Moçambique, em relação ao negócio, os actuais donos pretendiam vender a sociedade, através da cedência de quotas, com todo o seu património no montante de 50.000.000,00 de MT.

O património inclui:

1 edifício central composto por 10 suites, um bar e um restaurante com capacidade para 30 pessoas, reconhecido no balanço de 31/12/ 2022 por 25.000.000,00 MT;

6 cabanas constituídas por 2 quartos suite e uma sala com kitchenette, reconhecido no balanço—12.000.000,00MT;

Equipamento de cozinha do restaurante, reconhecido no balanço - 15.000.000,00MT;

Equipamento do restaurante, reconhecido no balanço – 2 .000.000,00 MT;

4 Range Rover adquiridos há um ano – 8.000.000,00 MT;

A área da unidade hoteleira é de 15 hectares.

O Shauder perguntou se ao valor dos 50.000.000,00 não teriam de acrescer o IVA?

A Katia respondeu

Questão n.º 17

- a. Sim, há que liquidar o IVA á taxa de 16%;
- b. Não, porque há exclusão do IVA, quando se transfere parte ou a totalidade do património, a um outro sujeito passivo de IVA;
- c. Sim, mas com isenção dos imóveis;
- d. Nenhuma das respostas.

Resposta

b) Não, porque há exclusão do IVA, quando se transfere parte ou a totalidade do património, a um outro sujeito passivo de IVA;

Justificação

CIVA art. º 3.º n.º5 e art.º 4,º n.º 4.

E em relação ao IRPC, a taxa de imposto é também 32%?

A Katia respondeu, que a duas actividades tinham as seguintes taxas.

Questão n.º18

- a. A Agricultura uma taxa de 10% e a hotelaria uma taxa de 32%
- b. A agricultura até 31 de dezembro de 2025, teria uma taxa de 10% e a hotelaria estava sujeita á taxa normal de 32%, sem limite temporal previsto;
- c. A agricultura eo Turismo estavam sujeitos á taxa de 32%
- d. Nenhuma das respostas anteriores

Resposta

c) A agricultura até 31 de dezembro de 2025, teria uma taxa de 10% e a hotelaria estava sujeita á taxa normal de 32%, sem limite temporal previsto.

Justificação

Art.º 61 n.º 2 do IRPC

Os irmãos quiseram saber qual tinha sido o volume de negócios dos últimos 3 anos, ao que foi dito que o Volume de negócios médio dos últimos 3 anos tinha sido cerca de 15.000.000,00MT, ainda que estes tivessem sofrido uma substancial redução em 2020 e 20221, devido á crise pandémica, covid.
Em termos fiscais a empresa estava enquadrada no regime geral de IRPC e no Regime Geral de IVA.

Os irmãos perguntaram á Katia se para esta actividade se sentia confortável e se poderia ser a contabilista certificada, a Katia respondeu que sim, mas em termos deontológicos, antes teria de fazer algumas diligências.

Questão n. º 19

- a. A Katia tem de consultar o/a anterior contabilista sobre dividas que a sociedade Serra e Mar, Lda. tenha para com ela e se existem informações contabilísticas dignas de relevo;
- b. A Katia pode aceitar o cargo de contabilista certificado, desde que se sinta preparada para tal;
- c. Não a Katia não pode aceitar, em antes examinar as demonstrações financeiras dos últimos 3 anos;
- d. Nenhuma das respostas.

Resposta

a) A Katia tem de consultar o/a anterior contabilista sobre dividas que a sociedade Serra e Mar, Lda. tenha para com ela e se existem informações contabilísticas dignas de relevo.

Justificação

Resolução n.º 5/GB/2014, art.º 17.º e Resolução n.º 7 /GB/2014 art.º 24

Também quiseram analisar qual o preço médio da diária em quarto duplo em época alta e os respectivos custos fixos e custo variável, para assim determinar qual a estratégia a adoptar para garantir o lucro da Serra e Mar, Lda.

Questão n.º 20

Se os custos fixos são de 70.000,00Mt, o preço por quarto for de 500,00Mt, e o custo variável for de 10,00Mt. calcule o nível de venda que garanta o retorno do investimento (BEP):

- a. 143;
- b. 180,
- c. 200;
- d. 150.

Resposta

a) 143

Justificação

CF = 70.000.00

CV = 10,00

PV = 500,00

PM = CF / (PV- CV)

PM = 70.000,00 / (500,00 – 10) = 143

Por Curiosidade o Shauder, quis saber para o caso de concretização do negócio, quais as obrigações de pagamento em 2024, pois ouviu falar que havia pagamentos por conta e pagamentos especiais por conta.

A Katia explicou que já tinha sido informada que o IRPC liquidado no exercício de 2023 tinha sido de 230.420,00MT e que o volume de negócios ascendia a 12.000.000,00 MT e que os pagamentos por conta desse ano tinham sido de 90.000,00 MT.

Questão n.º 21
O pagamento especial por conta a efectuar em 2024 será:

- a. Não há lugar a PEC;
- b. Não há lugar a PEC, porque a diferença entre os 0,05% do volume de negócio, com os respectivos limites e os pagamentos por conta do ano anterior é negativa;
- c. Um PEC de 60.000,00 MT;
- d. Um PEC de 30.000,00 MT.

Resposta
b) Não há lugar a PEC, porque a diferença entre os 0,05% do volume de negócio, com os respectivos limites e os pagamentos por conta do ano anterior é negativa.

Justificação
PEC = VN*0,5%- PC
12.000.000,00 *0,5% = 60.000,00 > 30.000,00 <100.000,00
PEC = 60.000,00 – 90.000,00 = - 30.000,00 Não há lugar a PEC
CIRPC art.º 71
Para o caso de a Kátia aceitar ser contabilista da empresa Serra e Mar, Lda., terá de fazer um contrato.

Questão n.º 22
Que tipo de contrato deve fazer?

- a. Contrato escrito de prestação de serviços, onde indicará o início e o fim do contrato, o qual deve respeitar um período económico, os honorários, forma de pagamento, entrega da documentação;
- b. Contrato de trabalho, nos termos da Lei laboral;
- c. Um contrato verbal, selado com um aperto de mão;
- d. Nenhuma das anteriores.

Resolução
a) Contrato escrito de prestação de serviços, onde indicará o início e o fim do contrato, o qual deve respeitar um período económico, os honorários, forma de pagamento, entrega da documentação.

Justificação
Resolução n.º 5/GB/2014, art.º 5.º

No caso, de assinatura do contrato, aquando do pagamento de honorários a Serra e Mar, Lda. Pagaria o valor bruto ou líquido, a que impostos estariam sujeitos os honorários da Kátia.

Questão n.º 23
Os honorários da Kátia estariam sujeitos a:

- a. IVA á taxa de 16%, se tivesse enquadrada em IVA no regime normal, e á retenção na fonte a título de pagamento por conta a uma taxa de 20%;
- b. A IVA á taxa de 16%;
- c. A retenção na fonte á taxa liberatória de 20%;
- d. A retenção na fonte à taxa de 20%.

Resposta
a) IVA á taxa de 16%, se tivesse enquadrada em IVA no regime normal, e á retenção na fonte a titulo de pagamento por conta a uma taxa de 20%;

Justificação
CIVA – art.º 17.º
IRPS – art.º 65.º n.º 2

Os irmãos da Katia sugeriram que, caso se concretizasse o negócio, a Katia, poderia fazer um anúncio publicitário, onde colocasse os honorários máximos e mínimos, afim de angariar clientes,

Questão n.º 24
A Katia esclareceu que não poderia fazer isso, pois o Regulamento da OCAM refere:

- a. Na angariação de clientela através da publicidade, os Contabilistas e os Auditores Certificados devem limitar-se a utilizar o seu nome ou denominação social e a sua qualificação;
- b. Na angariação de clientes apenas pode utilizar o seu nome;
- c. A publicidade para angariação de clientes é proibida;
- d. Nenhuma das respostas.

Resposta
a) Na angariação de clientela através da publicidade, os Contabilistas e os Auditores Certificados devem limitar-se a utilizar o seu nome ou denominação social e a sua qualificação

Justificação
Resolução n.º 7/GB/2014, art.º 21
O Armando, tinha uma dúvida sobre as demonstrações Financeiras que quer a Cabritete, Lda, Quer da Serra e Mar, Lda, tinham de apresentar, e se a Demonstração de Fluxos de Caixa (DFC) seria obrigatória e para que serviria.

A Katia respondeu:

Questão n.º 25

- a. Estando as duas sociedades enquadradas no normativo contabilístico PGC- NIRF, a DFC, nos termos da NCRF 1 faria parte das DF a apresentar, a sua utilidade conforme a NCRF 2, era a de dar informação sobre a capacidade da entidade em gerar caixa e equivalentes de caixa e para avaliarem as necessidades da entidade quanto à utilização desses fluxos;
- b. Estando as duas sociedades enquadradas no normativo contabilístico PGC- NIRF, a DFC, nos termos da NCRF 1 faria parte das DF a apresentar, a sua utilidade conforme a NCRF 2, é saber o destino dos meios monetários da entidade;
- c. A DFC é facultativa, a sua utilidade é comparar os meios monetários no início e fim do período;
- d. Nenhuma das respostas.

Resposta
a) Estando as duas sociedades enquadradas no normativo contabilístico PGC- NIRF, a DFC, nos termos da NCRF 1 faria parte das DF a apresentar, a sua utilidade conforme a NCRF 2, era a de dar informação sobre a capacidade da entidade em gerar caixa e equivalentes de caixa e para avaliarem as necessidades da entidade quanto à utilização desses fluxos;

Decreto 70/2009, NCRF n.º 1 §7 e §52

Boa Sorte!

Opção A - PARTE II

31 de Agosto de 2024

COMPROVATIVO DE ENTREGA

Bilhete de identidade/P: Código de Inscrição

O Júri:

Leia com atenção as seguintes instruções:

- As respostas às questões do presente exame devem ser baseadas na legislação em vigor nesta data.
- Não será permitida a consulta de legislação anotada nem a utilização de meios informáticos programáveis.
- Esta prova tem duas partes, cada uma com duração de duas horas.
- Cada questão tem a cotação de 0,4 valores.
- Leia atentamente as questões. Depois, assinale com um “X” a alínea (a, b, c ou d) correspondente à melhor resposta a cada questão.

PARTE II

1. Em regime de juro simples, durante quanto tempo tem de manter um capital aplicado à taxa efectiva anual de 10%, de forma a conseguir duplicar o capital inicialmente aplicado? a) O mesmo que em regime de juro composto 7 anos, 3 meses e 8 dias.

- Apenas consigo calcular sabendo o Co.
- 120 meses.
- Nenhuma das soluções anteriores.

2. Uma empresa contraiu um empréstimo cujo pagamento será feito através de prestações constantes de Capital e pagamentos de juros constantes, ambos mensalmente. Em que circunstâncias é que o valor em dívida poderá aumentar?

- Diferimento das prestações (com ou sem pagamento dos juros) e aumento da taxa associada á operação.
- Diferimento das prestações (com ou sem pagamento dos juros).
- Aumento da taxa de juro da operação e diferimento das prestações (havendo somente o pagamento dos juros devidos).
- Nenhuma das opções está correcta.

3. Uma empresa acaba de celebrar um contrato de leasing nas seguintes condições:

- Valor do bem locado: 50 000 u.m.;
- Serviço da divida assegurado por um pagamento inicial correspondente a 20% do valor do bem locado, segundo de 47 mensalidades constantes, valor residual: 5% do valor bem locado;
- Taxa de juro: taxa anual nominal de 7,2%, composto mensalmente.

O valor da mensalidade relativo a este contrato de leasing será de:

- 1025
- 933.30
- 988,20
- Nenhum dos valore acima

4. No sistema financeiro.

- As famílias e as empresas são sempre agentes excedentários.
- As famílias são normalmente agentes deficitário.
- As empresas podem ser agentes deficitários ou excedentários.
- O estado é sempre um agente excedentário.

5. Relativamente as operações bancárias é correcto afirmar que:

- Um depósito á ordem é uma operação activa.
- Um deposito a prazo é uma operação activa.
- Os empréstimos e os depósitos são operações activas.
- Nenhuma das anteriores.

6. Num contrato de leasing sobre uma máquina, uma das obrigações normais do locatário é: a) Pagar as rendas.

- Canalizar o valor da máquina ao locador.
- Pagar as rendas e os respectivos juros.
- Pagar os prémios periódicos.

7. Os possíveis intervenientes de uma letra são:

- O vendedor, o sacador, o comprador e o sacado.
- O sacador, o sacado, o tomador e o avalista.
- O sacador, o sacado, o tomador e o agente.
- Nenhuma das anteriores.

8. Perante dois projectos alternativos A e B, que em termos técnicos são similares, se os mesmos apresentarem um VAL idêntico e TIR distintas, por qual dos projectos seria racional optar:

- Pelo projecto com a maior TIR.
- Pelo projecto com a menor TIR.
- Como o VAL é similar, não interessa a TIR.
- Nenhuma das opções anteriores.

9. Considere dois projectos de investimento, A e B ambos com uma vida útil estimada de 3 anos e um custo (a suportar integralmente no momento 0) de 120 0000 u.m.

São os seguintes os cash-flows de exploração previstos para os projectos (assuma que ocorrem no final de cada período).

Ano	projecto A	Projecto B
1	100 000	10 000
2	50 000	60 000
3	10 000	115 000

À taxa anual de 12%, usando o critério do TIR para a escolha do melhor projecto, indique qual seria a resposta certa:

- Projecto A
- Projecto B
- Ambos
- Nenhum

10. Segundo o IASB, a informação é material se:

- O auditor conhece as incertezas inerentes à mensuração de quantias baseadas no uso de estimativas, de julgamento e na consideração de acontecimentos futuros.
- É considerado o possível efeito de distorções em específicos utentes individuais, cujas necessidades de informação constante das demonstrações financeiras podem variar largamente;
- A sua omissão, distorção ou pouca clareza puderem razoavelmente influenciar as decisões económicas dos utentes tomadas na base das demonstrações financeiras
- A informação financeira possuir determinadas características que mais não são do que as qualidades indispensáveis para tornar essa informação útil aos seus utentes

11. Além de profundo conhecimento na área de contabilidade o auditor deve ter elevado senso de responsabilidade na condução do seu trabalho e ter consciência dos limites de suas atribuições. Abaixo estão listadas frases verdadeiras e falsas relacionadas à afirmação acima indicada;

- a) A responsabilidade pela prevenção e detecção da fraude é do auditor.
- b) É importante que o auditor também actue como supervisor geral dos responsáveis pela governação corporativa e enfatize a importância de se prevenir fraudes.
- c) O auditor é o responsável pela criação de uma cultura de honestidade e comportamento ético na entidade auditada, o que deve ser reforçado por supervisão activa dos responsáveis pela governação.
- d) A responsabilidade do auditor pela governação da entidade auditada inclui a consideração do potencial de forjar controles ou de outra influência indevida sobre o processo de elaboração de informações financeira.

Indique qual é a sequência correcta:

- a) F, F, F, F.
- b) V, V, F, F.
- c) F, V, V, V.
- d) V, F, V, V

12. em relação ao efeito de alguns factores no tamanho da amostra para testes de detalhes. Indique a sequência CORRECTA.

- A. Quanto mais o auditor confia em outros procedimentos substantivos para reduzir a um nível aceitável o risco de detecção relacionado com uma população em particular, mais segurança o auditor precisa da amostragem e, portanto, maior deve ser o tamanho da amostra.
- B. Quanto maior for o valor da distorção que o auditor espera encontrar na população, maior deve ser o tamanho da amostra para se fazer uma estimativa razoável do valor real de distorção na população.
- C. Quanto menor for a distorção tolerável, maior precisa ser o tamanho da amostra.

A sequência CORRECTA é:

- a) F, F, F.
- b) F, V, V.
- c) V, F, F.
- d) V, V, V.

13. Na Formação da Opinião e Emissão do Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeira, quando o auditor conclui que as mesmas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a estrutura de relatório financeiro aplicável, ele deve:

- a) Modificar a sua opinião.
- b) Abster-se de emitir opinião.
- c) Emitir opinião com ressalva.
- d) Expressar uma opinião não modificada.

14. Com relação à Evidência de Auditoria apropriada e suficiente, indique dos itens abaixo (verdadeiros e Falsos) qual é a sequência CORRECTA:

- A. A evidência de auditoria é necessária para fundamentar a opinião e o relatório do auditor. Ela tem a natureza cumulativa e é obtida, principalmente, a partir dos procedimentos de auditoria realizados durante o curso do trabalho.
- B. Obtém-se a segurança razoável quando o auditor obtiver evidência de auditoria apropriada e suficiente para a redução do risco de auditoria a um nível aceitavelmente baixo.
- C. A suficiência e a adequação da evidência de auditoria estão inter-relacionadas. A obtenção de mais evidência de auditoria compensa a sua má qualidade.

A sequencia CORRECTA é:

- a) F, F, F.
- b) V, F, V.

- c) V, V, F.
- d) V, V, V.

15. Relativamente à concordância com os termos de trabalho de auditoria e as condições prévias para uma auditoria, analise os itens abaixo e, em seguida, assinale a opção CORRECTA.

- A. O auditor independente deve determinar se a estrutura de relatório financeiro a ser aplicada na elaboração das demonstrações financeiras é aceitável.
- B. O auditor independente deve obter a concordância da administração de que ela reconhece e entende a sua responsabilidade pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com a estrutura de relatório financeiro aplicável, incluindo, quando relevante, a sua adequada apresentação.
- C. O auditor independente deve obter a concordância da administração de que ela reconhece e entende sua responsabilidade pelo controle interno que a administração determinou como necessário para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorções relevantes, independentemente se causadas por fraude ou erro.

Está(ão) CORRECTO(S) o(s) item(ns):

- a) II e III, apenas.
- b) I, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) I, II e III.

16. Considere que uma sociedade empresarial usa o método de equivalência patrimonial para avaliar o investimento em uma entidade coligada. O auditor não conseguiu obter evidência de auditoria apropriada e suficiente sobre as informações contabilísticas dessa entidade coligada. O auditor avaliou, ainda, que os possíveis efeitos de distorções não detectadas poderiam ser relevantes, mas não generalizadas.

No caso descrito, o auditor deverá, em seu relatório:

- a) Abster-se de expressar opinião.
- b) Elaborar, pelo menos, um parágrafo sobre o assunto.
- c) Emitir opinião adversa.
- d) Emitir opinião com ressalva.

17. Considere a seguinte situação hipotética:

A empresa Peças e Peças Lda. fabrica três tipos de peças para caminhão, das quais temos as seguintes informações:

	Peça A	Peça B	Peça C
Preço de Venda	60	80	100
Custos e Despesas Variáveis	20	30	40
Horas-máquina consumidas	10	5	8

Sabendo-se que a empresa possui 400 horas-máquina disponíveis, qual deverá ser a ordem de priorização para produção e venda das peças para maximizar o lucro considerando o factor limitativo?

Opções de respostas:

- a) 1º C; 2º B; 3º A
- b) 1º A; 2º B; 3º C
- c) 1º A; 2º C; 3º B
- d) 1º B; 2º C; 3º A

18. Para incentivo das actividades de inovação e investimentos produtivos das micro e pequenas empresas, estas poderão receber aporte de capital realizado por pessoa física ou jurídica denominada investidor-anjo. Em relação ao investidor-anjo, apresenta-se as seguintes afirmações verdadeiras e outras falsas.

- A. Não será considerado sócio da empresa e nem terá participação na administração.
- B. Será responsável por qualquer dívida da empresa, excepto aquela em recuperação judicial.
- C. Será remunerado por seu investimento de acordo com o contrato de participação pelo prazo máximo de cinco anos.
- D. Os valores de seu investimento serão considerados como receita da sociedade.

A sequência está correcta em Opções de respostas:

- a) F, F, F, F.
- b) F, V, F, V.
- c) V, V, V, V.
- d) V, F, V, F.

19. O Código Comercial vigente prevê que a escrituração empresarial é secreta. A exibição ou exame dos livros, correspondência e demais documentos do empresário só pode decretar-se judicialmente, oficiosamente ou a requerimento de parte, em casos: a) De sucessão por inaptidão;

- b) De suspensão de pagamentos ou insolvência;
- c) De falta de resposta do empresário;
- d) Quando o sócio pretender proceder à alteração da sua quota.

20. A fusão pode realizar-se:

- a) Mediante a transferência parcial do património de uma ou mais sociedades para outra e a atribuição aos sócios ou accionistas daquelas de partes, acções ou quotas desta;
- b) Mediante a constituição de uma nova sociedade, para a qual se transferiu globalmente o património das sociedades fundidas, sendo aos sócios ou accionistas desta, atribuídas partes, acções ou quotas da nova sociedade.
- c) Mediante atribuição aos sócios ou accionistas da sociedade a incorporar ou das sociedades a fundir e, se as houver, das quantias em dinheiro a atribuir aos mesmos sócios ou accionistas, especificando-se a relação de troca das participações sociais;
- d) Mediante a introdução no contrato de sociedade da sociedade incorporante ou o projecto de contrato de sociedade da nova sociedade;

21. A transformação digital é impulsionada pelas Tecnologias de Informação como Big Data, o processamento em Nuvem, a Inteligência Artificial, e as Análises Preditivas e Cognitivas poderão transformar profundamente os modelos de negócio, operações e as relações com os clientes. São impactos da Transformação Digital,

EXCEPTUANDO:

- a) Redução dos custos de interacção
- b) Mudança na estrutura de troca de informação
- c) Produção de uma grande quantidade de informação
- d) Irreversível e contínuo investimento em infraestruturas físicas de gestão de informação

22. A confiança é um pré-requisito para garantir uma abordagem da Inteligência Artificial centrada no ser humano: a Inteligência Artificial não é um fim em si mesma, mas um instrumento para servir as pessoas e aumentar o bem-estar humano. Para tal, deve se assegurar a fiabilidade. Para ser fiável, a Inteligência Artificial deve respeitar as leis e regulamentos bem como os seguintes requisitos fundamentais: a) Iniciativa e controlo por humano

- b) Robustez e segurança
 - c) Privacidade e segurança de dados
 - d) Policiamento preditivo individual baseado exclusivamente na definição de perfis de pessoas
- A sequência está correcta em Opções de respostas:

- a) F, F, F, F.
- b) F, V, F, V.

- c) V, V, V, V.
- d) V, V, V, F.

23. O que é Fintech?

- a) Uma tecnologia para aumentar a produção industrial.
- b) Uma nova forma de moeda digital.
- c) Empresas que utilizam tecnologia para oferecer serviços financeiros de maneira inovadora.
- d) Um software para gestão de recursos Financeiros.

24. Como a tecnologia blockchain pode beneficiar o sector financeiro?

- a) Eliminando a burocracia nos processos bancários.
- b) Melhorando a transparência e segurança das transacções financeiras.
- c) Reduzindo a velocidade das transacções bancárias.
- d) Eliminando totalmente a possibilidade de alteração de registos financeiros.

25. O uso de sistemas ERP (Enterprise Resource Planning) nas empresas pode ser benéfico na:

- a) Fragmentação dos dados empresariais.
- b) Dependência de fornecedores.
- c) Integração e centralização dos dados e processos de negócios.
- d) Complexidade do processo de implementação.

Boa Sorte!

Exames do Colégio dos Contabilistas Certificados

Opção A 31 de Agosto 2024

II PARTE

Grelha de Correção

RESPOSTA	COTAÇÃO
120 meses.	0,4
Diferimento das prestações (com ou sem pagamento dos juros) e aumento da taxa associada á operação.	0,4
933.3	0,4
As empresas podem ser agentes deficitários ou excedentários	0,4
Nenhuma das anteriores.	0,4
Pagar as rendas.	0,4
O sacador, o sacado, o tomador e o avalista.	0,4
Pelo projecto com a maior TIR.	0,4
Projecto A	0,4
A sua omissão, distorção ou pouca clareza puderem razoavelmente influenciar as decisões económicas dos utentes tomadas na base das demonstrações financeiras	0,4
F, F, F, F.	0,4
F, V, V.	0,4
Expressar uma opinião não modificada.	0,4
V, V, F.	0,4
I, II e III.	0,4
Emitir opinião com ressalva.	0,4
1º B; 2º C; 3º A	0,4
V, F, V, F.	0,4
de suspensão de pagamentos ou insolvência;	0,4
Mediante a constituição de uma nova sociedade, para a qual se transferiu globalmente o património das sociedades fundidas, sendo aos sócios ou accionistas desta, atribuídas partes, acções ou quotas da nova sociedade	0,4
Irreversível e contínuo investimento em infraestruturas físicas de gestão de informação	0,4
V, V, V, F.	0,4
Empresas que utilizam tecnologia para oferecer serviços financeiros de maneira inovadora.	0,4
Melhorando a transparência e segurança das transacções financeiras.	0,4
Integração e centralização dos dados e processos de negócios.	0,4
Total	10

Opção B

31 de Agosto de 2024

COMPROVATIVO DE ENTREGA

Bilhete de identidade/P: Código de Inscrição

O Júri:

Leia com atenção as seguintes instruções:

- As respostas às questões do presente exame devem ser baseadas na legislação em vigor nesta data.
- Não será permitida a consulta de legislação anotada nem a utilização de meios informáticos programáveis.
- Esta prova tem duas partes, cada uma com duração de duas horas.
- Cada questão tem a cotação de 0,4 valores.
- Leia atentamente as questões. Depois, assinale com um “X” a alínea (a, b, c ou d) correspondente à melhor resposta a cada questão.

PARTE I

Considerando a informação apresentada no texto responda às seguintes 25 questões

A “Farma dos cajueiros”, LDA, com sede em Nampula, constituída em 2013, pelo Jorge Mendes e Saíde Manjane, ambos engenheiros agrónomos, com o capital social de 1.000.000,00 MT, dividido em duas quotas iguais , tem como actividade a agricultura, dedica-se ao cultivo de cajueiros para a obtenção de castanha para venda. Os sócios como engenheiros agrónomos estavam atentos ás iniciaturas do país, face a agricultura e tomaram conhecimento que Moçambique, a contar a partir do ano de 2013, passou a contar, com um centro de investigação e pesquisa da cultura do caju. A iniciativa centra-se nos esforços do governo visando aumentar a produção e produtividade da castanha o que passa pela identificação, pesquisa e multiplicação de clones de alto potencial produtivo e tolerantes a doenças e pragas, os quais serão depois distribuídos aos produtores que vão beneficiar de transmissão de conhecimentos técnicos para o seu plantio e manejo integrado.

A sociedade que tinha adquirido o Cajual em 2013, por 1.000.000,00MT (sendo o valor do terreno 600.000,00MT e o valor dos cajueiros 400.000,00MT). Pensaram aproveitar esta oportunidade para obter subsidios para ren-ovescer o cajual, que já tinha arvores envelhecidas. As castanhas colhidas em 31 de Dezembro de 2023, so-maram 2.500 Toneladas. De acordo com a I sessão de Comité de Amêndoas, foi fixado o preço de referência em 37 meticais por quilograma para a comercialização da castanha de caju em bruto, o Kg a castanha tem uma cotação frequente de 37 MT/KG. Sabe-se que os caju são caros porque há apenas uma noz por fruta.

Os cajueiros devem ser cultivados, colhidos, separados dos frutos falsos, torrados, resfriados, abertos, descas-cados, secos ao sol e classificados e só então podem ser vendidos como castanhas cruas. A quantidade de valor agregado é incomensurável com a quantidade de trabalho necessária. A cadeia de valor do caju compreende produtores individuais e cooperativas de produtores, colectores, comerciantes locais e exportadores. A Socie-dade “Farma dos Cajueiros, Lda, contratou em 2023, como contabilista certificado o Bonifácio Relvas Relvas, contabilista experiente em contabilidade de empresas agrícolas, sabia que a contabilidade da sociedade, teria de estar de acordo com a NCRF 11- Agricultura e activos biológicos, que por sua vez, tratada em termos in-ternacionais pela IAS 41.

Questão n.º1

Fazendo ligação á estrutura conceptual a NCRF 11, faz a mensuração dos activos biológicos:

- a) A mensuração, aplicável é o Modelo do Justo Valor , pois não é o reconhecimento inicial e existe um mercado activo para o caju;
- b) A mensuração, é obrigatoriamente aplicável o Modelo do Custo;
- c) A mensuração, tem por regra o Modelo do custo, com os ganhos e as perdas da sua variação a serem reconhecidas directamente em resultados;
- d) Nenhuma das respostas.

Resposta

- a) A mensuração, aplicável é o Modelo do Justo Valor, pois não é o reconhecimento inicial e existe um mercado activo para o caju;

Justificação

NCRF 11 §10 e §16

Considerando que cerca de 40% dos cajueiros se encontravam envelhecidos e a necessitar de uma renovação, a sociedade concorreu a um subsídio estatal destinado a financiar os custos das respectivas plantações, custo esse estimado em: Abate das arvores envelhecidas – 5.000,00 MT Preparação do Terreno - 10.000,00 MT Plantação dos cajueiros – 50.000,00 MT Total 65.000,00 MT.

Questão n.º 2

Será que se encontram reunidas as condições para o reconhecimento das arvores de fruto, Cajueiros e respectiva produção nas contas da sociedade?

- a) Sim de acordo com a NCRF 11 – Agricultura e activos biológicos, os cajueiros devem-se reconhecer como um activo;
- b) Não, porque a entidade não controla o activo como consequência de acontecimentos passados;
- c) Não, porque não é provável que benefícios económicoa associados aos cajueiros;
- d) Nenhuma das respostas

Resposta

- a) a Sim de acordo com a NCRF 11 – Agricultura e activos biológicos, os cajueiros devem-se reconhecer como um activo;

Justificação

NCRF11 § 8.

Relativamente ao subsídio recebido vamos reconhecê-lo de acordo:

Questão n.º 3

- a) NCRF 26- Contabilização de subsidios do governo e Divulgação de Apoios ao Governo;
- b) NCRF 11 – Agricultura e Activos Biológicos;
- c) Ambos os normativos são aceites;
- d) Nenhuma das Respostas

Resposta

- a) NCRF 26- Contabilização de subsidios do governo e Divulgação de Apoios ao Governo;

Justificação

NCRF 11 § 18 a 21

Considerando que a produção de 2023 iria ser idêntica á de 2022, pois os cajueiros envelhecidos, já não davam fruto de qualidade, o facto de os novos cajueiros ainda não darem frutos, não ia influenciar em muito a produção, por isso estima-se que ronde as 2.500toneladas ao preço de 37MT/Kg, o seu escoamento está assegurado or um contrato assinado com um exportador. Para os dois primeiros anos (2015 e 2016).

Questão n.º 4

O Contabilista, Bonifácio Relvas Relvas teve de analisar as demonstrações financeiras dos anos anteriores, para se inteirar dos procedimentos seguidos pelo seu antecessor, pois no ano da constituição da sociedade e aquisição do cajual, o reconhecimento deste tinha de ser:

- a) Activo Biológico- De Produção – Plantas;
- b) Activos tangíveis;
- c) Produtos resultantes de Processamento após Conheita;
- d) Nenhuma das respostas.

Resposta

- a) Activo Biológico – De Produção – Plantas

Justificação

Decreto n.º 70/ 2009 – Plano Geral de Contabilidade com base nas NIRF (PGC-NIRF)

Ao verificar que o reconhecimento não tinha sido correcto o Contabilista Bonifácio Relvas Relvas deveria tomar uma das seguintes posições:

Questão n.º 5

- a) Falar com o colega e perceber qual a sua perspectiva e chegar a um consenso para alterar o reconhecimento;
- b) Dizer aos sócios da empresa que o colega anterior era um incompetente;
- c) Participar à OCAM a incompetência do colega;
- d) Nenhuma das anteriores.

Resposta

- a) Falar com o colega e perceber qual a sua perspectiva e chegar a um consenso para alterar o reconhecimento;

Justificar

Resolução n.º 5/ 2014 art.º 17.º e Resolução n.º 7 /2014 art.º 24.º .

O contabilista também questionou sobre o enquadramento fiscal, pois é uma sociedade agricola, cujos sócios são engenheiros agronomos, mas logo verificou que não caía no regime de transparência fiscal, porque:

Questão n.º 6

O regime de transparência fiscal, aplica-se:

- a) Ás sociedades de profissionais tal como estão defenidas na Lei;
- b) A sociedades que são constituídas para o exercício de uma actividade profissional, constante da Lista da Classificação das Actividades Económicas Moçambicanas, por ramos de actividades, em que todos os sócios sejam profissionais dessa actividade;
- c) A sociedades em que todos os sócios sejam profissionais de uma determinada profissão;
- d) Quando os sócios individualmente ficassem abrangidos pelas regras do IRPC.

Resposta

- b) A sociedades que são constituídas para o exercício de uma actividade profissional, constante da Lista da Classificação das Actividades Económicas Moçambicanas, por ramos de actividades, em que todos os sócios sejam profissionais dessa actividade.

Justificação

Art.º 6.º do CIRPC.

Os sócios da Farma dos Cajueiros. Lda. perguntaram ao contabilista qual a situação económca/financeira da

sociedade, pois tinham feito empréstimos de sócios no início do ano e ainda não tinha havido possibilidade de retirar esse dinheiro.

O Contabilista Bonifácio Relvas respondeu que o facto de não terem sido pagos, tinha a ver com questões de tesouraria, mas ela estava preocupada, porque o capital próprio, estava quase a atingir menos de metade do capital social.

Os sócios, não percebendo o que isso era e que consequências trazia para a empresa, pediram explicação.

Questão n.º 7

O Contabilista explicou que:

- a) Quando os órgãos de administração que, pela conta do exercício verifique que a situação Líquida/ capital é inferior a metade do capital social, deve propor que a sociedade seja dissolvida ou o capital reduzido, a não ser que os sócios ou accionistas realizem nos 180 dias seguintes à deliberação que da proposta resultar, a quantia em dinheiro que reintegre o património em medida igual ao valor do capital social;
- b) Que quando esta situação acontece a sociedade é imediatamente dissolvida;
- c) Quando tal facto se verifica os sócios devem fazer a cobertura de prejuízos;
- d) Quando a empresa apresenta este cenário os sócios têm de transformar os empréstimos de sócios em capital.

Resposta

- a) Quando os órgãos de administração que, pela conta do exercício verifique que a situação Líquida/ capital é inferior a metade do capital social, deve propor que a sociedade seja dissolvida ou o capital reduzido, a não ser que os sócios ou accionistas realizem nos 180 dias seguintes à deliberação que da proposta resultar, a quantia em dinheiro que reintegre o património em medida igual ao valor do capital social.

Justificação

CC Lei n.º 1/2022 art.º 98 – Perda de metade do capital.

Os Sócios da sociedade também estavam preocupados com a situação do subsídio a que tinham concorrido, por isso perguntaram ao contabilista como é que a situação se processava,

Questão n.º 8

O contabilista explicou que nos termos da NCRF 26, os subsidios do governo ao investimento têm procedimentos e que:

- a) Os subsidios do governo relativo a activos, são subsidios cuja condição é que a entidade que os recebe deve adquirir ou construir activos de longo prazo;
- b) Os subsidios ao investimento tem de ser obrigatoriamente para aquisição de activos tangíveis;
- c) Os subsidios são reconhecidos após o recebimento;
- d) Nenhuma das respostas.

Resposta

- a) Os subsídios do governo relativo a activos, são subsídios cuja condição é que a entidade que os recebe deve adquirir ou construir activos de longo prazo.

Justificação

NCRF §2

Um dos sócios tinha ouvido falar que internacionalmente a contabilidade agricola era tratada na norma IAS 41, quiz saber quais os objectivos dessa norma

Questão n.º 9

Qual é o objetivo principal da IAS 41 para a Farma dos Cajueiros, Lda

- a) Definir normas de apresentação para propriedades rurais;
- b) Estabelecer normas de contabilidade para ativos biológicos e produtos agrícolas;
- c) Regular a contabilização de equipamentos agrícolas;
- d) Determinar políticas de reconhecimento de receitas para o setor pecuário

Resposta

- b) Estabelecer normas de contabilidade para ativos biológicos e produtos agrícolas;

Justificação

IAS 41 - Agricultura tem como objetivo principal estabelecer as normas contabilísticas relacionados ao tratamento de ativos biológicos, produtos agrícolas no ponto de colheita e as atividades associadas à agricultura. Esta norma proporciona diretrizes para o reconhecimento, mensuração e divulgação desses elementos nas demonstrações financeiras.

O Contabilista Bonifácio Relvas, por saber que os sócios da Farma dos Cajueiro, LDA. tinham algumas dúvidas e apesar de não serem da área financeiro, eram interessados e pretendiam entender como se passavam as coisas nessa área, para melhor gerirem a sua sociedade, até porque ainda não tinha sido formalizado o contrato de prestação de serviços de contabilidade, decidiu agendar um encontro para tratarem desses assuntos.

Questão 10

Será que é necessário formalizar um contrato entre a sociedade e o contabilista?

- a) Sim, O contrato entre os contabilistas e a entidade a quem prestam serviços deve ser sempre reduzido a escrito ;
- b) Não, o contrato não precisa ser formalizado;
- c) Convém para evitar possíveis conflitos;
- d) Nenhuma das respostas

Resposta

- a) Sim, O contrato entre os contabilistas e a entidade a quem prestam serviços deve ser sempre reduzido a escrito.

Justificar

Resolução nº5 GB/2014, art.º 9,º

Questão n.º 11

No encontro foram encontrados os termos do contrato:

- a) Entre outras cláusulas, o contrato deve referir explicitamente a sua duração, a data de entrada em vigor, a forma de prestação de serviços a desempenhar, o modo, o local e o prazo de entrega da documentação, os honorários a cobrar e a sua forma de pagamento;
- b) No contrato, basta constar o nome dos intervenientes e os respectivos honorários;
- c) Uma das clausulas que o contrato deve ter é de que o contabilista não pode divulgar informações sobre a sociedade a terceiros;
- d) Nenhuma das respostas.

Resposta

- a) Entre outras cláusulas, o contrato deve referir explicitamente a sua duração, a data de entrada em vigor, a forma de prestação de serviços a desempenhar, o modo, o local e o prazo de entrega da documentação, os honorários a cobrar e a sua forma de pagamento.

Justificação
R n.º 5/GB/2014, art.º 9,º n.º 3

Após ultrapassada a questão ds formalização do contrato, os sócios quiseram saber as diferenças entre a contabilidade e a fiscalidade.

Questão n.º 12

O contabilista explicou que a contabilidade, tinha uns objectivos e a fiscalidade tinha outros, por isso daí advirem diferenças, pois os objectivos são:

- a) Os objectivos da contabilidade é dar uma imagem verdadeira e apropriada da empresa, com o intuito de servir de base à tomada de decisão nas empresas, enquanto o objectivo da fiscalidade é servir a Administração Fiscal e o cálculo que impostos;
- b) Os objectivos da contabilidade é construir as demonstrações financeiras e da fiscalidade é cobrarem impostos;
- c) A contabilidade serve para determinar os lucros da empresa e a fiscalidade os impostos que estas têm de pagar;
- d) Nenhuma das respostas

Resposta
a) Os objectivos da contabilidade é dar uma imagem verdadeira e apropriada da empresa, com o intuito de servir de base à tomada de decisão nas empresas, enquanto o objectivo da fiscalidade é servir a Administração Fiscal e o cálculo que impostos.

Justificação
Diferenças destacadas por vários autores, nomeadamente José Carvalho das Neves.
Ainda sobre a fiscalidade e sócio Saíde, quiz saber qual o regime em que a Farma dos Cajueiro, Lda. estava enquadrada e quais os regimes fiscais que existiam para este tipo de sociedades

Questão n.º 13

O contabelista esclareceu que:

- a) A empresa está enquadrada nos termos fiscais do Regime Geral, com contabilidade, mas que havia ainda o Regime Simplificado de determinação do Lucro Tributável e o regime simplificado de escrituração;
- b) A empresa está enquadrada do regime do ISPC;
- c) A empresa está enquadrada em termos fiscais no regime Simplificado de determinação do Lucro tributável por ter menos de 5.000.000,00 de volume de vendas;
- d) Nenhuma das respostas,

Resposta
a) A empresa está enquadrada nos termos fiscais do Regime Geral, com contabilidade, mas que havia ainda o Regime Simplificado de determinação do Lucro Tributável e o regime simplificado de escrituração.

Justificação.
CIRPC art.º 4 n.1 al, b) ; art.º 47.º e art.º e art.º 77

O sócio, Jorge Mendes, questionou o contabilista Bonifácio Relvas sobre as implicações contabilísticas em arrendarem 10 ha de terreno da sociedade a terceiros, afastado da plantação dos novos cajueiros, e se seria vantajoso para a actual situação da sociedade.

Questão n.º 14

A explicação dava foi:

- a) O Terreno ao ser arrendado, deixava de estar reconhecido com ativo tangível, tratado na NCRF 13, para passar a estar reconhecido como Activos tangíveis de Investimento tratado na norma NCRF -16 que internacionalmente na IAS 40;
- b) O terreno independentemente de estar arrendado ou não era um activo Tangível, porque continuava a pertencer à sociedade;
- c) O Terreno ao ser arrendado teria de ser desreconhecido como activo tangível, para passar a ser um produto biológico;
- d) Nenhuma das respostas.

Resposta
a) O Terreno ao ser arrendado, deixava de estar reconhecido com ativo tangível, tratado na NCRF 13, para passar a estar reconhecido como Activos tangíveis de Investimento tratado na norma NCRF -16 que internacionalmente na IAS 40.

Justificação
O terreno passa a ser considerado activo tangível de investimento, nos termos da NCRF 16 §3
Outro assunto também discutido, foi a importância de a sociedade implementar um sistema de contabilidade de gestão.

Questão n.º 15

Qual é a principal vantagem da contabilidade de gestão para a sociedade Farma dos Cajueiros?

- a) Ajuda a rastrear despesas e receitas de forma detalhada.
- b) Fornece relatórios fiscais para o governo.
- c) Melhora a qualidade dos produtos agrícolas.
- d) Aumenta o número de árvores plantadas.

Resposta
a) Ajuda a rastrear despesas e receitas de forma detalhada

Justificação
Manual contabilidade de Gestão autor João Carvalho das Neves

Questão n.º16

Perguntaram também, para a contabilidade de gestão agrícola, qual é a melhor abordagem para alocar custos indiretos, como despesas administrativas, à produção de caju?

- a) Através da quantidade de fertilizantes usados;
- b) Proporcionalmente à área plantada com caju;
- c) Com base na quantidade de caju colhido;
- d) Com base no número de trabalhadores temporários contratados

Resposta
b) Proporcionalmente à área plantada com caju;

Justificação
Manual de gestão de Contabilidade de Gestão João Carvalho das Neves
Ainda relacionado com a Contabilidade de Gestão outro tema abordado foi;

Questão n.º 17

Qual é o objetivo principal da análise de custo-volume-lucro (CVL) na agricultura de caju?

- a) Determinar o preço de venda ideal do caju;
- b) Identificar o ponto de equilíbrio para saber quantas unidades de caju devem ser vendidas para

cobrir todos os custos;
c) Maximizar o rendimento das árvores de caju;
d) Reduzir os custos variáveis na produção de caju;

Resposta
b) Identificar o ponto de equilíbrio para saber quantas unidades de caju devem ser vendidas para cobrir todos os custos;

Justificação
Determinar o Ponto de Equilíbrio:
Identificar o volume mínimo de produção necessário para cobrir todos os custos (fixos e variáveis) e evitar prejuízos.

No decorrer do encontro, entre várias questões, também foi abordado qual o interesse para Farma dos Cajueiros, Lda, ter um Conselho Fiscal, ou. Fiscal único e se em caso afirmativo o contabilista Bonifácio Relvas poder ser o membro do conselho fiscal

Questão n.º18
a) A Sociedade Farma dos Cajueiros, Lda, poderia ter um Conselho Fiscal, mas o Contabilista Bonifácio Relvas não poderia fazer parte desse órgão;
b) A Sociedade poderia ter conselho fiscal e o Contabilista poderia fazer parte desse órgão;
c) Se a sociedade viesse a ter Conselho fiscal, os contabilistas Bonifácio Relvas não poderiam fazer parte por existirem conflito de interesses;
d) Nenhuma das respostas.

Resposta
c) Se a sociedade viesse a ter Conselho fiscal, o contabilista Bonifácio Relvas não poderia fazer parte por existirem conflito de interesses.

Justificação
CC Lei n.º 1 / 2022, art.º 318 e art.º 149 e Resolução n.º5 art.º 13.

O Sócio Jorge Mendes, perguntou, qual o tratamento fiscal a dar aos cursos de formação profissional adquiridos a uma empresa do mercado, pois pretendia que os empregados agrícolas os frequentassem para ficarem melhor preparados, para o desempenho das suas funções na empresa e a que impostos estariam sujeitos:

Questão n.º 19
O Contabilista Bonifácio Relvas respondeu que a formação profissional dada por empresas privadas
a) Estava sujeita a IVA á taxa de 5%;
b) Não estava sujeita a IVA, por estar isenta;
c) Estava sujeita à taxa de 16%;
d) Nenhuma das respostas.

Resposta
a) Estava sujeita a IVA á taxa de 5%.

Justificação
CIVA art.º 17 A

Questão n.º20
O Contabilista chamou também a atenção para o facto de em termos de dedução:
a) O IVA suportdo na aquisição dos serviços de formação profissional, dada por uma entidade privada, estavam excluidos do direito á dedução;

b) O IVA suportado era totalmente dedutível;
c) O IVA suportado era parcialmente dedutível;
d) Nenhuma das respostas anteriores

Resposta
a) O IVA suportado na aquisição dos serviços de formação profissional, dada por uma entidade privada, estavam excluídos do direito á dedução.

Justificação
CIVA art.º 20, n.º 2

O Sócio Saíde, lembrou-se ainda de perguntar se no caso de arrendarem o terreno, haveria lugar a impostos. O Contabilista respondeu:

Questão n.º 21
a) O arrendamento está sujeito a IVA a uma taxa de 16%;
b) O arrendamento está isento de IVA;
c) O arrendamento está sujeito a IVA á taxa de 5%;
d) Nenhuma das resposta

Resposta
a) O arrendamento está sujeito a IVA a uma taxa de 16%;

Justificação
Com a alteração da Lei n.º 22/2022, foi retirada a isenção do n.º7 do art,º 9 do CIVA, por isso o arrendamento agrícola está sujeito á taxa de 16%

Questão n.º 22
Disse ainda que para além do IVA, o arrendamento também estava sujeito a IRPC/ IRPS:
a) Sob a figura de retenção na fonte a titulo de pagamento por conta a uma taxa de 20%, mas na prática, porque eram considerados 30% para despesas de conservação e reparação, a retenção era de 14%;
b) Sob a figura de retenção na fonte a titulo de pagamento por conta a uma taxa de 20%,
c) Sob a figura de retenção na fonte a título definitivo a uma taxa de 20%;
d) Nenhuma das respostas

Resposta
a) Sob a figura de retenção na fonte a titulo de pagamento por conta a uma taxa de 20%, mas na prática, porque eram considerados 30% para despesas de conservação e reparação, a retenção era de 14%.

Justificação
CIRPC rt.º 67.º n.º1 al. c)
Os sócios da Farma dos Cajueiros, Lda. chegaram ao fim do encontro, muito satisfeitos e a pensaram que tinha sido uma ótima decisão contratar o contabilista Bonifácio Relvas porque sabiam que ele iria ser um contabilista técnica e deontologicamente competente.

Questão n.º 23
De acordo com os princípios deontológicos, o que deve um contabilista fazer se identificar um erro significativo numa declaração financeira previamente publicada?
a) Ignorar o erro, desde que não tenha sido o responsável por ele;
b) Notificar o erro apenas se o cliente solicitar;
c) Informar imediatamente a entidade responsável e tomar medidas para corrigir o erro;
d) Reportar o erro à autoridade fiscal diretamente.

Resposta

Resposta
b) Informar imediatamente a entidade responsável e tomar medidas para corrigir o erro.

Justificação
Resolução n.º 5 art.º 3 al. e)

Questão n.º 24
O que é considerado uma violação ao princípio de “comportamento profissional”?
a) Aceitar uma comissão por indicar um cliente a um terceiro;
b) Realizar auditorias externas para uma empresa;
c) Participar em formações contínuas;
d) Divulgar informações financeiras ao público com precisão

Resposta
a) Aceitar uma comissão por indicar um cliente a um terceiro.

Justificação
Resolução n.º 5/GB/2014, art.º 3.º Princípios éticos

Questão n.º 25
De acordo com o IFAC, como deve ser tratada a informação confidencial obtida durante a prestação de serviços contabilísticos?
a) Deve ser mantida em sigilo e não divulgada sem autorização apropriada;
b) Pode ser divulgada para amigos e familiares;
c) Pode ser usada para ganhos pessoais se não prejudicar o cliente;
d) Deve ser divulgada para qualquer pessoa que solicitar.

Resposta
a)) Deve ser mantida em sigilo e não divulgada sem autorização apropriada.

Justificação
Resolução n.º 5 /GB/2014- Princípio da confidencialidade e art.º 10

Boa Sorte!

Opção B - II Parte

31 Agosto de 2024
COMPROVATIVO DE ENTREGA

Bilhete de identidade/P: _____ Código de Inscrição _____

O Júri: _____

Leia com atenção as seguintes instruções:

- As respostas às questões do presente exame devem ser baseadas na legislação em vigor nesta data.
- Não será permitida a consulta de legislação anotada nem a utilização de meios informáticos programáveis.
- Esta prova tem duas partes, cada uma com duração de duas horas.
- Cada questão tem a cotação de 0,4 valores.
- Leia atentamente as questões. Depois, assinale com um “X” a alínea (a, b, c ou d) correspondente à melhor resposta a cada questão.

PARTE II

- 1. Pode-se afirmar que o pagamento de 3 capitais no valor de 10 000,00 u.m. cada, nos próximos três anos (prestações anuais) é equivalente ao pagamento de duas prestações de 13 315,76 u.m. nos próximos dois semestres, se considerar a taxa efectiva semestral de 5,0% e o regime de juro composto?**
a) Pode, porque o valor actual de ambos os conjuntos de capitais é de 24 759,47 u.m. (aprox).
b) Não, pois a soma dos valores de cada conjunto de capitais é diferente.
c) Não, pois para que fossem equivalentes as prestações semestrais tinham de ter o valor de 12 379,74 u.m.
d) Nenhuma das anteriores.
- 2. Considere que está a ponderar a implementação de um projecto de investimento. A avaliação desse projecto considerou a taxa de custo do capital de 8.6%, e permitiu obter uma TIR de 7,9%. Qual deverá ser a decisão quanto à implementação do projecto.**
a) Deve-se implementar o projecto.
b) Não se deve implementar, uma vez que a TIR é inferior a taxa de custo do capital.
c) Nada se pode concluir, pois o VAL poderá ser positivo.
d) Nenhuma das opções anteriores.
- 3. A empresa Ómega, LDA pretende substituir um contrato que previa o pagamento de mais 32 prestações mensais no valor de 750,00 u.m., pelo pagamento imediato da totalidade da dívida. Sabendo que hoje seria a data de pagamento da primeira daquelas prestações em falta e que a taxa de juro mensal é de 0.5%, calcule o valor a pagar para que nem a empresa Ómega nem o respectivo credor fiquem prejudicados.**
a) 24 000, 00 u.m.
b) 22 127,46 u.m.
c) 22 238,10 u.m.
d) Nenhum dos valores anteriores

4. Sabe-se que o valor actual de uma renda com 12 prestações mensais é de 35 551, 97 u.m., considerando uma taxa efectiva mensal de 2%. Que solução permitiria duplicar o valor actual da renda?

- a) Utilizar uma taxa efectiva mensal de 1%
- b) Duplicar o número de prestações.
- c) Duplicar o valor de cada termo.
- d) Os dados fornecidos não permitem responder a questão.

5. Admitindo que um projecto de investimento de 1.000.000 u.m. financiado com um empréstimo de 600.000 u.m., a taxa de 6% ao ano. O restante é coberto com capitais próprios e os accionistas exigem uma remuneração de 12% com uma taxa de imposto sobre os lucros de 21%.

O custo do capital do Projecto será:

- a) 6%
- b) 7.6%
- c) 7.1%
- d) Nenhum dos valores anteriores

6. A empresa Psi-Fi, LDA adquiriu um equipamento cuja liquidação será garantida pelo pagamento de 8 prestações semestrais (capital e juros) no valor de 420,00 u.m., sendo a primeira prestação paga 1 ano após o contrato. Sabendo que a taxa de juro efectiva trimestral associada a operação é de 3% calcule o valor de aquisição do equipamento.

- a) 2862,40 u.m.
- b) 2449,66 u.m.
- c) 2598,85 u.m.
- d) Nenhum dos valores anteriores

7. O conceito de correlação visa explicar o grau de relacionamento verificado no comportamento de duas ou mais variáveis. Assim, a correlação entre duas variáveis indica a maneira como elas se movem em conjunto. Uma empresa obteve uma covariância entre as variáveis “nível de produção” e “nível da taxa de juros” de 0,63%; o desvio-padrão da primeira variável foi de 14,08% e da segunda de 4,65%. Ao analisar a correlação entre as variáveis, pode-se afirmar que:

Opções de respostas:

- a) Não há correlação significativa entre as duas variáveis estudadas.
- b) Caso ocorra aumento no nível de produção da economia, o nível da taxa de juros também aumentará.
- c) Caso ocorra diminuição no nível de produção da economia, o nível da taxa de juros também diminuirá.
- d) Caso ocorra aumento no nível de produção da economia, o nível da taxa de juros diminuirá.

8. A empresa Fernandes Ltda. possui dois investimentos W e Y. O departamento financeiro levantou as seguintes informações: o retorno esperado de W é de 1,5% e o de Y 1,4%. O desvio-padrão é de 10% para W e para Y. Considerando que o nível de risco absoluto é igual para ambas as alternativas de investimento pelo critério da variação relativa (coeficiente de variação), assinale qual investimento é mais arriscado.

Opções de respostas:

- a) Considerando que o risco absoluto é o mesmo para os dois investimentos, as duas alternativas não serão interessantes.
- b) Os dois são interessantes, pois, pelo critério proposto, os riscos de ganhar ou perder para os dois investimentos são os mesmos. Portanto, não faz diferença.
- c) O investimento W é bem mais arriscado do que o Y, pois, para cada 1,00u.m de retorno do investimento em W, a empresa pode perder ou ganhar 0,14u.m; já o investimento Y, para cada 1,00u.m de retorno, a empresa pode ganhar ou perder 0,15u.m.

d) O investimento Y é mais arriscado do que W, pois, para cada 1,00u.m de retorno do investimento W, a empresa pode perder ou ganhar 6,67u.m; já o investimento Y, para cada 1,00u.m de retorno, a empresa pode ganhar ou perder 7,14u.m.

9. De acordo com o Sistema de Contabilidade para o Sector Empresarial, a demonstração dos fluxos de caixa deve apresentar os fluxos de caixa do período classificados por actividades operacionais, de investimento e de financiamento. Nesse sentido, identifique as actividades e classifique-as como Actividades Operacionais (AO), Actividades de Investimentos (AI) e Actividades de Financiamentos (AF).

- a) Recebimentos de caixa resultantes da venda de activo imobilizado, intangíveis e outros activos de longo prazo.
- b) Pagamentos de caixa a fornecedores de mercadorias e serviços.
- c) Recebimentos e pagamentos de caixa de contratos mantidos para negociação imediata ou disponíveis para venda futura.
- d) Pagamentos em caixa a investidores para adquirir ou resgatar acções da entidade.
- e) Adiantamentos em caixa e empréstimos feitos a terceiros (excepto aqueles adiantamentos e empréstimos feitos por instituição financeira).

A sequência está correcta é:

- a) AI, AF, AI, AF, AI.
- b) AI, AO, AI, AI, AF.
- c) AI, AO, AO, AF, AI.
- d) AF, AO, AO, AF, AI.

10. Uma empresa com um Fundo de Maneio positivo, se efectuar o pagamento de fornecedores o seu índice de liquidez corrente irá:

- A. Diminuir
- B. Aumentar
- C. Manter-se inalterado
- D. Nenhuma das respostas acima estão correctas

11. Amostragem em Auditoria, quanto à definição da amostra, tamanho e selecção dos itens para teste, julgue os itens abaixo como Verdadeiros (V) ou Falsos (F) e, em seguida, assinale a opção CORRETA.

I. Em auditoria, é permitida somente a amostragem de proporção estatística ou censo.

II. A consideração da natureza da evidência de auditoria desejada e as eventuais condições de desvio ou distorção ou outras características relacionadas a essa evidência de auditoria ajudam o auditor a definir o que constitui desvio ou distorção e qual a população a usar para a amostragem.

III. O nível de risco de amostragem que o auditor está disposto a aceitar afecta o tamanho da amostra exigido.

A sequência CORRECTA é:

- a) F, V, F.
- b) F, V, V.
- c) V, F, V.
- d) V, V, V.

12. Concordância com os Termos do Trabalho de Auditoria - analise os requisitos apresentados nos itens abaixo, quanto à obrigatoriedade de sua inclusão na carta de contratação de auditoria, e, em seguida, assinale a opção CORRETA.

I. Objectivo e alcance da auditoria das demonstrações financeiras.

II. Identificação da estrutura de relatório financeiro aplicável para a elaboração das demonstrações financeiras.

III. Referência à forma e ao conteúdo esperados de quaisquer relatórios a serem emitidos pelo auditor, e uma declaração de que existem circunstâncias em que um relatório pode ter forma e conteúdo diferentes do esperado.

IV. As responsabilidades do auditor e as responsabilidades da administração, quanto ao trabalho de auditoria.

Devem ser incluídos na carta de contratação de auditoria os requisitos apresentados nos itens:

- a) I e II, apenas.
- b) I, II, III e IV.
- c) II e III, apenas.
- d) III e IV, apenas.

13. Uma equipe de Profissionais de Auditoria Independente foi contratada para auditar as Demonstrações financeiras de uma Sociedade Empresarial cuja actividade é a compra e venda de mercadorias. Ao realizar os procedimentos de auditoria no stock de mercadorias, os Profissionais de Auditoria elaboraram o seguinte papel de trabalho:

14.

Mercadoria	Quantidade inventariada	Custo de aquisição	Valor Realizável Líquido (total)
I	80 un	100u.m/un	10.000 um
II	15 un	120u.m/un	1.500 um
III	23 un	180u.m/un	4.500 um
IV	42 un	250u.m/un	15.000 um

A quantidade inventariada corresponde exactamente à quantidade de mercadorias constantes no sistema informatizado de controle de stock.

Após avaliar as informações evidenciadas no papel de trabalho e considerando-se que a empresa não havia realizado nenhum ajuste, os Profissionais de Auditoria devem requerer à Sociedade Empresarial que faça um:

- a) Ajuste equivalente ao aumento no montante de 4.500,00u.m, referente ao saldo do stock da Mercadoria IV.
- b) ajuste equivalente à redução no montante de 360,00 u.m, referente ao saldo do stock da Mercadoria III.
- c) ajuste equivalente à redução no montante de 300,00 u.m, referente ao saldo do stock da Mercadoria II.
- d) ajuste equivalente ao aumento no montante de 2.000,00 u.m, referente ao saldo do stock da Mercadoria I.

15. Sociedade Empresária que atua no ramo de distribuição de bebidas efectua vendas aos seus clientes com a utilização de cobrança bancária para as vendas a prazo e recebimento das vendas à vista em dinheiro em sua sede.

Os Auditores Independentes contratados para prestar os serviços de auditoria nessa Sociedade Empresarial realizaram Teste de Controle no primeiro dia de trabalho, efectuando a contagem física do Caixa, e elaboraram o seguinte papel de trabalho:

Relatório da Contagem de Caixa efectuada em 5.8.2023, às 7 horas

Valor em dinheiro	5.000,00 u.m
Adiantamentos (vales) concedidos a empregados	3.500,00 u.m

Documentos e Registos mantidos pelo Financeiro da Empresa

Saldo Inicial do Caixa em 4.8.2023	0,00 u.m
Fact 231 emitida e recebida em 4.8.2023 em dinheiro	15.000,00 u.m
Fact 232 emitida e recebida em 4.8.2023 em dinheiro	30.000,00 u.m
Talão de depósito bancário efectuado em 4.8.2023	25.000,00 u.m

Considerando-se a norma de auditoria – RESPOSTA DO AUDITOR AOS RISCOS AVALIADOS e aplicação do Teste de Controle, o resultado apurado foi:

- a) Falta de Caixa no montante de 11.500,00 u.m.
- b) Sobra de Caixa no montante de 16.500,00 u.m.
- c) Falta de Caixa no montante de 20.000,00 u.m.
- d) Sobra de Caixa no montante de 36.500,00 u.m

16. Em termos de gestão de mudanças, qual é a principal função de um “agente de mudança” dentro de uma organização?

- a) Aumentar a carga de trabalho dos colaboradores para melhorar a eficiência.
- b) Introduzir novas tecnologias sem consulta aos stakeholders.
- c) Facilitar o processo de transição, envolvendo, motivando e preparando os colaboradores para mudanças organizacionais.
- d) Eliminar processos redundantes sem alterar a estrutura organizacional.

17. O que caracteriza o estilo de liderança “transformacional”?

- a) Enfatiza a delegação de tarefas sem envolvimento directo do líder.
- b) Foca na motivação e inspiração dos colaboradores para alcançar mudanças e inovação.
- c) Baseia-se em recompensas e punições para gerir o comportamento transformador dos colaboradores.
- d) Promove um ambiente de cooperação entre os membros da equipe.

18. Qual é o principal objectivo da gestão de TI em uma organização?

- a) Aumentar o controle sobre as redes e servidores.
- b) Alinhar a estratégia de TI com os objectivos de negócio, assegurando a maximização de valor e a gestão eficaz dos riscos de TI.
- c) Automatizar processos operacionais.
- d) Melhorar a experiência do usuário final.

19. Qual é o papel da TI no suporte à transformação digital de uma organização?

- a) Implementar actualizações de software sem interrupção dos serviços digitais.
- b) Monitorar a conformidade com regulamentações legais.
- c) Capacitar a organização para inovar e melhorar processos, produtos e serviços utilizando tecnologias digitais.
- d) Gerir os contratos com fornecedores de hardware de forma automatizada reduzindo custos.

20. O que é um Sistema de Gestão de Relacionamento com o Cliente (CRM) e qual é sua principal função?

- a) Gerir os sistemas de back-up da organização melhorando o relacionamento com o cliente.
- b) Automatizar os processos de gestão

- c) Colectar, armazenar e analisar informações sobre clientes para melhorar o atendimento e fortalecer as relações comerciais.

d) Facilitar a comunicação entre departamentos e com os clientes.
21. Qual é o papel da análise preditiva em sistemas de informação e gestão empresarial?

a) Analisar dados históricos para criar modelos que prevêem tendências futuras, auxiliando na tomada de decisões estratégicas.

b) Melhorar a interface do usuário em aplicações de software.

c) Aumentar a segurança física dos servidores.

d) Substituir o uso de relatórios tradicionais por painéis de controle.
22. Qual é o principal objectivo do marketing de relacionamento?

a) Aumentar o relacionamento com os clientes aumentando as vendas.

b) Estabelecer e manter relacionamentos de longo prazo com os clientes, aumentando sua lealdade e o valor de vida do cliente (CLV).

c) Promover a marca por meio de Mídias e relacionamento.

d) Reduzir os custos de publicidade através de parcerias estratégicas com os clientes.
23. Qual é o principal objectivo da política monetária em uma economia?

a) Controlar o nível de desemprego directamente.

b) Regular a oferta de dinheiro e taxas de juros para estabilizar a economia, controlando a inflação e incentivando o crescimento económico.

c) Regular os gastos públicos e estimular a demanda agregada controlando a inflação e incentivando o crescimento económico.

d) Reduzir a oferta do dinheiro e estabilizar a economia.
24. Será considerado suprimento, à luz da legislação moçambicana, quando o sócio ou accionista empresta à sociedade dinheiro ou outra coisa fungível, ficando a sociedade obrigada a restituir outro tanto do mesmo género e qualidade numa das seguintes condições:

a) Permitir a compensação de crédito da sociedade com crédito de suprimento

b) Ter o carácter de permanência de um prazo de reembolso igual ou superior a um ano

c) Haver a obrigatoriedade de ser restituído mesmo depois de declarada a insolvência da sociedade

d) Quando o sócio tenha adquirido a sua quota na sociedade por negócio entre vivos
25. Se as contas anuais e o relatório do Conselho de Administração não forem apresentados ao sócio ou ao accionista, até quatro meses após o termo do exercício a que respeite, pode qualquer sócio ou accionista requerer à seguinte entidade, a fixação de um prazo, para a sua apresentação:

a) Assembleia geral da sociedade

b) Conselho Fiscal

c) Tribunal

d) Autoridade Tributária
26. Nos termos da lei, uma sociedade considera-se extinta na data do registo do encerramento da liquidação. O registo deve ser acompanhado pelos documentos seguintes:

I. Relatório de contas auditadas

II. Relatório completo sobre a liquidação;

III.Proposta de partilha do activo.

IV. Lista dos credores

a) I e II, apenas.

b) I, II, III e IV.

c) II e III, apenas.

d) III e IV, apenas.

Exame ao Colégio dos Contabilistas Certificados 2024	
Opção B Agosto	
II PARTE	
GRELHA DE CORRECÇÃO	
RESPOSTA	COTAÇÃO
Nenhuma das anteriores.	0.4
Não se deve implementar, uma vez que a TIR é inferior a taxa de custo do capital	0.4
22 127,46 u.m.	0.4
Duplicar o valor de cada termo.	0.4
7.6%	0.4
2598,85 u.m	0.4
Caso ocorra aumento no nível de produção da economia, o nível da taxa de juros diminuirá.	0.4
O investimento Y é mais arriscado do que W, pois, para cada 1,00u.m de retorno do investimento W, a empresa pode perder ou ganhar 6,67u.m; já o investimento Y,	0.4
AI, AO, AO, AF, AI.	0.4
Aumentar	0.4
F, V, V.	0.4
I, II, III e IV.	0.4
Ajuste equivalente à redução no montante de 300,00 u.m, referente ao saldo do stock da Mercadoria II.	0.4
Falta de Caixa no montante de 11.500,00 u.m.	0.4
Facilitar o processo de transição, envolvendo, motivando e preparando os colaboradores para mudanças organizacionais.	0.4
Foca na motivação e inspiração dos colaboradores para alcançar mudanças e inovação.	0.4
Alinhar a estratégia de TI com os objectivos de negócio, assegurando a maximização de valor e a gestão eficaz dos riscos de TI.	0.4
Capacitar a organização para inovar e melhorar processos, produtos e serviços utilizando tecnologias digitais.	0.4
Colectar, armazenar e analisar informações sobre clientes para melhorar o atendimento e fortalecer as relações comerciais.	0.4
Analisar dados históricos para criar modelos que prevêem tendências futuras, auxiliando na tomada de decisões estratégicas.	0.4
Estabelecer e manter relacionamentos de longo prazo com os clientes, aumentando sua lealdade e o valor de vida do cliente (CLV).	0.4
Regular a oferta de dinheiro e taxas de juros para estabilizar a economia, controlando a	0.4

inflação e incentivando o crescimento económico.	0.4
Ter o carácter de permanência de um prazo de reembolso igual ou superior a um ano Tribunal	0.4
II e III, apenas.	0.4



COLÉGIO DOS AUDITORES CERTIFICADOS

Exame de Acesso à Inscrição como Auditor Certificado

OCAM – Ordem dos Contabilistas e Auditores de Moçambique

2023

DISCIPLINA: FISCALIDADE

DOCENTE: Dr^a Lucília Marques

CANDIDATO: _____

Informações:

1. A prova é composta por dois Grupos qu valorizadas em: I Grupo (7 Valores), Grupo II (13 Valores)
2. Deverá responder, obrigatoriamente, nas folhas do enunciado a todas as questões do presente exame, na Parte I terá de assinalar somente uma resposta certa e a respectiva justificação.
3. O enunciado desta prova é composto por 9 páginas, numeradas de 2 a 9
4. Deverão responder às questões utilizando os espaços disponíveis para esse efeito. Poderão ser utilizadas as quatro páginas adicionais de resposta no final do exame caso seja necessário mais espaço para responder às questões.
5. A sua duração máxima é de DUAS horas, às quais acresce MEIA HORA de tolerância
6. Poderá consultar, para além de diplomas legais, outros elementos bibliográficos
7. Não é permitida a utilização de computador, telemóveis ou qualquer outro dispositivo móvel, à exceção de uma máquina de calcular

Bom trabalho, boa sorte!

FISCALIDADE

I GRUPO

1. São encargos não aceites fiscalmente, mesmo quando contabilizados como gastos os seguintes encargos:

- a) Gastos com o pessoal, gastos com fornecimentos e serviços, quando devidamente documentados e gastos administrativos;
- b) Gastos não devidamente documentados, despesas ilícitas e gastos com combustíveis não devidamente documentadas
- c) 20% das despesas de representação e 50% com as despesas com as viaturas ligeiras de passageiros;
- d) Nenhuma das anteriores,

Correcção

Resposta certa

- b) Gastos não devidamente documentados, despesas ilícitas e gastos com combustíveis não devidamente documentadas

Justificação

n. °1 al. g) do art.º 36.º do CIRPC

2. O Lucro tributável difere da matéria colectável quando:

- a) Existem diferenças entre o resultado contabilístico e o resultado fiscal;
- b) Existem reportes de prejuízos anteriores e benefícios fiscais; Art.º 15.º conjugado com o art.º 41.º, ambos do CIRPC
- c) Existem somente benefícios fiscais;
- d) Nenhuma das anteriores.

Correcção

Resposta certa

- b) Existem reportes de prejuízos anteriores e benefícios fiscais.

Justificação

Art.º 15.º conjugado com o art.º 41.º, ambos do CIRPC

3. De acordo com o art.º 22 do CIVA, as empresas que desenvolvem actividades sujeitas ou de isenção completa e actividades de isenção simples ou incompletas devem:

- a) Deduzir o IVA suportado da actividade sujeita e de isenção completa;
- b) Devem deduzir todo o IVA suportado;
- c) Devem deduzir o IVA suportado através de um dos métodos; Afetação Real ou Percentagem
- d) Nenhuma das anteriores.

Correcção

Resposta certa

- c) Devem deduzir o IVA suportado através de um dos métodos; Afetação Real ou Percentagem.

Justificação

art.º 22do CIVA

4. O planeamento fiscal é uma forma de minimizar os custos fiscais através de:

- a) respeitar integralmente a lei, procurando aspectos que poderá favorecer a poupança de impostos, nos termos internacionais e com base na elisão fiscal somente através de actos lícitos se poderá desenvolver o planeamento fiscal;
- b) Procurar poupanças fiscais através de negócios ilícitos;
- c) Aproveitando a lei para realizar evasão fiscal;
- d) Nenhuma das Anteriores.

Correcção

Resposta Certa

a) respeitar integralmente a lei, procurando aspectos que poderá favorecer a poupança de impostos, nos termos internacionais e com base na elisão fiscal somente através de actos lícitos se poderá desenvolver o planeamento fiscal.

Justificação

Vários autores

5. A Sociedade Alfa, Lda., tendo em vista a realização de uma oferta por ocasião do aniversário de um seu importante cliente, adquiriu uma peça de porcelana, cujo IVA, atendendo ao fim visado, não deduziu.

A oferta ao cliente:

- a) Constituiu operação sujeita a IVA.;
- b) Constituiu uma operação não sujeita a IVA;
- c) Constituiu operação sujeita a IVA, e não isenta do imposto
- d) Constituiu operação isenta de IVA.

Correcção
Resposta Certa.
c) Constituiu operação sujeita a IVA, e não isenta do imposto.

Justificação
n.º3 al. e) do art.º 3.º do CIVA

6 A Sociedade Alfa, Lda. adquiriu, em outubro de 2014, ações representativas de 30% do capital da Sociedade Beta, S.A., ambas sediadas em Moçambique . No passado mês de Março de 2020, a Sociedade Beta, S.A. procedeu a uma distribuição de lucros. Relativamente à parte desses lucros da Sociedade Beta, S.A. que coube à Sociedade Alfa, Lda.:
a) São objeto de tributação, por constituírem rendimento para a Sociedade Alfa, Lda;
b) Não são objeto de tributação;
c) Podem não ser objeto de tributação;
d) Só não seriam objeto de tributação se as ações tivessem sido adquiridas há mais de 24 meses.

Correcção
Resposta Certa
b) Não são objeto de tributação

Justificação
art,º 40º do CIRPC

7. Uma pessoa singular tem um imóvel arrendado, o seu rendimento no ano N foi de 500.000,00 MT, fez despesas de conservação e reparação devidamente documentadas no valor de 200.000,00 MT e pagou de IPA 25.000,00 MT. Neste ano ainda recebeu 1.200.000,00MT de rendimentos de trabalho por conta de outrem. Diga qual o rendimento tributável deste sujeito passivo no na N.
a) 275.000,00MT porque os rendimentos da primeira categoria não são englobados, pois estão sujeitos a uma taxa liberatória de retenção na fonte
b) 350.000,00MT porque o rendimento predial tem uma dedução especifica de 30%;
c) 1.475.000,00 MT, porque tem rendimentos da primeira e quarta categoria;
d) Nenhuma das anteriores.

Correcção
Resposta certa
a) 275.000,00MT, pois os rendimentos da primeira categoria não são englobados, porque estão sujeitos a uma taxa liberatória de retenção na fonte.

Justificação
n.º 3 al. a) do art.º 26.º e art.º 48.º ambos do CIRPS.

II GRUPO

A Sociedade ABC LDA, com sede em Maputo, dedica-se à prestação de serviços de consultadoria fiscal, tendo obtido no exercício do ano N, um volume de negócios de MT 5 500 000,00 e um resultado líquido de MT 650 000 (sendo a estimativa para imposto sobre o rendimento de MT 285. 000).

O Balancete de Dezembro de N entre outras apresentava os seguintes saldos em

Registos Contabilísticos	Saldo Devedor	Saldo Credor	Justificação
Capital			
Capital Social		150.000,00	
Reservas		10.000,00	
Outras variações de Capital		100.000,00	VPP tributada nos termos do n.º 2 do art.º 21 do CIRPC.
Resultados Transitados	52.500,00		
Resultado do Exercício		650.000,00	
Fornecimentos e Serviços Externos			
Combustíveis	50.000,00		50.000,00 art.º 36 n.º1 al. i)
Despesas de Representação	20.800,00		80% * 20.800,00= 16.640,00, art.º 36
Seguros de viaturas ligeiras de passageiros	9.000,00		
Conservação e reparação de viaturas ligeiras de passageiros	26.000,00		(26.000,00 + 50.000) * 50% =38.000,00 n. º4 do art.º 36.º
Gastos com o Pessoal			
Remunerações dos Órgãos Sociais	85.000,00		
Remunerações do Pessoal	115.000,00		
Encargos sobre Remunerações	8.000,00		
Custos de Acção Social	20.000,00		
Seguros de Saúde	20.000,00		(85.000,00+115.000,00) *10% =200.000,00 *10% = 20.000,00 não acresce nos termos do n.º2 do art.º 31 do CIPRS
Outros Gastos e Perdas			
Quotizações	1.800,00		
Despesas não documentadas	7.000,00		7.000,00 acresce nos termos do n.1 da al. g) e art.º 61.º n.º 4 TA 35% * 7.000,00 = 2.450,00
Depreciações e Amortizações			
Depreciações do AFT	450.000,00		80.000,00 art,º 27 do CIRPC
Perdas por Imparidade			
Activos Tangíveis	50.000,00		Acresce 50.000,00, art.º 28
Provisões			
Processo Judicial em curso	15.000,00		
Outros Gastos e Perdas			
Donativos	31.000,00		200.000,00* 5% = 10.000,00 LIMITE 31.000,00 – 10.000,00 = 21.000,00 ACRESCE Art.º 34
Multas e Penalidades	3.800,00		3.800,00 acresce n.º1 al. c) do art.º 36
Rendimentos e Ganhos Financeiros		10.500,00	
Reversão de ajustamentos de invest. Financeiros		85.000,00	Deduz 10.500,00
Rendimentos de participação de capital			Deduz 85.000,00 art.º 40
Rendimentos e Ganhos Extraordinários			

Alienação de imobilizações corpóreas, Mais Valias Contabilistics	150.000,00		3.500,00 Deduz
Excesso de estimativas para impostos	3.500,00		

Informações complementares ao Balancete

- a. a) A outra variação de capital refere-se a uma correcção de um rendimento não reconhecido no ano N_3; VPP tributada nos termos do n.º 2 do art.º 21 do CIRPC.
- b. Na rubrica de Amortizações 240.000, são relativos a uma viatura ligeira de passageiros que havia sido adquirida em N-3 por 1.200.000MT;
- 800.000,00 *25% = 200.000,00
1.200.000*25% = 300.000,00

240.000,00 / 1.200.000,00 =20%
800.000,00 *20% = 160.000,00
240.000-160.000,00= 80.000,00
Nos termos do art.º 27.º do CIRPC
- c. A alienação do imobilizado refere-se à venda por MT 270. 000,00 do imóvel onde estava instala-da os escritórios da sua delegação da Beira, que havia adquirido em N-10 por MT 150 000 e que estava a ser amortizada pelo método das quotas constantes. A empresa pretende reinvestir, em N, MT 200.000,00.

VR = 270.000,00
VA = 150.000,00
V Reinvestimento = 200.000.00

Taxa de amortização = 2 %

150.000,00 *0,02* 10 = 30.000,00 Amortização Acumulada
Valor Líquido = 150.000,00 – 30.000,00 = 120.000,00
Mais-Valia contabilística = 270.000,00 – 120.000,00 = 150.000,00
Coeficiente de desvalorização monetária (2023-10) = 2013 – 1,61
Mais-Valia Fiscal / Menos Valia Fiscal
Valor Líquido corrigido = 120.000*1,61 = 193.200,00
Valor de realização – valor Líquido corrigido = 270.000,00 – 193.200,00 = 76.800,00
Deduzir a Mais Contabilística no montante de 150.000,0
Acresce a Mais valia fiscal, no valor proporcional ao reinvestimento.
76.800,00 ----- 270.000,00
X ----- 200.000,00
X = 56.888,89 Mais valia reinvestida
Valor a acrescer no Modelo 22 (76.800,00 – 56.888,89) = 21.711,11

A amortização do imóvel objecto de reinvestimento, não será aceite fiscalmente na totalidade, mas sim subtraído do valor da mais valia reinvestida de acordo com a taxa de amortização utilizada,

Art,º 37.º a art.º 39.º do CIRPC

- d. Os Rendimentos de participação social dizem respeito a uma participação de 30 % do capital social da sociedade Beta, sediada em Nampula.
Dupla tributação económica nos termos do art.º 40.º do CIRPC

GASTOS

- a. Despesas com combustíveis, não estão suportadas pelos respetivos mapas de consumos; Acresce na totalidade por não ser aceite fiscalmente nos termos da n.º1 al. i) do art.º 36.º do CIRPC o valor de 50.000,00 MT
- b. As remunerações com o pessoal incluem 2 dias de ajudas de custo não facturadas a clientes, mas registadas em mapa apropriado no valor de MT 20.000MT, Até 6.000,00/ dia Aceites, por valor superior a 6.000,00/dia a diferença está sujeita a IRPS, neste caso não é tributada em sede de IRPC.

Partindo do pressuposto que são de 6.000,00/dia o valor aceite fiscalmente, e que a sua diferença não foi tributada em sede de IRPS, é de 50 % dos 20.000,00 = 10.000,00 MT, nos termos do n.º1 da al. e) do art.º 36.º

Outros dados:

1. Pagamento especial por conta 20.000.00
2. Pagamento por conta 85.000,00MT;
3. Retenções na fonte 5.000,00MT.
4. Matéria Coletável do ano N-1 – 200.000,00

Pretende-se:

1. Determinação o Lucro Tributável, Matéria Colectável e o imposto a pagar ou a recuperar referente ao ano N;
2. Determinação se for o caso de pagamentos por conta e especial por conta a efectuar em N+1;

Determinação do Lucro Tributável

Operações	Valor
Resultado Líquido	650.000,00
Variações patrimoniais Positivas	100.000,00
Soma	750.000,00
Valores a Acrescer	
IRPC estimado	285.000,00
Combustíveis	50.000,00
Despesas de Representação	16.640,00
Despesas com viaturas	38.000,00
Despesas não documentadas	7.000,00
Ajudas de Custo	10.000,00
Depreciações não aceites	80.000,00
Perdas por imparidade	50.000,00
Donativos	21.000,00
Multas e Penalidades	3.800,00
Mais-Valia Fiscal não reinvestida	21.711,11
Total a acrescer	1.367.351,00
Valores a Deduzir	

Dupla Tributação Económica	85.000,00
Reversão	10.5000
Mais-Valia Contabilística	150.000,00
Excesso de Estimativa para Imposto	3,500,00
Total a Deduzir	249.400,00
Lucro Tributável	1.117.951,00
Matéria Colectável	1.117.951,00
Colecta	1.117.951 *32% = 357.744,32
PEC	-20.000,00
IRPC liquidado	337.744,32
Pagamento Por Conta	-85.000,00
Retenção na Fonte	-5.000,00
IRPC a Pagar	247.744,32

Pagamento por conta = [(337.744,32 – 5.000,00) *80%]/3= 266.195,46/3 = 88.731,82
PEC = 0,5% * 5.500.000,00 =27.500,00< 30.000,00
30.000,00 – 85.000,00 = - 55.000,00 Não há PEC

Prova de Acesso ao Colégio dos Auditores

22/08 2024

Fiscalidade

Docente: Lucília Marques

Leia com atenção as seguintes instruções:

Duração da prova 2horas com 30m de tolerância

- Como elementos de consulta apenas poderão ser utilizados:
- Códigos não anotados;
- Legislação que compõe o Sistema Fiscal Moçambicano;
- Pode utilizar máquina de calcular não programável.
- Não pode utilizar telemóvel
- A Cotação da I Parte é de 0,80 valor cada, com desconto de 0,15 valores por cada resposta errada, no total de 8 valores
- Deverá na I Parte assinalar a hipótese correcta com a respectiva justificação e na II Parte deverá responder no espaço para tal
- A cotação da II Parte é de 4 valores cada, no total de 12 valores

Candidato:
.....
.....

Parte I

1. O Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) em Moçambique aplica-se geralmente a:
- a) Vendas de serviços;
 - b) Vendas de bens e serviços e operações similares;
 - c) Importações de bens;
 - d) Exportações de bens;

Resposta -----

Correção

Resposta certa

- b) Vendas de bens e serviços e operações similares

Justificação

Art.º 3.º e 4.º do CIVA

2. A exclusão ao direito á dedução em sede de IVA tem implicações;
- a) No custo dos bens e produtos;
 - b) Onorena o preço de venda;
 - c) Os custos de produção são menores;
 - d) Nenhuma das respostas,

Resposta -----

Correcção

Resposta certa

a) No custo dos bens e produtos;

A exclusão ao direito á dedução não permite a aplicação do método substrativo, por isso suporta o IVA, mas não deduz

3. As deduções à colecta em sede de IRPC, contribuem para:

- a) Reduzir o IRPC liquidado;
- b) Aumentar o IRPC a Pagar;
- c) Reduzir o Lucro Tributável,
- d) Nenhuma das anteriores.

Resposta: -----

Correcção

Resposta certa

a) Reduzir o IRPC liquidado.

Justificação

A dedução á colecta vai reduzir a mesma, razão pela qual é colocado o campo no quadro 12 do Modelo 22, para depois ser apurado o IRC Liquidado.

4. O que é o Imposto Simplificado para Pequenos Contribuintes (ISPC)?

- a) Um imposto para grandes empresas;
- b) Um imposto aplicado a todas as empresas;
- c) Um imposto simplificado para pequenas empresas e negócios informais;
- d) Um imposto para entidades públicas.

Resposta -----

Correcção

c) Um imposto simplificado para pequenas empresas e negócios informais

Justificação

A Lei n.º 5/ 2009, de 12 de janeiro no seu preambulo.

5. Uma empresa que paga pelo arrendamento do seu estabelecimento comercial, ao seu senhorio, pessoa singular 100.000 MZN mensais faz retenção na fonte de:

- a) 10.000 MZN;
- b) 14.000 MZN;
- c) 20.000 MZN;
- d) 25.000 MZN.

Resposta-----

Correcção

Resposta certa

b) 14.000,00 MZN

Art.º 65.º n.º2 e n.º4 do CIRPS.

6. Qual é o tratamento fiscal das perdas fiscais em Moçambique?

- a) Podem ser reportadas por até 5 anos subsequentes;
- b) Devem ser usadas no mesmo ano fiscal;
- c) Não podem ser usadas para reduzir o lucro tributável;
- d) Podem ser reportadas indefinidamente.

Resposta: -----

Correcção

Resposta certa

a) Podem ser reportadas por até 5 anos subsequentes.

Justificação

Art,º 41 n.º1 do CIRPC

7. Qual é a base de cálculo do Imposto sobre a Sisa?

- a) O valor da renda anual do imóvel;
- b) O valor patrimonial do imóvel;
- c) O valor de mercado do imóvel;
- d) Nenhuma das anteriores.

Resposta:-----

Correcção

Resposta Certa

b) Valor patrimonial do imóvel

Justificação

Art,º 7.º n.º1 CSISA

8.Qual das seguintes transferências não é tributável do Imposto sobre Sucessõese Doações?

- a) As transmissões a título gratuito, das pensões e subsidios por morte;
- b) As doações de bens com fins lucrativos
- c) Doações para instituições de caridade;
- d) Transferência para irmãos.

Resposta: -----

Correcção

Resposta certa

a) As transmissões a título gratuito, das pensões e subsídios por morte;

Justificação

Art,º 3,º al. a) do CISD

9.Quem é responsável pelo pagamento do Imposto de Selo em um contrato de locação?

- a) O locador;
- b) O locatário;

c) Ambos, locador e locatário;
d) O notário.

Resposta:-----

Correcção

Resposta certa
a) Locador

Justificação
Art,º 2.º n.º3 al. c)

10. Em que momento o Imposto de Selo deve ser pago numa escritura pública?
a) Antes da assinatura;
b) No momento da assinatura;
c) Após a assinatura;
d) Nenhuma das anteriores.

Resposta:-----

Correcção

Resposta certa
c) Após a assinatura

Justificação
O Imposto de Selo em operações como a formalização de uma escritura pública deve ser pago no momento da realização do ato ou contrato que gera a obrigação tributária. Tal como previsto no art.º 14.º n.º1 al. a) e art.º 17.º n.º1 do CIS.

II Parte

1. Explícite como é que o sistema fiscal moçambicano lida com a tributação das empresas multinacionais? Princípio da Tributação de Empresas Multinacionais em Moçambique.
Princípio da Fonte de Renda

Em Moçambique, o sistema fiscal baseia-se no princípio da territorialidade. Isso significa que as multinacionais são tributadas sobre os rendimentos obtidos de atividades realizadas ou geradas dentro do território moçambicano, independentemente do local de residência da empresa., Retenção na fonte a uma taxa liberatória nos termos do art. º62.º do CIRPC

Imposto sobre o Rendimento

As multinacionais que operam em Moçambique estão sujeitas ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRPC), cuja taxa geral é de 32% sobre os lucros tributáveis.
As receitas sujeitas ao IRPC incluem lucros gerados em operações locais, rendimentos de serviços, royalties, juros e ganhos de capital associados a ativos em Moçambique.

Preços de Transferência

O sistema fiscal moçambicano implementa regras de Preços de Transferência (baseadas nas diretrizes da OCDE) para evitar que multinacionais manipulem preços em transações entre empresas do mesmo grupo,

transferindo lucros para jurisdições com menor carga tributária.

Transações entre partes relacionadas devem ser realizadas a preços de mercado (arm’s length principle), respeitando o princípio da plena concorrência.

Convenções para Evitar a Dupla Tributação (CDT)

Moçambique possui acordos bilaterais com alguns países para evitar a dupla tributação e promover o investimento estrangeiro.
Esses acordos regulam a tributação de rendimentos como lucros, dividendos, juros e royalties, reduzindo a carga tributária sobre as multinacionais que operam em múltiplos países.

2. Explique como a dupla tributação é evitada no contexto do sistema fiscal moçambicano.

Convenções para Evitar a Dupla Tributação (CDTs):

Moçambique assinou acordos bilaterais com alguns países para evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal. Esses tratados regulam:
Qual país tem o direito de tributar determinados tipos de rendimentos (ex.: lucros, dividendos, juros, royalties).
A aplicação de taxas reduzidas de retenção na fonte.
Mecanismos para eliminar a dupla tributação, como:
Método da Isenção: Certos rendimentos podem ser isentos em um dos países signatários.
Método do Crédito Fiscal: O imposto pago num país é deduzido do imposto devido no outro país.
Moçambique utiliza um conjunto de mecanismos, como CDTs, crédito fiscal unilateral e regras de retenção na fonte, para evitar a dupla tributação e atrair investimentos estrangeiros. Apesar disso, é necessário expandir a rede de CDTs e fortalecer a fiscalização para garantir que os rendimentos transnacionais sejam tributados de maneira justa e eficiente.

3. Analise os desafios enfrentados pelo sistema fiscal moçambicano na arrecadação de na Arrecadação de Receitas.

Princípios de arrecadação de receitas

Base Tributária Limitada

A economia moçambicana é dominada por atividades agrícolas de subsistência e um setor informal amplo, o que reduz a base tributária formal.
Impacto: Muitos indivíduos e empresas não estão registados no sistema tributário, dificultando a captação de receitas.

Setor Informal e Evasão Fiscal

O setor informal representa uma parcela significativa da economia moçambicana, com muitas transações ocorrendo fora do alcance da autoridade tributária.
Impacto: Empresas e trabalhadores informais não contribuem adequadamente para o sistema fiscal, resultando em perdas significativas de receita.

Dependência de Recursos Naturais

Moçambique depende amplamente da exploração de recursos naturais (petróleo, gás e mineração) para arrecadação de receitas.

Impacto: A volatilidade dos preços globais de commodities afeta diretamente a arrecadação. Além disso, acordos fiscais desfavoráveis e incentivos excessivos a investidores estrangeiros podem reduzir as receitas potenciais.

Incentivos Fiscais Excessivos

Para atrair investimentos estrangeiros, Moçambique concede incentivos fiscais, como isenções e reduções de impostos, especialmente no setor de recursos naturais.

Impacto: Embora incentivem investimentos, esses benefícios fiscais muitas vezes resultam em perdas de receita sem um retorno proporcional em termos de desenvolvimento econômico.

Fraude e Planeamento Tributário Agressivo

Empresas, especialmente multinacionais, podem utilizar práticas como preços de transferência abusivos e treaty shopping para minimizar a carga tributária em Moçambique.

Impacto: A complexidade dessas práticas torna difícil para a autoridade tributária monitorar e auditar efetivamente essas transações.

Falta de Educação Fiscal

Muitos contribuintes desconhecem suas obrigações fiscais ou os benefícios de contribuir para o sistema.

Impacto: A baixa conscientização contribui para o não cumprimento das obrigações fiscais.

Integração Fraca da Economia Digital

A economia digital emergente não está completamente integrada ao sistema fiscal.

Impacto: Muitas atividades digitais e transações online permanecem fora do alcance tributário, resultando em perda de receitas.

Estratégias para Superar os Desafios

Fortalecimento da Capacidade Administrativa:

Formalização do Setor Informal:

Revisão dos Incentivos Fiscais:

Tributação da Economia Digital:

BOA SORTE !



**COLÉGIO DOS
AUDITORES
CERTIFICADOS
MÓDULO DE DIREITO**

Parte I

(10 valores)

1. Uma sociedade Anónima constituída com recurso a subscrição pública, o capital é
- a) Realizado em dinheiro ou em espécie;
 - b) Só pode ser realizado em espécie;
 - c) Só pode ser realizado em dinheiro;
 - d) Nenhuma das anteriores.

Resposta

- c) Só pode ser realizado em dinheiro;

Justificação

Lei n.º 1/2022, de 25 de Maio, art.º 326, n.º4

2. Numa sociedade Anónima, o valor da emissão das acções pode ser:
- a) Inferior ao seu valor nominal;
 - b) Superior ao valor das acções;
 - c) Superior ao valor das acções, mas o ágio realizado fica sujeito ao regime de reserva legal;
 - d) Nenhuma das anteriores.

Resposta

- a) Superior ao valor das acções, mas o ágio realizado fica sujeito ao regime de reserva legal;

Justificação

Lei n.º 1/2022, de 25 de Maio, art.º 336, n.º 3

3. O Código Comercial Moçambicano, faculta aos indivíduos e sociedades, nacionais e estrangeiros, a possibilidade de estabelecimento em Moçambique, sob uma das seguintes formas:
- a) Sociedades por Quotas e Sociedades Anónimas;
 - b) Sociedades por Quotas e Sociedades Unipessoais por quotas, sociedades anónimas, sociedades em nome colectivo, sociedades de capital e indústria e sociedades em comandita;
 - c) Sociedades Anónimas e Sociedades Unipessoais por quotas;
 - d) Sociedades por Quotas, Sociedades Unipessoais por Quotas, Sociedades Anónimas., Sociedades em nome Colectivo de Responsabilidade Limitada, Sociedades por Acções Simplificada e Grupos de sociedades.

Resposta

- d) Sociedades por Quotas, Sociedades Unipessoais por Quotas, Sociedades Anónimas., Sociedades em nome Colectivo de Responsabilidade Limitada, Sociedades por Acções Simplificada e Grupos de sociedades.

Justificação

Lei n.º 1/2022, de 25 de Maio, art.º 67 e art.º 500.º

4. A percentagem de lucros a ficar retido numa sociedade por quotas, a título de Reserva Legal, não pode ser inferior a:
- a) 20%;
 - b) 25%;
 - c) 5%;
 - d) Nenhuma das anteriores.

Resposta

- a) 20%

Justificação

Lei n.º 1/2022, de 25 de Maio, art.º 306 n.º1

5. A administração e a fiscalização de uma sociedade anónima pode ser :
- a) Assembleia Geral, Conselho de Administração e Conselho Fiscal;
 - b) Conselho de Administração e Fiscal único;
 - c) Assembleia Geral, Administração e Fiscalização;
 - d) Conselho de Administração e Conselho Fiscal ou Fiscal único ou Conselho de Administração que integra, pelo menos a Comissão de Auditoria e o auditor externo.

Resposta

- d) Conselho de Administração e Conselho Fiscal ou Fiscal único ou Conselho de Administração que integra, pelo menos a Comissão de Auditoria e o auditor externo.

Justificação

Lei n.º 1/2022, de 25 de Maio, art.º 405, n.º 1

6. As Reservas legais de uma Sociedade Anónima podem ser utilizadas para:
- a) Cobrir prejuízo transmitido de exercício anterior que não puder ser coberto por lucro do exercício nem pela utilização de outra reserva ser coberto por qualquer outra reserva;
 - b) Cobrir prejuízos acusado no balanço do exercício, excepto se este poder ser coberto por qualquer outra reserva;
 - c) Incorporação no capital social;
 - d) Todas as Anteriores.

Resposta

- d)Todas as Anteriores

Justificação

Lei n.º 1/2022, de 25 de Maio, art.º 430.

7. A partir da dissolução, a firma da sociedade deve ser aditada a menção:
- a) “Sociedade em Liquidação” ou” em Liquidação”;
 - b) “Sociedade Dissolvida” ou “em Liquidação”;
 - c) “Sociedade em Liquidação” ou “Dissolvida;
 - d) Nenhuma das anteriores.

Resposta

- a) “Sociedade em Liquidação” ou” em Liquidação.

Justificação

Lei n.º 1/2022, de 25 de Maio, art.º 240.º.

8. Quando se verifica perda de metade do capital social, o órgão de administração deve:
- a) Exigir suprimentos aos sócios;
 - b) Que a sociedade seja dissolvida;
 - c) Que a sociedade seja dissolvida ou o capital seja reduzido a não ser que os sócios realizem, nos 180 dias seguintes á deliberação quantias em dinheiro que reintegrem o património em medida igual ao valor do capital;
 - d) Nenhuma das anteriores.

Resposta
c) Que a sociedade seja dissolvida ou o capital seja reduzido a não ser que os sócios realizem, nos 180 dias seguintes a deliberação quantias em dinheiro que reintegrem o património em medida igual ao valor do capital;

Justificação
Lei n.º 1/2022, de 25 de Maio, art.º 98 n.º1

9. As pequenas e médias empresas gozam de regime especial que lhes permite, celebrar livremente contractos a prazo certo sem respeito pelo limite de renovações durante:
a) 2 anos;
b) 3anos;
c) 8 anos;
d) 10 anos.

Resposta
a)8 anos

Justificação
Lei n.º 13/2023, de 25 de Agosto, art,º 43n.º3

10. O empregador, consoante o tipo de classificação de empregador, prevista na Lei n.º 13/2023, pode ter ao seu serviço trabalhador estrangeiro nos seguintes termos:
a) 10% da totalidade dos trabalhadores, nos pequenos empregadores;
b) 8% da totalidade dos trabalhadores, nos médios empregadores;
c) 5% da totalidade dos trabalhadores, nos grandes empregadores;
d) Todas as anteriores.

Resposta
Todas as anteriores

Justificação
Lei n.º 13/2023, de 25 de Agosto, art,º 34, n.º1 als. a), b) e c)

II Parte
(10 valores)

1. Distinga Sociedades Anónimas das Sociedades por Ações Simplificadas e no seu entender justifique o surgimento destas últimas.

Aspectos gerais mínimos a abordar
Em Moçambique, tanto as Sociedades Anónimas (SA) quanto as Sociedades por Ações Simplificadas (SAS) são tipos de sociedades comerciais previstas no Código Comercial Moçambicano, publicado pela Lei n.º 13/2023, de 25 de Agosto. Embora compartilhem algumas características, possuem diferenças significativas em termos de estrutura, requisitos e flexibilidade. O surgimento das SAS está relacionado à necessidade de simplificar a constituição e operação de empresas, tornando o ambiente de negócios mais acessível e dinâmico. As SAS estão regulamentadas nos art.º 441 a 499,º do CC.

2. Enumere algumas das intervenções do Auditor nas sociedades comerciais.

Aspectos gerais mínimos a abordar

Emitir relatórios de auditoria detalhados, incluindo pareceres e recomendações para os gestores ou acionistas da sociedade, nos termos dos art.º 93.º, 176,º ,e 193,º
Membro do Conselho Fiscal ou fiscal único, nos termos do art,º 149,º 3 e 4.

3. Indique os principais procedimentos a terem perante um processo disciplinar, tendo em linha de conta a graduação das medidas disciplinares.

A Lei n.º 13/2023, de 25 de agosto, que aprova a nova Lei do Trabalho em Moçambique, estabelece os procedimentos a serem seguidos em um processo disciplinar, bem como a graduação das medidas disciplinares aplicáveis aos trabalhadores.

Procedimentos no Processo Disciplinar, nos termos do art.º 66.º

Para assegurar justiça e conformidade legal na aplicação de sanções disciplinares, devem ser observados os seguintes passos:

Notificação ao Trabalhador dos factos de que é acusado;

A eventual resposta do trabalhador e o parecer do órgão sindical.

Graduação das Sanções Disciplinares

A Lei n.º 13/2023, no seu art.º 64.º prevê uma escala de sanções disciplinares que devem ser aplicadas de forma proporcional à gravidade da infração:

- Advertência Verbal: Para infrações leves, onde o objetivo é alertar o trabalhador sobre o comportamento inadequado.
- Repreensão Escrita: Utilizada em casos de reincidência ou infrações de gravidade moderada, ficando registrada no dossier do trabalhador.
- Suspensão: Aplicável em situações mais graves, podendo resultar no afastamento temporário do trabalhador sem remuneração.
- Despedimento com Justa Causa: Para infrações de extrema gravidade que tornam insustentável a continuidade da relação laboral, como atos de insubordinação grave, furtos ou violência no local de trabalho.

Boa Sorte!

FICHA DE INSCRIÇÃO:
COLÉGIO DOS CONTABILISTAS CERTIFICADOS

MODELO DE REQUERIMENTO DE ADMISSÃO AO EXAME DE SUFICIÊNCIA/ADMISSÃO

Exmo. Senhor
Presidente da Comissão de Admissão e Qualificação do Colégios dos Contabilistas da OCAM
Ordem dos Contabilistas e Auditores de Moçambique
Rua Projectada à Base T’Chinga 1383
1ª Rua Perpendicular nº 26 Bairro da Coop - Cidade de Maputo

(Nome completo)
Nacionalidade, natural de, Distrito de
..filho de e de
..residente em (morada completa), telemóvel nº
....., portador do bilhete de identidade nº....., passado pelo
Arquivo de Identificação de, valido até/...../..... Habilitado com
(licenciatura que possui), pelo (a) (Estabelecimento onde obteve a licenciatura),
concluída em/...../....., achando-se nas condições previstas no Estatuto da Ordem dos Contabilistas e
Auditores de Moçambique, conforme prova com os documentos juntos/já entregues anteriormente (riscar o
não aplicável), requer a V. Ex.ª se digne admiti-lo ao Exame de Admissão ao Colégio dos Contabilistas Cer-
tificados/Auditores Certificados (conforme aplicável) do ano de, ao abrigo do Regulamento de
Admissão, Estagio e Exame, a realizar emdede 20....., em(província).

Pede deferimento

(Localidade e Data).....

(Assinatura), conforme o documento de identificação civil

FICHA DE INSCRIÇÃO:
COLÉGIO DOS AUDITORES CERTIFICADOS

FICHA DE INSCRIÇÃO

Curso de Preparação ao Exame do Colégio dos Auditores Certificados

1. EMPRESA

NUIT:

Endereço:

Telef/Cel:

2. DADOS DO CANDIDATO A FORMAÇÃO

Nº de Membro OCAM (se for)

E-Mail:

Nome Completo:

NUIT:

Telef/Cel:

NUIT:

Telef/Cel:

3. RESUMA NO QUADRO ABAIXO AS SUAS QUALIFICAÇÕES ACADÉMICAS:

Curso /Grau Académico	Instituição	Ano Entrada	Ano Saída	Média

4. RESUMO NO QUADRO ABAIXO A SUA EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DESDE CONCLUSÃO DA LICENCIATURA:

Empresa/Instituição	Nível de Responsabilidade e função	Permanência

ASSINATURA DO CANDIDATO

RESERVADO AOS SERVIÇOS DO OCAM

	 Entrada n° ____/____ DATA____/____/____
--	--

MANUAL DE UTILIZADOR:



EXAME NO COLÉGIO DOS CONTABILISTAS CERTIFICADOS

1. Como Aceder a Plataforma



Aceder o Site: <https://platform.ocam.ac.mz/login/index.php>

1.2. Modo de Autenticação:

Nome de utilizador: email ([SeuEmail@exemplo.com](#))
Password: (podendo fazer a troca na primeira vez que entrar na Plataforma)

Feito autenticação o sistema ira apresentar uma tela, como ilustra a figura á baixo.

1. Clica na Imagem Exame de **Admissão ao Colégio dos Contabilistas**,

2. ou clique:



3. Minhas Disciplinas – Em Curso - Exame_CCC



2. Página Principal

A seguir clica no link **Exame CCC**
Nesta pagina é apresentada as disciplinas escritas, apontamentos, e exame dos anos anteriores e a guia de correção em PDF.



2.1. Como iniciar um Teste/Exame Para iniciar um teste/exame

Tem que aceder no teste do módulo caso seja um exame tem que clicar no link Parte I.

Minhas disciplinas < **5 Exame_CCC** < 4º EXAME DE ADMISSÃO AO COLEGIO DOS CONTABILISTAS ... < **4º Exame (Opção A) - Parte I**
Rola a pagina ate abaixo e clique o botão **Responder ao teste agora**



Depois de clicar no botão **iniciar tentativa** é apresentado o teste/Exame depois de preencher clique no Botão **terminar Tentativa**.



Depois de clicar no botão **iniciar tentativa** é apresentado o teste/Exame depois de preencher clique no Botão **terminar Tentativa**.



Para submeter, tem que clicar no botão **Submeter tudo e terminar**.Caso queira retificar algo no teste/Exame clique em **voltar á tentativa**.

Obs: ao submeter tudo e terminar não poderá fazer qualquer alteração no teste/Exame.

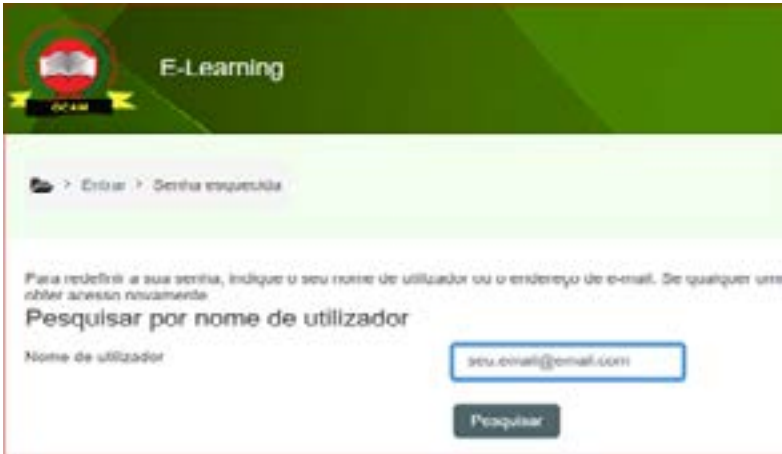


3. Como Recuperar Password da Conta

Aceda no link <https://platform.ocam.ac.mz/login/index.php>, e clique em “Esqueceu-se do seu nome de utilizador ou senha”



Preenche só no campo nome de utilizador, com o seu email e clique em pesquisar ira receber um link no seu email para redefinir a password, Nb: caso o email não apareça na sua caixa de email veja no Spam/ ou no email de caixa de marketing ou publicidade.



FORMULÁRIO DE PEDIDO DE ESTÁGIO:
 COLÉGIO DOS CONTABILISTAS CERTIFICADOS

Minuta de Pedido de Estágio

Ao

Presidente da Comissão de Admissão e Qualificação do Colégio dos Contabilistas Certificados da Ordem dos Contabilistas e Auditores de Moçambique

O abaixo-assinadomaior, de nacionalidade, natural de, portador do Bilhete de Identidade nº, emitido e válido até de residente em, bairro, Quarterão, casa no, contactável através do nº ou pelo seguinte endereço electrónico, vem à V. Excia requerer a **Aprovação para Estágio como candidato a Contabilista Certificado** na firma Centro de Colaboração em Saúde, cuja apreciação junta os elementos abaixo ao abrigo do art.º 4º e 5º da Resolução nº 15/GB/2017 (Regulamento de Admissão, Estágio e Exame).

(identificar todos os documentos que envia em anexo)

Pede deferimento.

....., aos, de, de

O Candidato

.....

CONVENÇÃO DE ESTÁGIO AO COLÉGIO DOS CONTABILISTAS
 (De acordo com o Regulamento de Admissão, Estágios e Exames - RAEE)

PATRONO – Contabilista
 Certificado N.º.....

Nome.....

Morada.....

Localidade.....Província.....

NUIT.....telefone.....e-mail....., com

exercício efectivo e contínuo da profissão de Contabilista Certificado, nos últimos três anos, **conforme declarado à Ordem dos Contabilistas e Auditores de Moçambique, nos termos do Art.º 27º do Regulamento de Admissão, Estágio e Exame, no pleno gozo dos seus direitos e conhecimento dos deveres inerentes à sua qualificação profissional e à sua função de Patrono.**

MEMBRO ESTAGIÁRIO

Nome.....

Morada.....

Localidade.....Província

NUIT telefone..... e-mail.....

LOCAL DE ESTÁGIO

Denominação.....

Morada.....

Localidade.....Província.....

NUIT.....telefone.....e-mail.....

A convenção de estágio rege-se pelas condições e cláusulas seguintes:

1. No prazo máximo de 30 dias após a aceitação da candidatura pela Comissão de Admissão e Qualificação, o patrono e o estagiário devem comunicar conjuntamente a Comissão de Admissão e Qualificação, a data de início, o local e o horário de realização do estágio, bem como a data prevista para o seu final

MEMORANDUM DE ESTÁGIO PROFISSIONAL

O presente Memorandum é estabelecido entre o Colégio dos Contabilistas da Ordem dos Contabilistas e Auditores de Moçambique com sede em Maputo, na Rua Projectada à Base Tª Chinga 1383 1ª Rua Perpendicular nº 26 Bairro Coop, designado por OCAM E a entidade_____que passa a ser designada como Instituição Acolhedora do Estágio.

Os autores acordam o seguinte:

Artigo 1º Objectivos do Estágio

1. Consolidar as competências desenvolvidas e adquiridas no decorrer do processo de Formação;
2. Dar oportunidade ao estagiário de ter contacto com o meio académico e convivência profissional para a qual se formou.
3. Proporcionar ao estagiário o intercâmbio de informações e experiências práticas de contabilidade e áreas relacionadas.
4. Proporcionar a construção de um saber profissional marcado pela autonomia técnica e pelo sentido de responsabilidade.

Artigo 2º Participante

O segundo outorgante aceita admitir na qualidade de estagiário, o senhor (a):
Nome: _____ Residente em_____
NUIT_____, código de estagiário nº_____, Portador do Bilhete de Identidade nº _____ emitido Pelo arquivo de identificação de civil de _____ aos _____ / _____ / _____

Artigo 3º Duração

O estágio terá a duração de 03 (três) anos, mas respeitando o cronograma de atividades programadas pelo segundo outorgante com os horários de trabalho vigente na instituição acolhedora.

Artigo 4º Responsabilidades

A Instituição Acolhedora designa como Patrono do estágio o senhor (a) _____, membro do Colégio dos Contabilistas Certificados com carteira profissional nº_____.

Responsabilidades do Patrono:

1. 1. Ao abrogo do artº 26 do RAEE, o Patrono ao aceitar um membro deve a:
- a) Facultar ao membro estagiário e a OCAM o acesso ao local de realização de estágio e os documentos de estágio, de modo a permitir o processo de integração do estagiário no contexto de trabalho, ajudando a familiarizar-se com os diferentes aspectos do trabalho e da actividade desenvolvida;
 - b) Orientar, aconselhar e informar o membro estagiário diligentemente;
 - c) Guardar o dossier de estágio pelo período mínimo de dois anos após a conclusão do estágio.

Responsabilidades do supervisor:

2. A OCAM designará sempre um supervisor, mediante credencial com vista a fazer acompanhamento do estágio.
- a) Colaborar na coordenação e acompanhamento das actividades a serem desenvolvidas pelo es-

- tagiário durante o processo;
- b) Manter um contacto permanente com a instituição acolhedora, sobre o desempenho do estagiário;
- c) Garantir a avaliação contínua do processo, propondo os devidos ajustamentos e registando os aspectos fundamentais da evolução do estagiário.

Responsabilidades do estagiário:

3. São obrigações assumidas pelo estagiário:
- a) Cumprir com o plano das actividades do estágio na totalidade, respeitando as normas internas da entidade onde este decorrerá;
- b) Cumprir com o horário e regulamento estabelecidos na entidade acolhedora;
- c) Solicitar a orientação e acompanhamento do patrono e ou supervisor sempre que necessário;
- d) Respeitar o sigilo profissional da empresa.

Artigo 5º Faltas

Caso o estagiário não possa comparecer, este deve sempre apresentar a devida justificação à Instituição acolhedora.

Artigo 6º Remuneração

O presente Memorandum não obriga a qualquer remuneração, salvo se a entidade acolhedora entenda conceder algum tipo de subsídio.

Artigo 7º Rescisão

Cabe a OCAM e a Entidade Acolhedora o direito de rescindirem unilateralmente este protocolo, desde que o desenvolvimento do estágio se apresente lesivo para o funcionamento normal do processo.

Acordam o presente Memorandum:

	OCAM	ENTIDADE ACOLHEDORA
Responsabilidade		
Local		
Data		
Assinatura		

FORMULÁRIO DE QUALIFICAÇÃO DO PATRONO

(De acordo com o Regulamento de Admissão, Estágios e Exames - RAEE)

Eu, _____,
Membro do Colégio dos Contabilistas Certificados nº _____ da Ordem dos Contabilistas e Auditores de Moçambique, Considerando Preencher os requisitos do Regulamento de Admissão, Estágio e Exames, relativos a condição de Patrono(*), nomeadamente quanto às disposições do nº 1, nº 3 e nº 5 do Art.º 27 deste Regulamento.

Irei orientar o membro estagiário _____,
em conformidade com a **Convenção de Estágio** conjunta celebrada em __/__/__ e com o **Plano De Estágio**, que são apresentados na documentação de admissão e Estágio deste candidato, os quais confirmo a minha assinatura.

Para os devidos efeitos, peço deferimentos aos senhores membros da Comissão de Admissão e Qualificação do Colégio dos Contabilistas Certificados quanto ao reconhecimento da minha qualificação como patrono no acompanhamento, orientação e avaliação do estagiário acima mencionado.

_____, de _____ de _____

O Patrono

Assinatura: _____

(*) – No caso de exercer funções de patrono na condição de trabalhador de outrem ou noutra relação formal de prestação de serviços para uma entidade terceira ou onde o estágio venha a decorrer, este documento deve ser igualmente assinado por esta entidade, situação que confirma o conhecimento e aceitação da realização do estágio identificado na Convenção de Estágio.

Reservado aos Serviços:
Processo nº _____
Foi entregue em, (local, data e assinatura): _____, __/__/____

Minuta do requerimento de pedido de Redução de Estágio

Ao

Presidente da Comissão de Admissão e Qualificação do Colégio dos Contabilistas Certificados da Ordem dos Contabilistas e Auditores de Moçambique

O abaixo assinado....., maior, de nacionalidade....., natural de, portador do Bilhete de Identidade n.º, emitido em..... e válido até/ vitalício residente em, contactável através do n.º ou pelo seguinte endereço electrónico,candidato a Contabilistas Certificado, vem à V. Excia requerer a Redução de Estágio por Experiência Profissional, para Contabilistas Certificados, ao abrigo do n.º 1 do art.º 36.º da Resolução n.º 15/GB/2017 (Regulamento de Admissão, Estágio e Exame) cuja apreciação junta os seguintes elementos:

(identificar todos os documentos que envia em anexo)

- 1. Declaração das entidades empregadoras ou contratantes dos serviços prestados;
- 2. Declaração da Segurança Social ou Autoridade Tributária ou outra entidade legalmente competente, que atesta a efectivação de descontos sociais na categoria profissional de Contabilista. ou a obtenção de rendimentos profissionais na prestação de serviços de contabilidade.

Pede deferimento.
Maputo, aos, de, de ., O Candidato

PLANO DE ESTÁGIO

O presente plano de estágio apresenta as actividades que por mim serão desempenhadas durante anos de estágio, sendo este um dos requisitos para acesso à profissão de Contabilista Certificado, tendo como objectivo
As actividades serão realizadas para a empresa XXXXXXXX tendo XXXX ramo de actividade.

Dados de Estagiário: Nome: Morada:	Patrono: Nome: Nº de Membro:
Entidade Acolhedora: XXXXXXXXXXXXXXXX	Carga Horária: • Semanal: • Mensal: • Anual:
Duração do Estágio:	

ACTIVIDADES
• Classificação e lançamento das despesas e verificação diária do balancete; • Classificação documental e lançamentos em software de gestão adequado; • Verificação diária, conferência e validação de documentos contabilísticos; • Apresentação de balancetes mensais, colaboração nas actividades de fim do exercício e regularização de contas e elaboração do relatório de gestão anual; • Controlo da facturação e contas correntes dos clientes, fornecedores e outros devedores e credores; • Contabilização das operações bancárias e outras; • Controlo e respectiva correcção entre os valores da gestão e da contabilidade; • Apoio contabilístico aos restantes membros da direcção financeira com prontidão e tempo útil; • Preenchimentos dos modelos fiscais (IVA e IRPS) e outros; • Processamento de salários; • Outras atividades administrativas que me forem incumbidas; • Aprendizagem relativa à forma como se organiza a contabilidade nos termos do sistema de normalização contabilística ou outros planos de contas oficialmente aplicáveis, desde a recepção dos documentos até à sua classificação, registo e o arquivo; • Práticas de controlo interno; • Apuramento de contribuições e impostos e preenchimento das respectivas declarações; • Supervisão dos actos declarativos para a segurança social e para efeitos fiscais relacionados com o processamento de salários; • Encerramento de contas e preparação das demonstrações financeiras e restantes documentos que compõem o dossiê fiscal;

- Preparação da informação contabilística para relatórios e análise de gestão e informação periódica à entidade a quem presta serviços;
- Identificação e acompanhamento relativo à resolução de questões da organização com o recurso a contactos com os serviços relacionados com a profissão.
- Conduta ética e deontológica associada à profissão.

Maputo, aos XX de XXXXXXXXXXXXXXXX de 202X

O Patrono

(Assinatura)

O Estagiário

(Assinatura)

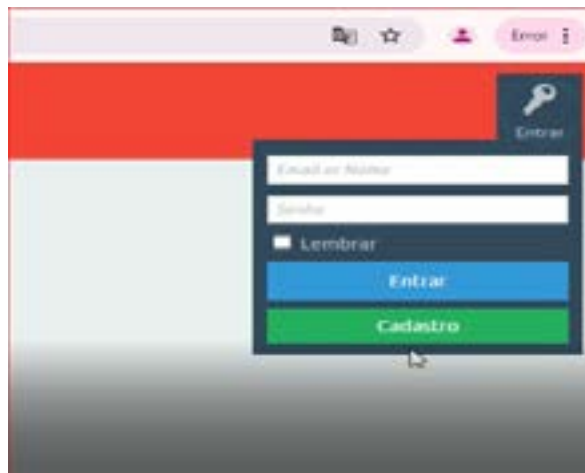


1.Como Aceder ao consultório técnico

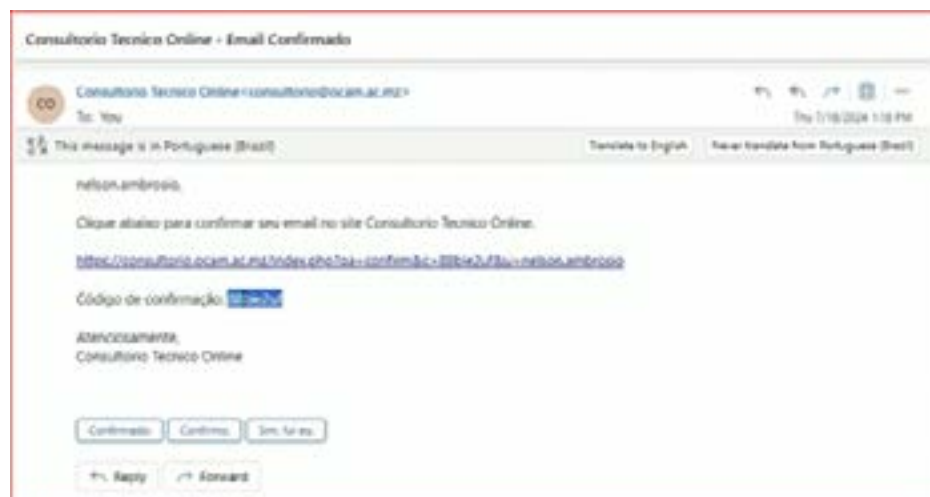


Segue o **link** <https://consultorio.ocam.ac.mz/>

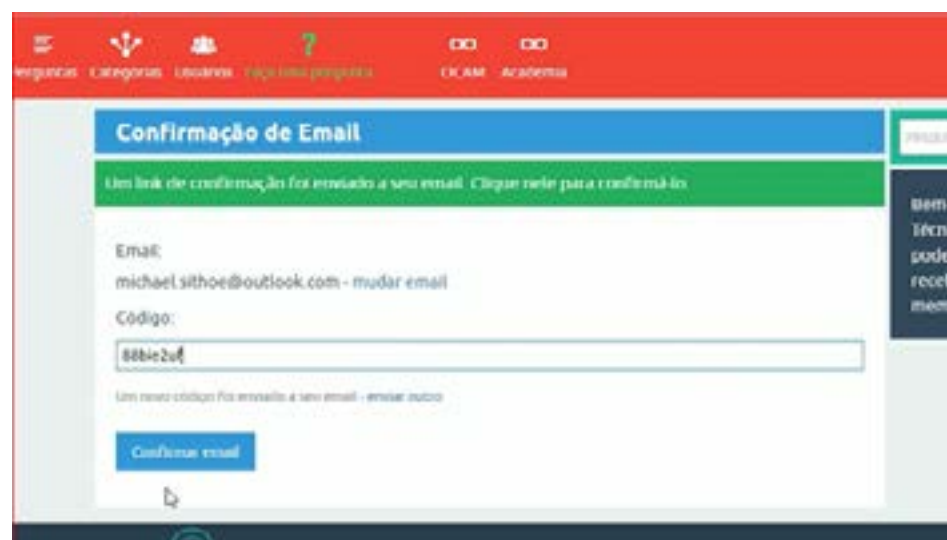
Em seguida clica no botão Entrar localizado no lado superior a direita da tela, caso seja a primeira vez ira precisar de fazer o cadastro para poder expor a sua dúvida.



Feito o cadastro o sistema ira envia uma email com as credencias de acesso

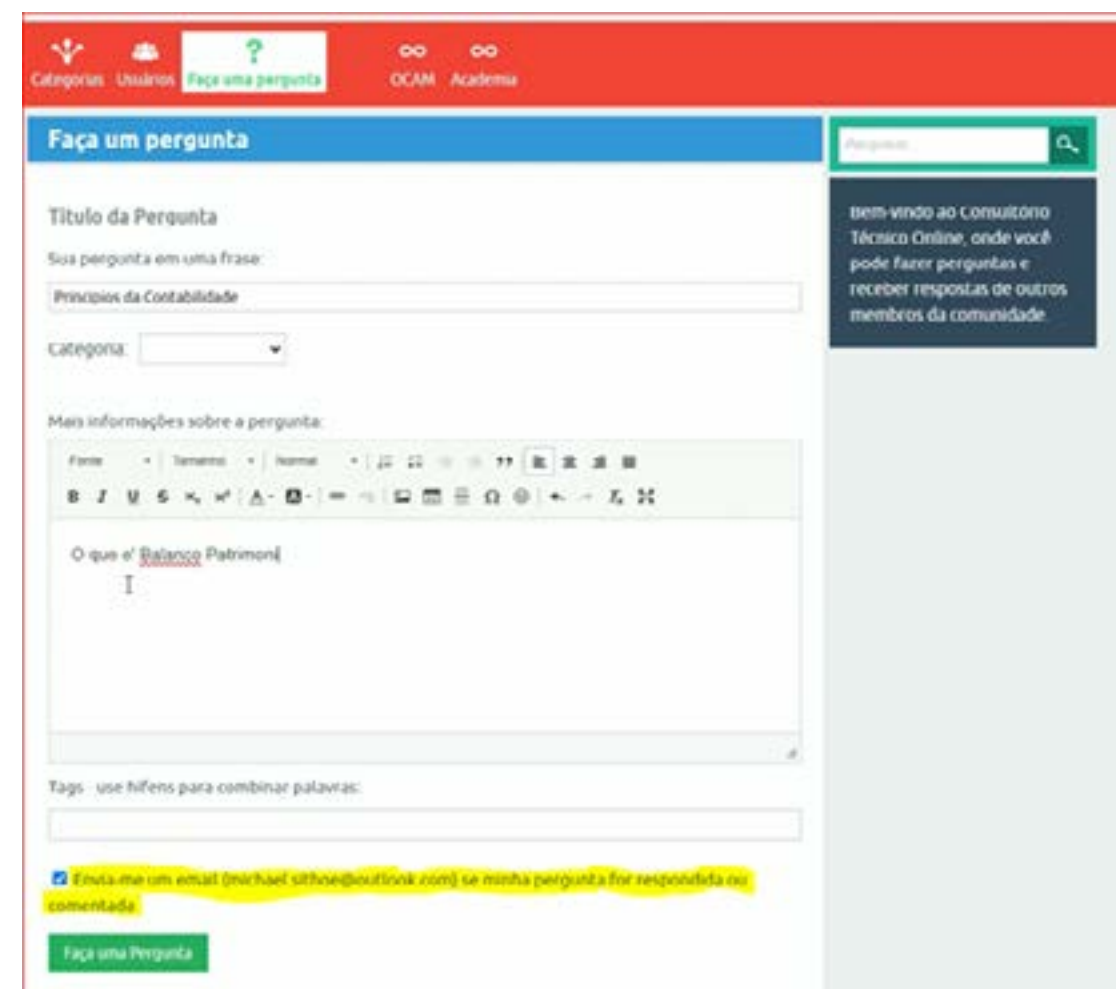


Faça copy/Paste do código para o consultório.

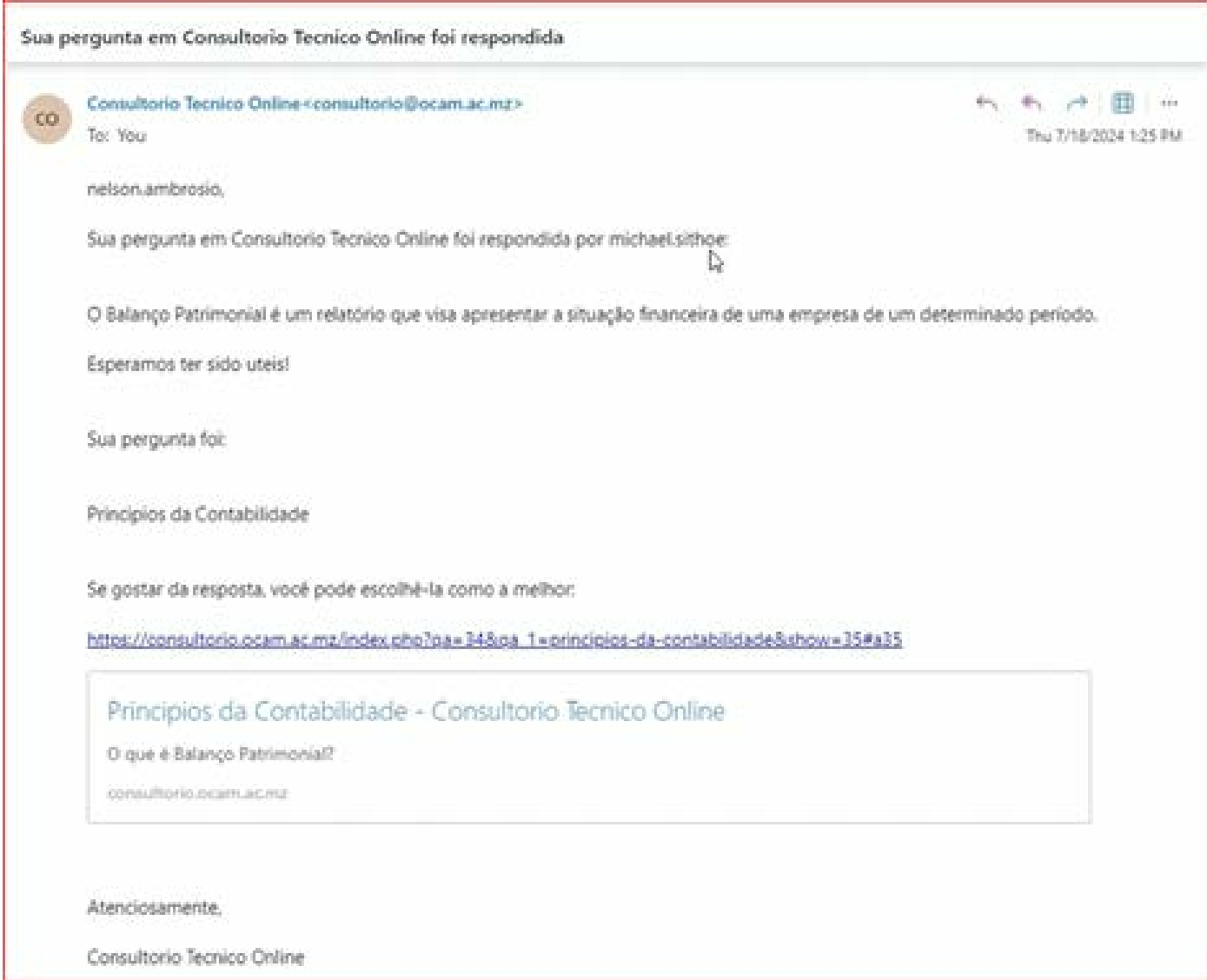


2. Como fazer uma questão no consultório técnico

Clica no Botão “Faça uma pergunta”



Feito o preenchimento da pergunta, tem que tomar atenção de por um “certo” na caixa “Envia-me um email se minha pergunta for respondida ou comentada” por forma a ser notificado no seu email, terminado clica no botão “Faça uma Pergunta”.



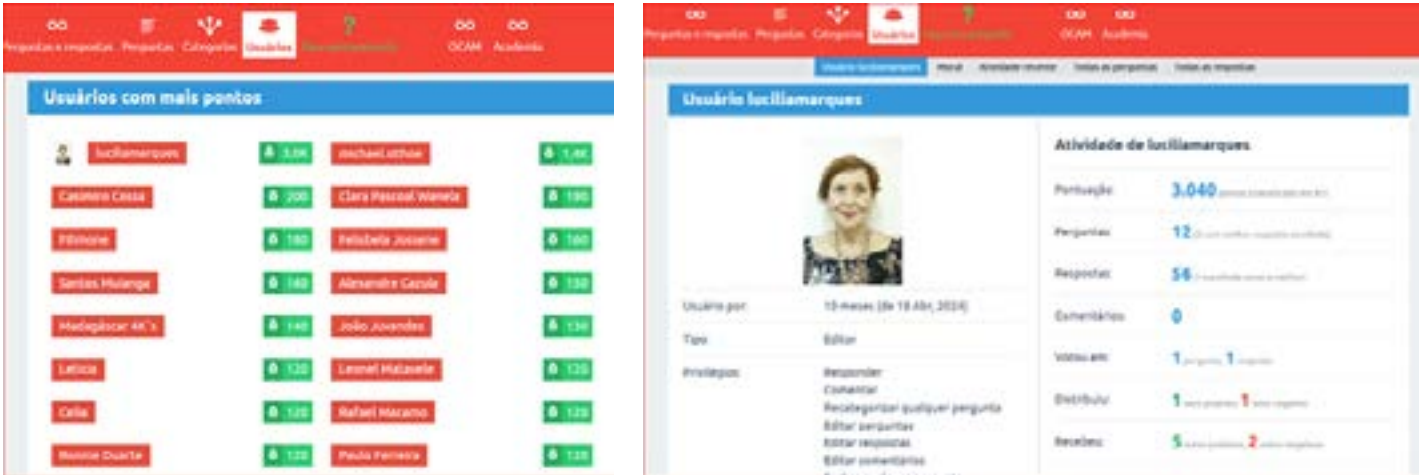
Logo que o consultor(a) da OCAM responder a sua questão ira receber por email.

3. Perfil dos Utilizadores da plataforma do consultório técnico

Os utilizador cadastrado podem ver o seu perfil e dos de mais no “botão Usuários”. Também as pontuações.

4. Pergunta e Respostas

A plataforma do consultório técnico permite que os membros e demais internautas (contabilistas, auditores, estudantes) possam visualizar as perguntas e as respostas sem precisarem estarem cadastrados no consultório técnico, basta clicar no botão Perguntas e respostas.



Conclusão

A nossa plataforma oferece um Consultório Técnico dedicado, onde os membros e os de mais podem esclarecer suas dúvidas e obter orientações precisas para otimizar o uso do sistema. Não hesite em utilizar esse recurso sempre que necessário. Estamos à disposição para garantir que você tenha uma experiência produtiva e sem contratempos. Agradecemos pela confiança e ficamos à disposição para auxiliá-lo em qualquer momento!

Recomendações para Candidatos ao Exame e Entrevista

1.

Candidatura não aceite ao exame:
Caso a sua candidatura ao exame não tenha sido aceite, tem o direito de elaborar um recurso ao Conselho Jurisdicional e ao Gabinete do Bastonário. Certifique-se de fundamentar o recurso com os motivos pelos quais considera que a decisão deve ser revista, anexando toda a documentação necessária para sustentar o seu caso.
2.

Reprovação no exame:
Se reprovar no exame e acreditar que o seu desempenho foi satisfatório, pode solicitar a revisão da prova. Para tal, deve formalizar um requerimento dirigido ao Presidente do Colégio, explicando os motivos que justificam a revisão e apresentando os elementos que considere relevantes para a análise do seu caso.
2.

Reprovação na entrevista:
Caso reprove na entrevista e considere que o seu desempenho foi adequado, pode interpor um recurso ao Presidente do Colégio, com conhecimento do Gabinete do Bastonário e do Conselho Jurisdicional. No recurso, apresente os argumentos que sustentam a sua posição e, se possível, inclua testemunhos ou documentos que possam auxiliar na revisão do processo.

Observações importantes:

- Em todos os casos, é fundamental que os recursos e requerimentos sejam bem fundamentados e documentados, com linguagem clara e respeitosa.
- Certifique-se de cumprir os prazos estabelecidos para a apresentação de recursos ou pedidos de revisão.
- Em caso de dúvidas sobre o procedimento, consulte o regulamento ou contacte os serviços competentes para obter orientações adicionais.

Ficha Técnica

Direcção:
Prof. Doutor Mário Vicente Siteo

Coordenadora Geral:
Profa. Maria Lucília Marques

Equipa Técnica:
Dr. Kenet Mujovo
Dr. Michael Sithoe
Dr. Milton Sousa
Dr. Roberto Jr.
Dra. Atália Mangave
Dra. Ivone Angal
Dra. Rosa Fumo

Direcção Gráfica e Revisão:
Dr. Nuno Marco Pereira
Dra. Rosa Fumo

Revisão:
Msc.Gildo Cossa
Msc.Cândida Chelengo
Dra. Rosa Fum



Patocinador:



Ambasáid na hÉireann
Embassy of Ireland

**Excelência
Inovação
Responsabilidade
Transparência**

Av. Base T'chinga no 1803 1a Rua Perpendicular,
Casa no 26 Bairro Coop - Maputo

Contatos:

Email: ocam@ocam.org.mz
Colégio dos Contabilistas Certificados - 84 748 5815
Colégio dos Auditores Certificados – 84 066 9378
Recepção – 877091888
Academia OCAM- 873729278

Website
www.ocam.org.mz